

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VILSIANE ALMEIDA SARRUF PINI

“EU SONHO EM SER UMA PESSOA DIGNA”: UMA ANÁLISE DO DISCURSO  
SOBRE PROJETO DE VIDA DE JOVENS INSERIDOS NUMA INSTITUIÇÃO DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Curitiba

2013

VILSIANE ALMEIDA SARRUF PINI

“EU SONHO EM SER UMA PESSOA DIGNA”: UMA ANÁLISE DO DISCURSO  
SOBRE PROJETO DE VIDA DE JOVENS INSERIDOS NUMA INSTITUIÇÃO DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no  
Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de  
Ciências Humanas, Letras e Artes, da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Albanese Valore

Curitiba

2013

## TERMO DE APROVAÇÃO

VILSIANE ALMEIDA SARRUF PINI

### TÍTULO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Luciana Albanese Valore  
Orientadora – Departamento de Psicologia, UFPR

---

Profa. Dra. Maria Sara de Lima Dias  
Departamento de Psicologia, UTP

---

Profa. Dra. Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan  
Departamento de Psicologia, UFPR

Curitiba, 20 de setembro 2013.

*Ao Arthur.*

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Luciana Valore, por ter me aceitado como sua orientanda e por ter, realmente, norteado todo o processo de amadurecimento e escrita deste trabalho. Não há palavras para descrever a imensa gratidão que tenho pela sua forma de orientar: com elogios e críticas pertinentes, com liberdade e limites necessários, com respeito e sabedoria. Suas palavras foram fundamentais na construção desta dissertação!

À Professora Miriam Pan, por ter acolhido minha escrita em um momento em que eu já não acreditava ser possível continuar, por ter intermediado minha apresentação à Prof.<sup>a</sup> Luciana e por suas importantes contribuições, feitas de forma clara e sensível, no Exame de Qualificação. Este último agradecimento faço também à Professora Maria Sara Dias.

Aos amigos que conheci durante o mestrado: João Paulo, Jean Diogo, Roberta Hofius, Suzana Mallard, Fátima Fonseca, Vanessa Soler, Juliana Popovitz e Cesar da Rocha. Pelos cafés, pizzas, conversas e risadas partilhadas. Agradeço também pelo apoio que recebi, quando imaginava que não conseguiria mais continuar neste caminho. Compartilhar este momento com vocês o tornou mais leve.

Ao Maurício Maas e Daniele Brock, pelas leituras e considerações importantes ao meu trabalho, e pelas trocas enriquecedoras nas orientações compartilhadas.

À Valéria Monteiro, amiga e assistente social, que me ensinou a ver com outros olhos os programas sociais, dividindo comigo as angústias que culminaram na construção desta pesquisa, além de fornecer todo o apoio necessário para a realização das entrevistas.

À Angela, pelo cuidado constante ao meu pequeno, que me possibilitou a tranquilidade necessária para a construção desta pesquisa. E às avós, que, na falta da Angela, cuidavam tão bem do pequeno.

Ao meu pai, Wilson, que me ensinou, através do exemplo, o prazer de ler. À minha mãe, Hilda, por primar pela minha formação. Aos meus irmãos, Lucas e Radhija, por me fazer uma pessoa melhor.

Ao Fábio, marido e amigo, pelo apoio integral, mesmo quando a inserção em um programa de mestrado parecia ser uma linda paisagem que vemos numa foto de um lugar distante e pensamos: “Um dia quero estar lá!”. Você foi o primeiro que confiou em mim (antes que eu própria pudesse confiar) e me disse ser possível.

Ao Arthur, filho amado, que foi concebido juntamente com este mestrado. Que nasceu durante o processo e me ensinou a ser mãe. Foi com você que aprendi a olhar mais para o outro. Ser mãe me possibilitou ter ouvidos mais abertos para tentar escutar além do que espero ouvir.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

E aos jovens que aceitaram responder às minhas perguntas, que me mostraram uma sabedoria que eu desconhecia e mudaram concepções já enraizadas em mim.

## RESUMO

O presente trabalho investigou os sentidos atribuídos ao futuro e à construção de um projeto de vida no discurso de jovens que frequentam regularmente o Centro de Referência da Assistência Social numa pequena cidade no interior do estado do Paraná. Realizaram-se treze entrevistas individuais, com jovens de ambos os sexos e com idade entre 16 e 18 anos, que foram analisadas segundo o referencial da Análise Institucional do Discurso. Dentre os resultados, evidenciou-se que, na comunidade discursiva da qual fazem parte, pouco se fala sobre o tempo por vir. Poucos atribuíram sentidos e perspectivas ao futuro, principalmente em longo prazo. Solitários em seus pensamentos, a maioria dos jovens não encontram eco no discurso do outro para elaborar seus anseios de futuro ou, sequer, para ter anseios. Questões de gênero, capital e consumo também foram proferidas e compõem a subjetividade dos jovens e, desta forma, os pensamentos e imagens de futuro. Observou-se ainda que as práticas assistenciais constituem a identidade destes meninos e meninas. Nos discursos enunciados, tais jovens ou fixam-se na categoria daqueles que necessitam de ajuda ou resistem a este assujeitamento. Tais constatações podem contribuir para redimensionar a prática do psicólogo junto à assistência social, estendendo-a, também, para o âmbito da orientação profissional.

**Palavras-chave:** juventude; futuro; pobreza; projeto de vida; assistência social.

## **ABSTRACT**

The present study investigated the meanings assigned to the future and to the youth's life project in the speech of the young people that frequently attend to the Reference Center of Social Assistance, in a small town in the heartland of Parana state. Thirteen youngsters of both sexes and aged between sixteen and eighteen were interviewed. These individual interviews were analysed according to the referential of the Speech's Institutional Analyses. Among other results, it was evident that, in the discourse community where they belong, they speak little about the future. Only few of them have assigned the meanings and perspectives to the future, mainly long-term. Lonely in their thoughts, most of the young people do not find an echo in another's speech to elaborate the yearnings of their future or even to have yearnings. Issues about genre, capital and consumption also were uttered and compose the youngsters' subjectivity and, therefore, the thoughts and images of the future. It was still observed that the assistance practice compose the identity of these boys and girls. In the enunciated speech, or the youngsters fix themselves in the category of those that need help or resist to go through it. These observations can contribute to resize the practice of the psychologist with the social assistance, also extending it to the career guidance's scope.

**Keywords:** youth; future; poorness; life project; social assistance.



## **LISTA DE SIGLAS**

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

AID – Análise Institucional do Discurso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>OS CENÁRIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>17</b>
2.1	A era das incertezas e da flexibilidade .....	18
2.2	O Trabalho e a exclusão.....	21
2.3	A provisão da pobreza: A Política Nacional de Assistência Social .....	28
<b>3</b>	<b>SOBRE JUVENTUDE, POBREZA E PROJETO DE VIDA.....</b>	<b>37</b>
3.1	Pobreza e Projeto de Vida.....	43
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTOS DO MÉTODO – ESTRATÉGIA DO PENSAMENTO.....</b>	<b>47</b>
4.1	Um pouco sobre o contexto concreto da pesquisa: o município de Foz do Jordão .....	50
4.2	A instituição em estudo: Centro de Referência da Assistência Social do município de Foz do Jordão.....	53
4.3	Participantes e procedimentos de investigação.....	54
4.4	A análise dos dados .....	55
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>57</b>
5.1	“Só o ensino médio”?.....	59
5.2	“De criança eu pensava em chapeador só”: Do futuro em discurso .....	63
5.2.1	“Eu queria ser modelo e cantora”: o projeto de vida imaginado na infância .....	63
5.2.2	“Ser uma pessoa digna”: o futuro como forma de produção da subjetividade.....	71
5.2.3	“Pois não diz que o mundo vai acabar?”: um futuro sustentado na fé.....	78
5.3	“Ele não gosta que eu trabalhe”: Sobre o discurso de ser mulher: mãe e esposa .....	79
5.3.1	“Com a minha mãe”: Mãe como base familiar.....	80
5.3.2	“Mulher casou é só pra cuidar de bunda de neném” .....	82
5.3.3	“É muito difícil o marido que deixa a mulher continuar estudando”: a questão do trabalho e do estudo (para a mulher) após o casamento.....	86
5.3.4	“Ele trabalha fora”: A ausência física dos pais/maridos .....	88
5.4	“Ta bem concorrido pra conseguir emprego”: a representação do trabalho e do emprego.....	89
5.4.1	“A minha mãe só cuida de casa”: O que é trabalhar? .....	89
5.4.2	“Ser alguém é uma pessoa que trabalha”: o valor do trabalho.....	91
5.4.3	“Você não precisa trabalhar suando pra trabalhar”: os motivadores da escolha de uma profissão.....	94
5.4.4	“Não sei te explicar assim o que é”: o desconhecimento do trabalho .....	96
5.5	“Aqui não tem muito serviço e ganha pouco assim daí”: Das (im)Possibilidades de Foz do Jordão .....	98
5.6	“Deixa lá eu”: sobre a solidão na construção de um projeto de vida .....	102

5.7 “Eu acho muito bom porque pode ajudar a pessoa”: o Programa Bolsa Família .....	104
<b>6 DISCUSSÃO.....</b>	<b>110</b>
6.1 Educação, trabalho e projeto de vida .....	111
6.2 Ser mulher: mãe e esposa – do gênero em discurso .....	116
6.3 Solidão e futuro .....	119
6.4 Identidade, Subjetividade e Políticas Públicas de Assistência Social.....	120
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>8 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>128</b>
<b>9 APÊNDICES .....</b>	<b>136</b>
9.1 Apêndice A .....	136
9.2 Apêndice B .....	138
9.3 Apêndice C .....	141

## 1 INTRODUÇÃO

*“Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-las à distância” (Michel Foucault, 2010, p. 6-7)*

Identificar quais são os sentidos atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso de jovens, filhos de famílias que frequentam regularmente o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Foz do Jordão, é o objetivo principal deste trabalho. Para tanto, vários temas são abordados, são eles: o projeto de vida, a juventude, a pobreza, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, por fim, o entroncamento que se produz, entre esses temas, na contemporaneidade. Vale frisar, inicialmente, que utilizaremos o termo contemporaneidade para caracterizar as relações atuais, pois não é nosso objetivo discutir qual nomenclatura (modernidade, pós-modernidade, etc) é mais adequada à época presente. Começemos, portanto, pela contemporaneidade.

Autores como Bauman (2001) e Baudrillard (2007) denunciam que vivemos tempos líquidos, quando o consumo é sempre o objetivo final. Para isso, características como flexibilidade e rapidez são vistas como fundamentais para o bem viver em sociedade. Portanto, projetar a vida a longo prazo é andar na contramão da modernidade e da globalização. Esta última, segundo Bauman (2005), é excludente, traiçoeira, eliminadora e, com isso, produz o “refugio humano”. Pessoas que não conseguem acompanhar a velocidade da modernização e das crescentes informações, que são destituídas do poder oferecido pelo capital e impossibilitadas, assim, de desfilar pelo cenário social através do exibicionismo e da teatralidade, o que Débord (1997) denominou de “sociedade do espetáculo”. Esses sujeitos são colocados à margem e

sustentados numa condição de vulnerabilidade, deslegitimados socialmente de exercer o seu papel de sujeitos de direitos. O pobre é, portanto, um produto necessário na sociedade capitalista. Para que alguns tenham mais, outros, necessariamente, precisam ter menos.

Ora, essa visão é, na verdade, uma faca de dois gumes, pois, se as relações sociais são as que produzem e necessitam do pobre, esse sujeito é, logo, uma vítima. Não que ele não seja, mas observá-lo/colocá-lo apenas como vítima, estigmatiza-o, retirando dele a possibilidade de ser sujeito de suas ações. A vitimização pode gerar políticas assistencialistas que sustentam o pobre em sua pobreza. Esse é um fantasma antigo o qual a atual PNAS procura banir.

Antes de descrevermos a questão da assistência social e seus desdobramentos, é fundamental destacarmos a forma como a assistência social é entendida no presente trabalho, ou seja, como instituição. O conceito de instituição que instrumenta nossa análise é apresentado como “um conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se” (Albuquerque, citado por Guirado, 2010, p. 45). Para Guirado (2010):

Essa legitimação se dá, em ato, pelos efeitos de reconhecimento de que essas relações são óbvias e que naturalmente sempre foram assim. Dá-se, ao mesmo tempo e complementarmente, pelos efeitos de desconhecimento de sua relatividade. (p. 45)

Voltamos, portanto, à assistência social que, historicamente, está vinculada a uma política assistencialista, aplicada inicialmente pela igreja católica, a qual calava aqueles que deveriam gritar para denunciar a violência social à qual viviam. Era uma das artimanhas utilizadas na “sociedade do pão e circo” (Martin; Schumann, 1997) e sustentada por aqueles que detinham o poder social. A política atual desse campo afirma que:

Tal empreendimento deve sobrelevar a prática do controle social, o que, nessa área em particular, adquire uma relevância crucial, já que o atributo torpe de campo de favores políticos e caridade, agregado historicamente a esta área, deve ser minado pelo estabelecimento de um novo estágio, feito de estratégias e determinações que suplantem política e tecnicamente o passado. (Brasil, 2004, p. 9)

É atravessada por essa visão, que nasce a PNAS, aprovada em outubro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) cujo o objetivo é atuar através de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial. Visa também a contribuir com a inclusão e a equidade dos beneficiados pela política, além de assegurar que as ações, no âmbito da assistência social, garantam a convivência familiar e comunitária. (Brasil, 2004)

Para fins deste trabalho, tomaremos como vetor de estudo a proteção social básica, que é parte integrante da PNAS, e tem como objetivos “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004, p. 27).

A proteção social básica é praticada nos CRAS, onde uma equipe multiprofissional, composta geralmente de assistentes sociais, psicólogos e/ou pedagogos, procuram concretizar as diretrizes existentes na PNAS, atuando, principalmente, junto ao núcleo de apoio primeiro das pessoas, ou seja, a família.

Ao trabalhar com famílias, não se pode deixar de considerá-la em seu aspecto institucional. Segundo Guirado (2010):

A família é uma instituição que se faz pela ação concreta de seus atores: pais, filhos e aproximados. Nesse caso, a história de vínculos de alguém se reedita, historicamente, na singularidade de sua organização e numa variação ou movimento de mudança inevitavelmente exigido, uma vez que as reedições se fazem, sempre na medida em que se ocupam lugares em outras instituições. (p. 49)

Ora, é possível, então, questionar se a dita vulnerabilidade social – já tão historicamente enraizada – vivida pelas famílias frequentadoras do CRAS pode ser banida assim tão facilmente. É possível que os filhos dessas famílias perpetuem a realidade dos pais em suas próprias vidas? Ou é possível que os filhos possam romper com a dependência assistencialista? Como destaca Guirado (2010, p. 49), “movimento, repetição, regularidade e singularidade: termos díspares, que de forma paradoxal, articulam-se para falarmos de um sujeito psíquico porque institucional”.

Para pensar sobre tais questões, é fundamental discutir sobre a adolescência e o projeto de vida atravessados pela realidade social vivida pelos sujeitos desta pesquisa.

Apesar de a juventude ser uma fase da vida humana com características comuns, há diferenças importantes entre ser um adolescente desprovido de recursos financeiros ou ser um adolescente de classes médias e altas.

Birman (2011) faz uma enfática crítica à leitura da adolescência a partir de uma visão estritamente psicobiológica. Para aproximarmos nossa visão efetivamente do que ocorre na atualidade “é preciso que tal registro (biológico) seja devidamente relativizado e contextualizado, ao ser inscrito e relacionado nas séries institucionais e sociológicas” (Birman, 2011, p. 28). Dessa forma, o autor distingue as crianças e adolescentes das classe médias e elites daquelas que provêm de classes populares, destacando que: “as classes populares são arrancadas, há muito tempo, de sua condição infantil muito precocemente, premidas que são pelo imperativo da sobrevivência”. (Birman, 2011, p. 26)

É grande o número de adolescentes “cuja trajetória de vida é marcada pela busca de sobrevivência e não por oportunidades de escolha” (Bardagi; Arteché & Neiva-Silva, 2005, p. 104). Há, ainda, a possibilidade de os jovens reeditarem em sua vida atual a condição social ocupada por seus pais – refugos humanos, segundo Bauman (2005). Assim, a dependência econômica e social dos programas, projetos, serviços e benefícios oferecidos pela política se repetiriam e, com ela, a lógica assistencialista. Para a singularidade se sobrepor, extinguindo o ciclo de reprodução da pobreza, é fundamental refletir sobre o que esses jovens almejam para seu futuro e qual o lugar que um projeto de vida ocupa no discurso dos mesmos, sob efeitos da “nova” Política Nacional de Assistência Social.

Valemo-nos, principalmente, do discurso, conceito fundamental na metodologia aqui utilizada:

O que importa é considerar que os discursos são dispositivos-ato, (por)que supõe, para seu exercício, uma posição, um lugar, que é um lugar da enunciação; isto é, um lugar prenhe de palavras para ouvir e para falar; com os efeitos que isto pode ter sobre a ação de um e outro em relação, num determinado contexto. (GUIRADO, 2010, p. 46)

O discurso, para o referencial adotado no presente trabalho, não é, portanto, apenas a transmissão de um pensamento, mas constitutivo do sujeito e, desta forma, da instituição.

Todos os temas aqui apresentados, bem como o método utilizado, o qual, mais do que uma forma de interpretação de dados, é uma estratégia de pensamento e, como tal, delineará a escrita de todo este trabalho, serão aprofundados no decorrer dos capítulos que se seguem. Para o momento, é importante destacar a história dos questionamentos que motivaram a pesquisa. Como psicóloga atuante no CRAS, esta pesquisadora já foi agente da/na instituição de assistência social, onde pôde observar algumas relações antes desconhecidas e que, para virem a se tornar uma questão, provocaram, inicialmente, mal-estar e indignação. Algumas das situações presenciadas foram: as famílias que utilizam os serviços assistenciais são principalmente as mulheres, mães em sua maioria, que demonstram, por meio de seus discursos, certa falta de desejo em ter/ser algo diferente do que têm/são. Vivem, aparentemente, apenas para saciar suas necessidades básicas diárias, sem compromisso com o futuro. Isso tanto é verdade que o “campeão” de pedidos entre essas mulheres junto ao CRAS é a cesta básica. No discurso, voltamos a frisar, não demonstram expectativas ou perspectivas outras em relação ao futuro, nem, tampouco, o desejo em evoluir – seja material, psíquica, teórica, espiritualmente, entre outros aspectos. Pensar numa mudança de posição dessas mulheres em relação às suas vidas, para que deixem de serem assistidas pelo Estado e passem da dependência à autonomia é algo possível (e o otimismo faz parte dessa afirmação), mas a prática mostrou que é extremamente difícil. Mais fácil (ou menos difícil) seria atuar com os filhos dessas mães, para que estes não repitam a mesma condição de pobreza, estigmatização e estagnação de suas famílias.

Observando o cenário social caracterizado anteriormente e a realidade vivida pelas famílias no município onde foi feita a investigação, tomou-se como questão norteadora desta pesquisa a seguinte: *que sentidos são atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso dos jovens pobres do município em estudo?*

Foi a partir dessa problematização que se chegou ao objetivo geral deste trabalho: identificar quais são os sentidos atribuídos à perspectiva de



futuro e de construção de um projeto de vida no discurso de jovens, filhos de famílias que frequentam regularmente o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Foz do Jordão. Para tanto, foram convidados a falarem e a serem escutados, a partir de uma entrevista semiestruturada, treze jovens, do sexo masculino e feminino, com idade entre dezesseis e dezoito anos, filhos de pais que utilizam os serviços oferecidos pelo CRAS de Foz do Jordão/PR e que estão inscritos no Programa Bolsa Família (PBF).

Assim, além do objetivo geral, os objetivos desta dissertação foram: a) caracterizar a realidade vivida pelos jovens pesquisados; b) identificar, nos sentidos atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida, possíveis relações com o cenário social atual, especificamente no que se refere às transformações no mundo do trabalho; c) investigar, no discurso dos jovens, o lugar ocupado pelas práticas assistenciais.

Esta pesquisa torna-se relevante quando, analisando a PNAS, observa-se que tal instituição procura fugir à lógica assistencialista. Entretanto, como exposto acima, há a possibilidade de os jovens reeditarem em sua vida a atual condição social ocupada por seus pais – refugos humanos, segundo Bauman (2005). Assim, a dependência econômica e social dos programas, projetos, serviços e benefícios oferecidos pela política se repetiriam e, com ela, a lógica assistencialista. Para a ruptura se sobrepor, extinguindo o ciclo de reprodução da pobreza, é fundamental refletir sobre o que esses jovens almejam para seu futuro e qual é o lugar que um projeto de vida ocupa no discurso dos mesmos.

Como a PNAS é nova, pois foi aprovada apenas em 2004, a prática da psicologia vinculada à atual política também é recente. Assim, os referências bibliográficos capazes de orientar a prática profissional são escassos. Segundo Lara Junior e Ribeiro (2009), “um dos aspectos fundamentais que devem caracterizar a ação do psicólogo social é dispor de uma formação teórico-metodológica que o possibilite escutar os saberes e construtos sociais existentes no cotidiano das comunidades” (p. 91). Dessa forma, o referido estudo pode ser uma fonte importante para pensar em projetos destinados aos jovens que frequentam o CRAS.

Além disso, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender e analisar criticamente a PNAS, uma vez que a maior parte da população brasileira, que se encontra violentada no seu direito de cidadão, depende de tal

prática para a sua sobrevivência e para a aquisição da autonomia econômica e social.

Procurando alcançar os objetivos propostos, dividimos a dissertação da seguinte forma: o capítulo um tratará dos cenários sociais contemporâneos em suas implicações para o trabalho, da exclusão e da pobreza e, por fim, das práticas nacionais voltadas para a provisão da miséria. No capítulo dois, será abordada a questão da juventude, não apenas com o intuito de descrever comportamentos adolescentes, mas de evidenciar a distinção entre o que chamamos de adolescência e a realidade vivida pelo jovem pobre e a possibilidade de construção de um projeto de vida. O capítulo três abordará o método empregado na presente dissertação, além do contexto concreto da pesquisa, caracterizando o município em que a mesma foi aplicada. O capítulo quatro apresentará, com base na Análise Institucional do Discurso (AID), os discursos produzidos pelos jovens. E, finalizando, o capítulo cinco propõe a discussão da interlocução entre a pesquisa de campo e a teórica para, em seguida, tecer algumas conclusões.

## 2 OS CENÁRIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

*“–Como vocês conseguem manter um casamento que já dura 65 anos? –Meu filho, nós nascemos em uma época em que, quando algo quebrava, éramos ensinados a consertar e não a jogar fora.” (Autor desconhecido)*

Muitas são as nomenclaturas que se referem ao atual: modernidade líquida (Bauman, 2001); sociedade de consumo (Baudrillard, 2007); pós-modernidade (Lyotard, 2002); sociedade do espetáculo (Debord, 1997); hipernmodernidade (Lipovetsky, 2004); sociedade de curto prazo (Sennett, 2012); dentre outras. Adotar uma dessas nomenclaturas em específico seria temeroso para o objetivo deste trabalho, que não procura conhecer profundamente a filosofia de cada um dos autores citados, mas sim entender como se dão as relações no momento presente. Para isso, os conceitos acima referidos, que questionam e descrevem o social, são fundamentais e complementares. Assim, optamos por utilizar o termo contemporaneidade para caracterizar as relações atuais, sem nos prendermos a nenhuma nomenclatura específica de autores, como fez também Selig (2011):

(...) falar sobre o contemporâneo é se perguntar o que é atualidade, quais as experiências possíveis nesse tempo, no tempo em que se vive. Em síntese, é indagar quais as práticas discursivas que se afirmam e que, ao se afirmarem e se repetirem, legitimam saberes, modos de pensar, modos de se subjetivar próprios desse período. (p. 20)

Questionar o contemporâneo, segundo os princípios da AID, é o mesmo que questionar a si próprio, pois a inserção social é fundante à subjetividade. Pensar sobre o tempo atual é necessário para entender as relações que se estabelecem no dizer pelos sujeitos desta pesquisa e mais: “somente quando se consideram os ‘enlaçamentos texto/contexto’ (...) é que se pode trabalhar, na sua singularidade, aquilo que nos fala e o como se apresenta, se mostra e se fala o cliente” (Guirado, 2010, p. 52).

## 2.1 A ERA DAS INCERTEZAS E DA FLEXIBILIDADE

É sabido que, nas últimas décadas, vive-se a era da informação rápida e fulminante. A frustração e o fracasso não são permitidos e, diante deles, impera o recomeçar. Mas, como não há longevidade, esse recomeçar não se faz a partir de um fim anterior, perde-se a significação do vivido no passado e se recomeça do nada (ou do “zero”, como dito popularmente). É como canta o poeta:

Vamos começar  
Colocando um ponto final  
Pelo menos já é um sinal  
De que tudo na vida tem fim  
(...)  
É tudo novo de novo  
Vamos nos jogar onde já caímos  
Tudo novo de novo  
Vamos mergulhar do alto onde subimos  
(...)  
(Letra da música Tudo Novo De Novo, de autoria de Paulinho Moska)

Por isso recomeçar, reinventar, reelaborar, renovar, etc., são palavras de ordem e fazem parte da rotina diária das pessoas. Estimula-se o ‘correr riscos’ e a estabilidade seria quase uma morte em vida (Sennett, 2012). Isso independente de qual relação se trate: amorosa, profissional ou familiar. Citando Bauman (2001):

Hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. (p. 70)

Bauman (2001) caracteriza o momento atual como modernidade líquida. Esse nome faz referência à fluidez, principal metáfora para o estágio presente da era moderna. Explicando a metáfora:

Os fluidos (...) não fixam o espaço nem prendem o tempo. (...) Os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-las; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas ‘por um momento’. (...) A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de ‘leveza’. (...)

Associamos 'leveza' ou 'ausência de peso' à mobilidade e à inconstância. (Bauman, 2001, p. 8)

Na contemporaneidade, a possibilidade de escolher sempre a felicidade plena é sinônimo de liberdade e está em nossas mãos. Desse modo, “escolher” a infelicidade é característica própria do fracassado, pois não há peso que prenda o sujeito a qualquer lugar ou relação. É essa a visão que se vende: ser vencedor ou perdedor é uma questão apenas de escolha individual.

Para ser feliz a qualquer preço, viver plenamente o presente é a norma. O passado perdeu sentido e o futuro é incerto. “Quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os modernos dos tempos heróicos” (Lipovetsky, 2004, p. 57).

Na imprevisibilidade do amanhã, reina a incerteza, pois “nesse mundo, poucas coisas são predeterminadas, e menos ainda irrevogáveis”. (Bauman, 2001, p. 74). Para Sennett (2012), “o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal” (p. 33) e se apresenta como desejável.

‘Não há longo prazo’ é uma frase destacada diversas vezes por Sennett (2012), a qual é observada facilmente na sociedade. A mesma expressão é também caracterizada por Bauman (2001):

O “longo prazo”, ainda que continue a ser mencionado, por hábito, é uma concha vazia sem significado; se o infinito, como o tempo, é instantâneo, para ser usado no ato e descartado imediatamente, então “mais tempo” adiciona pouco ao que o momento já ofereceu. Não se ganha muito com considerações de “longo prazo”. Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo e princípio de ação, a modernidade “fluida” não tem função para a duração eterna. O “curto prazo” substituiu o “longo prazo” e fez da instantaneidade seu ideal último. (p. 145)

Contudo, esse princípio tem as suas consequências: “corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo; (...) significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar” (Sennett, 2012, p. 24-25).

A impossibilidade de planejar o futuro exige do sujeito a maleabilidade necessária para lidar com o novo (e incerto). Entramos, portanto, na

característica tão importante atualmente e enraizada como essencial para o bem viver (e sobreviver): a flexibilidade. Flexibilidade é o slogan do dia (Bauman, 2001). Para Sennett,

“Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. (Sennett, 2012, p. 53)

Sennett (2012) descreve sobre sua experiência em participar do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, onde se encontram os maiores líderes políticos e empresariais mundiais. Em suas observações, Sennett diz que esse é “um reino de conquistadores, e devem muitas de suas conquistas à prática da flexibilidade” (p. 71). Segundo o mesmo autor, “o Homem de Davos está mais publicamente encarnado em Bill Gates” (p. 71), pois esse homem:

parece não ter a obsessão de se apegar às coisas. Seus produtos surgem numa fúria e desaparecem com a mesma rapidez (...). A falta de apego a longo prazo parece assinalar a atitude de Gates em relação ao trabalho: ele falou mais de alguém tomar posição numa rede de possibilidades do que ficar paralisado num determinado emprego (pp. 71-72).

Para se sentir à vontade com o novo capitalismo, dois traços de caráter, consequências do agir flexivelmente, são fundamentais: capacidade de desprender-se do próprio passado e tolerância com a fragmentação (Sennett, 2012).

Diante dessa realidade, questiona-se: e para aqueles que não conseguem entrar no carro do progresso (Bauman, 2001) dos tempos modernos, seja por não haver mais lugares vagos, seja por não possuírem os requisitos necessários (descritos acima)? A saída é a exclusão (consciente ou não, proposital ou não) de tais sujeitos. Usando as palavras de Bauman (2001), são as ‘baixas colaterais’ do progresso.

## 2.2 O TRABALHO E A EXCLUSÃO

Ao tratarmos sobre a pobreza, a questão da exclusão social dos sujeitos que convivem com ela, coloca-se em xeque. “É preciso ressaltar, no entanto, que pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas” (Wanderley, 2008, p. 20). Complementarmente, de acordo com a mesma autora, no Brasil, pobreza e exclusão são faces de uma mesma moeda:

No caso do Brasil, consideradas as particularidades socioeconômicas, ideopolíticas e culturais, poder-se-ia dizer que estão sendo forjados, entre nós, personagens que são incômodos politicamente (a eles são atribuídos os males de nossa política, os descamisados de Collor, por exemplo); ameaçadores socialmente (são perigosos, pois não são simplesmente pobres, mas bandidos potenciais – a representação do pobre está se modificando entre nós: a sua identidade está cada vez mais relacionada à do bandido marginal) e desnecessários economicamente (uma massa crescente de pessoas que não tem mais possibilidade de obter emprego, pois são despreparados). Assim, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. (Wanderley, 2008, p. 25)

Os “desnecessários”, citados por Wanderley, por não serem mais úteis na sociedade capitalista, são denominados, por Bauman (2005), como o refugo humano: “ser ‘redundante’ significa ser extranumérico, desnecessário, sem uso. (...) ‘Redundância’ compartilha o espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘dejetos’, restos’, ‘lixo’ – com *refugo*” (2005, p. 20). Bauman (2005) destaca ainda que a pobreza (tal como é vivida na contemporaneidade) é uma fatal particularidade do viver na sociedade atual. De acordo com o autor:

A produção de “refugo humano”, (...) é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência). (p. 12)

A partir de pesquisas e reflexões teóricas, Paugam (2008) elaborou o conceito de desqualificação social, com o objetivo de demonstrar que a

“pobreza corresponde, atualmente, muito mais a um processo do que a um estado perpétuo e imutável” (Paugam, 2008, p. 68). Wanderley (2008) descreve o conceito de desqualificação da seguinte forma:

Processo relacionado a fracassos e sucessos da integração, (...), o qual considera a pobreza como sendo de uma parte, “produto de uma construção social” e de outra, “problema de integração normativa e funcional” de indivíduos, que passa essencialmente pelo **emprego**. A desqualificação social aparece como o inverso da integração social. **O Estado é então convocado a criar políticas** indispensáveis à regulação do vínculo social, como garantia da coesão social. (p. 21, grifos nossos)

De acordo com Paugam (2003), o conceito de desqualificação social permite compreender como indivíduos em estado de privação (não apenas material) estão relacionados aos serviços de assistência pública. Em abordagem tipológica, Paugam (citado por Vêras, 2008, p. 15) distingue diferentes tipos: “os assistidos (que denotam dependência dos serviços), os fragilizados (que guardam ainda distância dos serviços) e os marginalizados (que rompem com os vínculos sociais)”. Para fins desta pesquisa, trabalhamos com os assistidos, sujeitos que as políticas sociais cumprem o papel de integrar, mas podem também contribuir para sua estigmatização (Vêras, 2008). Corroborando com essa concepção, Demo (2002) destaca que:

esperar que o capitalismo aceite assistir a todos os pobres é uma banalidade comprometedora, que comete um rol de erros de análise, entre eles: deixar de ver que a inclusão dos pobres em esquemas assistenciais tem, como regra, efeito típico de exclusão, pelo menos no capitalismo, já que, não podendo se autossustentar, precisam ser mantidos pelos que conseguem; esta “santidade social” será sempre muito difícil em qualquer sistema, em particular no capitalismo, ainda que, sob peso de uma cidadania muito qualitativa, fosse possível avançar até certo ponto, mas não ao ponto de colocar a cidadania acima do mercado. (p. 8)

Dessa forma, os excluídos (ou estigmatizados) o são pela própria ação que é responsável por sua subsistência. Assim, as políticas assistenciais têm um grande desafio a sua frente na tentativa de suplantar a miséria que, segundo o autor, pode ser superada apenas em parte. Afinal a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais, segundo Paugam (2003, p. 45), “ela corresponde, igualmente, a um status social



específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência<sup>1</sup>”.

No conceito de desqualificação social estão marchetados três eixos fundamentais desta pesquisa: a pobreza (na complexidade que envolve o fenômeno), a questão do trabalho que se encontra embutido na perspectiva dos discursos sobre o projeto de vida entre os jovens em estudo, e as políticas públicas criadas pelo Estado para promover a proteção social. Para o momento, trataremos do entroncamento que se dá entre a pobreza (e a exclusão social) e o trabalho. É importante considerar, entretanto, que, para alguns autores, o conceito de exclusão social é dinâmico e vai além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços (Atkinson, citado por Vêras, 2008). Mas, para fins desta pesquisa, colocamos o trabalho no eixo principal, como o consideram outros autores: Sennett (2012); Bauman (2001); Paugam (2008); Offe (1989). Para Bauman (2005), a pobreza é uma realidade inevitável, contudo, se sua superação é possível, o trabalho (ou a possibilidade de acesso a um emprego) é prerrogativa fundamental para começar a pensar em autonomia social e econômica, pois, segundo Demo (2002):

Seriam traços comuns (da pobreza): falta de acesso ao patrimônio e ao trabalho regulado, obrigando-a a viver de expedientes eventuais e da mendicância; mobilidade incontrolada; formas típicas de relações familiares e sociais, estigmatizadas por liames pouco coesos. (p. 21)

O trabalho, atualmente, é o dado social central, pois “é através do exercício de uma atividade profissional que se constitui a percepção de pertencimento social, participação na esfera produtiva e construção efetiva da realidade” (Bardagi, Arteché & Neiva-Silva, 2005, p. 101). “A sociedade e sua dinâmica são construídas enquanto ‘sociedade do trabalho’” (Offe, 1989, p. 13). Bauman (2005) descreve o emprego como a chave para “a solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica” (p. 19). Ao trabalho, foram atribuídos muitos benefícios e efeitos favoráveis, como, por exemplo, a ampliação do patrimônio

---

<sup>1</sup> Isso será facilmente observado nas entrevistas e será retomado na discussão das mesmas

e a eliminação da miséria (Bauman, 2001). “A modernidade ocidental significou a valorização do trabalho, a avaliação do homem pela capacidade de trabalhar e o trabalho como fonte de riqueza e bem-estar, de prazer, de felicidade e de satisfação” (Freitas, 2000, p. 84).

Sendo o trabalho uma base fundamental na sociedade, reina também aqui a incerteza e a flexibilidade. Uma história contada por Sennett (2012) caracteriza belamente esse imperativo. O autor conta quais diferenças encontrou em uma padaria a qual visitara, para fins de pesquisa, vinte e cinco anos antes. A referida padaria “tinha um nome italiano e fazia pães italianos” (Sennett, 2012, p. 76), mas a maioria de seus padeiros eram gregos, filhos de padeiros que haviam trabalhado na mesma padaria. Um quarto de século após, Sennett (2012) descreve o estabelecimento da seguinte forma:

Um gigantesco conglomerado da área de alimentos é hoje dono do negócio, mas não se trata de uma operação em massa. Funciona segundo os princípios de organização flexível de Piore e Sabel, usando máquinas sofisticadas, reconfiguráveis. Um dia os padeiros podem fazer mil pães franceses, no dia seguinte mil *croissants*, dependendo da demanda de mercado imediata de Boston. A padaria não mais cheira a suor e é surpreendentemente fria, quando antes os padeiros vomitavam com frequência por causa do calor. (...). Socialmente não é mais um estabelecimento grego. (...) O poder do sindicato dos padeiros desgastou-se na loja; em consequência os mais jovens não são cobertos por contratos sindicais, e trabalham em base contingente, além de horários flexíveis. (pp. 78-79)

O interessante também foi o paradoxo constatado por Sennett (2012), pois trata-se de um espelho do mundo do trabalho atual:

Nesse local de trabalho high-tech, flexível, onde tudo é fácil de usar, os empregados se sentem pessoalmente degradados pela maneira como trabalham. Nesse paraíso do padeiro, tal reação ao trabalho é uma coisa que eles próprios não entendem. **Operacionalmente tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível.** (p. 79, grifos nossos)

Vale constar que o atual valor simbólico dado ao trabalho é fenômeno recente e processo de uma construção histórica, pois é apenas a partir do século XVIII que “a riqueza e a felicidade começaram a ser associadas ao trabalho” (Laner, 2005, p. 92). Contudo, o processo de valorização do trabalho iniciou-se anteriormente ao século XVIII, foi no século VI “com o surgimento das primeiras ordens monásticas, através do revolucionário exemplo de adesão

voluntária ao trabalho manual fornecido pelos monges” (Laner, 2005, p. 21). Distintamente à contemporaneidade, no século VI, o trabalho não estava vinculado à ideia de capital e felicidade, mas era “considerado um modo importante para expiar os próprios pecados, punir o próprio corpo (enquanto fonte de tentações) e mortificar o próprio orgulho” (Laner, 2005, p. 22).

Entre os séculos XI e XIII, novas formas de trabalho e de valor a este surgiram. Além dos monges trabalhadores, passaram a existir nas cidades artesãos e comerciantes, além dos trabalhadores intelectuais empregados nas universidades (Laner, 2005).

Atualmente há uma grande preocupação com a felicidade, que foi marcada e difundida pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Essa preocupação relaciona-se com as questões de igualdade e liberdade, condições necessárias à concretização da felicidade. Nesse sentido, o trabalho é premissa fundamental para o alcance da felicidade a partir da igualdade e da liberdade, uma vez que a ênfase à felicidade relaciona-se ao bem-estar material do indivíduo (Laner, 2005).

Em relação ao Brasil, o trabalho se legitimou a partir da “necessidade de sobrevivência do trabalhador e da família, ficando em segundo plano elementos como a influência religiosa ou artística do trabalho, expressão de uma vocação, talento ou habilidades individuais” (Laner, 2005, p. 119). Freitas (2000) destaca que:

(...) o trabalho no Brasil, ou mais propriamente o trabalho assalariado no Brasil, é coisa extremamente recente, tem pouco mais de cem anos. Porque durante quatro quintas partes da história brasileira o trabalho foi totalmente gratuito, ou seja, o trabalho era escravo. É uma instituição notavelmente recente no Brasil a do trabalho assalariado e que, ainda assim, não abrange uma parte muito considerável do Brasil. (p. 84)

Ora, sendo, então, o emprego essencial em nossa sociedade, o que se fazer daquelas pessoas que não conseguem trabalho? Como destaca Bauman (2005, p. 24): “no carro do progresso, o número de assentos e de lugares em pé não é, em regra, suficiente para acomodar todos os passageiros potenciais, e a admissão foi sempre seletiva”. Segundo economistas, o desemprego é sempre necessário, pois se atingisse a taxa zero, os sindicatos se fortaleceriam, o que não quer a classe dominante (o que nos faz questionar se

a pobreza é uma exclusão ou, na verdade, uma inclusão perversa). No final do ano de 2012, o desemprego no Brasil era de 5,5% (Brasil, 2013), e esta é a menor taxa de desemprego no país desde 2002. Ou seja, mesmo sendo considerada uma taxa baixa, o desemprego ainda está presente: como um fantasma na vida de muitos e como uma realidade na vida de outros. Para Sennett (2008):

A economia das capacitações continua deixando a maioria para trás; o que é pior, o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados mas impossíveis de empregar, pelo menos nos terrenos para os quais foram treinados. (...) é que a sociedade das capacitações talvez precise apenas de uma quantidade relativamente pequena dos educados dotados de talento, especialmente nos setores de ponta das altas finanças, da tecnologia avançada e dos serviços sofisticados. A máquina econômica pode ser capaz de funcionar de maneira eficiente e lucrativa contando apenas com uma elite cada vez menor. (pp. 83-84)

Segundo Sennett (2008, p. 82), o fantasma da inutilidade assumiu sua primeira forma moderna no “desenvolvimento das cidades, cujos migrantes já não tinham terras para trabalhar sob os pés. Os indivíduos transferiam-se para as cidades na qualidade de refugiados agrícolas desapossados, na esperança de que as fábricas mecanizadas pudessem provê-los”.

Esse foi o momento em que a economia política só via no proletário o operário, o qual devia receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho e jamais o considerava ‘em seus lazes, em sua humanidade’ (Debord, 1997). “Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário” (Debord, 1997, p. 31). Esse processo evolui até chegarmos à contemporaneidade, quando as mercadorias são o centro, tendo como consequência, inicialmente, a substituição do valor do *ser* pelo valor do *ter* e, mais recentemente, do *ter* pelo *parecer*, “do qual todo ‘ter’ efetivo deve extrair seu prestígio imediato” (Debord, 1997, p. 18), “onde o sujeito se representa nos objetos, bens únicos, e nesse caso perde seu lugar de sujeito” (Sudbrac, 2000, p. 71).

Estamos agora na sociedade de consumidores, onde os consumidores falhos (ou seja, os desempregados), só podem estar certos de uma coisa: “excluídos do único jogo disponível (consumir), não são mais jogadores e,

portanto, não são mais necessários”. (Bauman, 2005, p. 22). Corroborando com Bauman, Wolfe (citado por Dupas, 1999, p. 17) afirma que “a sociedade se dividiria em três grupos: os que têm cartão de crédito; os que não têm cartão de crédito, mas gostariam de ter; e os que nunca ouviram falar em cartão de crédito”.

Voltamos, então, ao campo da exclusão social que, apesar de complexo, pois envolve extensões conceituais, culturais e políticas, invariavelmente está relacionado à pobreza. Segundo Dupas (1999, p. 24), “(...) a pobreza – entendida como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas – deve ser o foco da definição de exclusão social em países que não possuem um Estado de bem-estar social garantindo minimamente a sobrevivência de seus cidadãos.”

Bauman (2005) destaca que os motivos da exclusão podem ser distintos, porém, para aqueles situados na ponta receptora, as consequências parecem ser quase as mesmas:

Confrontados pela intimidante tarefa de ganhar os meios para a sobrevivência biológica, enquanto se veem privados da autoconfiança e da autoestima necessárias para a sustentação da sobrevivência social, eles não têm motivo para contemplar e saborear as distinções sutis entre o sofrimento planejado e a miséria por descuido. (p. 54)

Numa outra perspectiva, Sawaia (2008) defende a tese de que se deve estudar o fenômeno da exclusão a partir das emoções de quem a vive. Segundo a autora, isso:

dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, (...). Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si só, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (pp. 98-99)

A citação corrobora com a ideia de que a pobreza (e exclusão) é um fenômeno criado social e historicamente. Isso pode parecer um clichê, já que é descrito por vários autores que estudam a exclusão social, contudo, seu reforço é fundamental para repensar o paradigma atual (já descrito anteriormente),

segundo o qual ser feliz (vencedor) ou infeliz (perdedor) é uma questão, apenas, de escolha individual.

Ser responsável por si e por seus fracassos (ou sucessos), sem questionar questões políticas, sociais, culturais e históricas, é a visão do momento, robustecida midiaticamente. Além disso, aqueles que habitam a pobreza são considerados também um problema financeiro, pois necessitam ser providos (Bauman, 2005) e, por esse motivo, “essas pessoas constituem um alvo fácil para a descarga das ansiedades provocadas pelos temores generalizados de redundância social” (Bauman, 2005, p. 81). Mas entendemos ainda que assim como o sujeito é produto social ele é, também, produtor da sociedade e é, nessa relação dialética, que se (re)produz a pobreza. Dessa forma, objetivamos o que recomenda Souza Santos:

A utilização de conceito-processo, que não indica essencialidade, mas movimento, e só adquire sentido quando recheado com a vida pulsante nos diferentes contextos históricos. Para tanto, é preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeito desqualificado socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento (citado por Sawaia, 2008, p. 109).

### 2.3 A PROVISÃO DA POBREZA: A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os jovens que participaram desta pesquisa são filhos de famílias que recebem Bolsa Família ou estão cadastrados para o recebimento do referido benefício. Portanto, caracterizar o sistema e a política de assistência social em pauta atualmente no Brasil se faz necessário. Essa é uma política complexa, que parte da Constituição Federal de 1988, onde se marca o reconhecimento da Assistência Social como um direito; passando a seguir pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que “mais do que um texto legal, refere-se a um conjunto de ideias, concepções e direitos, introduzindo uma nova maneira de pensar a Assistência Social, mudando seu status legal e político” (Silva & Corgozinho, 2011, p. 14).

É a partir da LOAS que nasce a PNAS, da qual faz parte o Programa Bolsa Família (PBF). Por ser recente, tal política está ainda se instituindo e seus processos se aprimorando, mas, como afirmam Behring e Boschetti (2008), “a assistência social é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública” (p. 161)

Antes de descrevermos sobre os aparelhos que compõem a atual política de assistência social, é importante transcorrer brevemente sobre a história que a instituiu.

Adailza Sposati, em sua palestra de abertura da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida no ano de 2003, nos brinda com um texto<sup>2</sup> que descreve a constituição da identidade da assistência social. A autora compara a LOAS a uma menina em desenvolvimento, que possui herança genética, pai, mãe e tios. Pensar a assistência social como direito não é uma novidade brasileira, segundo Sposati (2011):

A LOAS tem parentes distantes, talvez mais estrangeiros do que brasileiros. Boa parte são de ingleses, outra de franceses, que conseguiram um acordo entre Sociedade-Estado-Mercado, na metade da década de quarenta, do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, para fazer nascer a proteção social de cidadania para todos, garantida por serviços públicos custeados pelo orçamento estatal, cuja receita decorre do pagamento de impostos e taxas pelo conjunto dos cidadãos. Para isso, os impostos e as taxas têm que ser justos e incidir mais sobre quem tem mais riqueza e propriedade para poder redistribuir bons serviços públicos. (p. 20)

No Brasil, entretanto, a experiência inglesa de bem-estar social e a francesa de solidariedade e proteção social (Sposati, 2011), só chegou a partir da Constituição de 1988. A origem histórica da assistência social brasileira é baseada na caridade, filantropia e solidariedade religiosa. Citando Sposati (2008):

A assistência social cumpria tão-somente a função de prover bens e serviços com a preocupação de melhorar ou aliviar a situação de pobreza sem alterar a estratificação social. Baseava-se, também, na ideia de que a pobreza resultava de características individuais. Por outro lado, os fundamentos da assistência à pobreza repousavam mais num dever ético-religioso do que no reconhecimento de direitos do assistido. (p. 56)

---

<sup>2</sup> Que posteriormente foi publicado, no livro intitulado *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*.

Uma marca do assistencialismo no Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que nasceu em 1942, no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo inicial de “acarinhar pracinhas brasileiros da FEB - Força Expedicionária Brasileira - combatentes da Segunda Guerra Mundial, com cigarros e chocolates” (Sposati, 2011, p. 29). Lideradas por Darcy Vargas, esposa do, então, presidente da república, as mulheres da LBA, considerando o sucesso da empreitada legionária, redirecionaram no pós-guerra seus esforços para, em campo de paz, assistir as crianças e suas mães necessitadas (Sposati, 2011).

A LBA assegurou estatutariamente sua presidência às primeiras damas da República, constituindo, dessa forma, o primeiro-damismo, que não fugiu à lógica da benemerência e do “favor aos pobres” (Pereira, 2012). Na LBA, a assistência social, “como ação social é ato de vontade e não de direito e cidadania” (Sposati, 2011, p. 31). Foi, contudo, na LBA que as discussões sobre a assistência social como ato de favor versus a assistência social como direito e dever do Estado se iniciaram. Citando Sposati (2011):

A longo dos anos a LBA vai tensionar seu caráter político populista buscando alcançar uma proposta mais próxima ao Serviço Social (...). Posteriormente a família Collor detonou a LBA com escândalos. Serão seus trabalhadores reunidos nas ASSELBAs e na ANASSELBA, que irão lutar pelo nascimento da LOAS e do Sistema Único da Assistência Social. Esse esforço não foi porém reconhecido. Em janeiro de 1995, quando a LBA foi extinta, seus trabalhadores foram espalhados para todos os cantos das burocracias federais. (pp. 32-33)

A Constituição de 1988 foi o que sustentou o nascimento da LOAS. É a partir do seu artigo 203 que a assistência social é reconhecida como direito à seguridade social<sup>3</sup>. Segundo o senador Almir Gabriel, o conceito de seguridade social envolve a “ideia de cobertura da população inteira em relação aos direitos sociais, considerados dever do Estado, independentemente da capacidade contributiva do indivíduo” (citado por Sposati, 2011, p. 49).

---

<sup>3</sup> Seguridade social entendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Brasil, 2002, art. 194)



Diferentemente da anterior visão da assistência social, segundo a qual a pobreza era resultante de características individuais, Sposati (2011) afirma que:

A apresentação de motivos para a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal. (p. 52)

A LOAS está amparada na lei nº 8.742, de sete de dezembro de 1993<sup>4</sup>, que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil. A referida lei descreve que a assistência social é um direito do cidadão, comparando-a com a saúde e a educação. A partir dessa lei, a assistência social passa, portanto, de um favor prestado a um direito adquirido:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Brasil, 1993)

Para normatizar e materializar as ações de assistência social concebidas na LOAS é que nasce a PNAS. Aprovada em 2004, a PNAS tem como objetivo um novo olhar na assistência social:

*f* Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

*f* Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los.

*f* Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.

*f* Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação

---

<sup>4</sup> Reescrita em 2011, a partir da Lei n. 12.435, de seis de julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.

*f* Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possui. (Brasil, 2004, grifos nossos)

Essa política já se marca como inovadora, pois procura romper com os moldes assistencialistas adotados anteriormente. Seu eixo central é “a proteção social não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania, e não direito do trabalho próprio do seguro social ou da proteção social contributiva” (Sposati, 2011, p. 9). Além disso, procura tornar o invisível, visível, o que supõe colocar o indivíduo (usuário da assistência social) à frente para falar de suas necessidades e potencialidades. Assim, os projetos são pensados a partir do usuário e não a partir daqueles que oferecem os serviços, o que era uma marca histórica na Assistência Social: “eu que tenho (educação, saúde e capital), sei o que é melhor pra você, que não tem”. Citando Sposati (2011):

É bom dizer inclusive, que a menina LOAS veio para corrigir isto. Ela não pode falar só com alguns técnicos, com notáveis ou com dirigentes de organizações. Ela deve ser pedagógica e democraticamente compelida a dialogar com a população na ação, na decisão e na avaliação. Sua educação democrática não permite conceder que dirigentes falem pelos usuários. (p. 28)

Já na apresentação, os autores da PNAS afirmam que o assistencialismo deve ser superado, uma vez que a assistência social é um direito do cidadão e uma responsabilidade do estado e, como tal, executada por órgãos comprometidos com a não reiteração da tutela e o rompimento do ciclo de pobreza, a partir de um trabalho contínuo:

Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade. O MDS/SNAS e o CNAS estão muito empenhados em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o governo federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais. Este é o compromisso do MDS, que integra três frentes de atuação na defesa do direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social, compromisso também do CNAS. (Brasil, 2004, p. 7)

Fugir à lógica assistencialista, diretriz fundamental da atual PNAS, é importante na busca da superação da pobreza, pois “o maior problema das populações pobres não é propriamente a fome, mas a falta de cidadania que os impede de se tornarem sujeitos de história própria” (Demo, 2002, p. 5).

Para a prática da PNAS, que se dá através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), desenvolveram-se as proteções afiançadas, as quais são: a proteção social básica e a proteção social especial. Para fins deste trabalho, deter-nos-emos na proteção social básica cujos objetivos são:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Brasil, 2004, p. 27)

Os serviços oferecidos pela proteção social básica são executados junto aos CRAS, instituição onde a referida pesquisa foi aplicada. Esse centro atua com famílias e indivíduos em sua comunidade, visando à orientação e ao convívio sócio-familiar e comunitário. É uma das responsabilidades dos técnicos do CRAS, a inserção das famílias nos serviços de assistência social, incluindo o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo território nacional. Para pleitear ou receber o Bolsa Família, as famílias precisam estar cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico), o instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Para que o programa vá além do assistencialismo, ele promove a transferência de renda, gerando o alívio imediato da pobreza. Ainda atua em outros dois eixos: condicionalidades e ações e programas complementares. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. (Brasil, 2012) Pois, como já exposto acima, não é uma questão apenas financeira (saciar a

fome), é uma questão mais complexa: de identidade, de estima e de imagem de si. Assim como afirma Danièle Linhart:

Esses homens e mulheres não apenas perdem seus empregos, seus projetos, seus pontos de orientação, a confiança de terem o controle de suas vidas; também de veem despidos da dignidade como trabalhadores, da autoestima, do sentimento de serem úteis e terem um lugar social próprio. (citado por Bauman, 2005, p. 22)

É, nas ações e programas complementares, que o trabalho dos técnicos será fundamental. Assim, torna-se essencial a atuação do psicólogo. Esta pesquisa não tem o intuito de discutir a atuação do psicólogo junto à Assistência Social, pois isso, sabemos, já seria tema suficiente para a descrição de uma nova dissertação. Contudo, como as questões norteadoras do trabalho surgiram a partir da prática da pesquisadora como psicóloga e como estamos no campo *psi*, entendemos como sendo importante a descrição dos discursos que referenciam o exercício profissional do psicólogo junto ao CRAS. As bibliografias específicas para essa área, na atuação psicológica, são escassas, como afirmam Silva e Corgozinho (2011):

(...) esse novo campo apresenta alguns problemas urgentes e emergentes, que necessitam ser superados, pois cada vez mais estagiários e profissionais procuram atuar no campo social comunitário. Todavia, os documentos epistêmico-metodológicos oficiais do trabalho deste profissional no CRAS, apesar de facilmente acessíveis por meio de cartilhas e eletrônico, não se apresentam plenos para orientar a atuação e suprir as dúvidas deste profissional no âmbito do CRAS, além da carência de publicações de referências específicas (...) (p. 13).

Um dos documentos importantes que fundamentam a prática psicológica é: Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS, que foi desenvolvido no ano de 2007 pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), mantido pelo Sistema Conselhos. Tal cartilha traz um pequeno resumo sobre a história da Assistência Social no Brasil, demonstrando a inserção da Psicologia nesse campo, a atuação profissional e a gestão do trabalho junto ao SUAS. Outro documento é: Orientações Técnicas - Centro de Referência de Assistência Social, tendo sua última versão desenvolvida em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este, contudo, não descreve especificamente sobre o

trabalho do psicólogo, mas apresenta quais são as atribuições do técnico de nível superior, cargo que congrega o profissional de Serviço Social, de Psicologia “e/ou outra profissão que compõe o SUAS” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

A orientação ao profissional é importante uma vez que a Psicologia tem, historicamente, a clínica como maior campo de atuação. É comum escutar entre os psicólogos, que atuam na área, queixas sobre o despreparo, consequência de uma formação voltada aos principais campos atuação (clínica, educação e organizações), dos quais a Assistência Social não fazia parte até recentemente. Com a aprovação da PNAS, que prevê, preferencialmente, o psicólogo junto à equipe de técnicos, essa prática tem crescido aceleradamente. De acordo com Bock (2007):

Na última década, diferentes experiências possibilitaram a divulgação de um conjunto de práticas direcionadas aos problemas sociais brasileiros, práticas que apontavam alternativas para o fortalecimento de populações em situação de vulnerabilidade social, assim como para o fortalecimento dos recursos subjetivos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão de Psicologia no interior da sociedade. (p. 6)

“A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas” (CREPOP, 2007, p. 17). Para isso, o profissional deve levar em conta as ações que já fazem parte do cotidiano da comunidade, suas potencialidades e vulnerabilidades: “é preciso ir onde o povo está” (CREPOP, 2007, p. 11), ou seja, é necessário ir até o sujeito, conhecer sua cultura e seu território e atuar a partir disto, sem esperar uma queixa direta por parte do indivíduo. Segundo o CREPOP (2007):

Temos muito que ver fora dos consultórios, dos settings convencionais. Temos a oportunidade de estabelecer muitos olhares, muitas conexões, muitas redes. Temos a oportunidade de trabalhar com a vida, não com o pobre, o pouco, o menos. Temos o dever de devolver para a sociedade a contradição, quando muitos não usufruem de um lugar de cidadania, que deveria ser garantido a todos, como direito. Para isto devemos nos ocupar de todos os casos, pois eles estão ali, pedindo algo, e, às vezes, porque demoramos demais, nem pedindo estão mais (p. 12)

Assim, as práticas psicológicas não devem “categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem” (CREPOP, 2007, p. 17).

Para o CREPOP (2007), o psicólogo deve pautar sua prática em dez princípios fundamentais: estar em conformidade com as diretrizes e objetivos da PNAS; atuar de forma interdisciplinar, em especial na interface com o Serviço Social; primar pela integração com o contexto social, a realidade municipal e territorial; inserir-se no tecido comunitário com o objetivo de melhor compreendê-lo; identificar e potencializar os recursos psicossociais; dialogar entre os discursos populares e científicos da Psicologia; defender os processos e espaços de participação social, com o objetivo de impedir a cronificação da situação de vulnerabilidade; manter-se permanentemente atualizado, construindo práticas atualizadas e coletivas; priorizar os casos de maior vulnerabilidade e risco social; ir além dos settings convencionais, atuando em espaços adequados da comunidade.

A partir desses princípios, observamos que o profissional deve realizar sua intervenção através das demandas trazidas pela própria comunidade, por isso não existem procedimentos fechados que descrevem exatamente como trabalhar com as famílias do CRAS. A atuação deve ser dinâmica, “assim, os psicólogos devem sempre reinventar e criar novas formas de intervenção para a transformação social dos usuários” (Silva & Corgozinho, 2011, p. 13)

Assim, esta pesquisa poderá trazer contribuições importantes para a atuação do psicólogo, pois a mesma nasceu de angústias inerentes à prática já descrita e da impossibilidade de responder a complexa questão sobre o que deve fazer um psicólogo inserido na Assistência Social. A reflexão trouxe, ao menos, um olhar para um dos caminhos a ser seguido: pensar sobre a questão do projeto de vida junto aos jovens assistidos. Dessa forma, os construtos conceituais oriundos da Orientação Profissional são importantes, pois além de uma enorme gama de referências bibliográficas, veem acompanhados de consideráveis ferramentas que auxiliam na atuação profissional.

### 3 SOBRE JUVENTUDE, POBREZA E PROJETO DE VIDA

*“A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir.” (Maria Rita Kehl, 2004, pp. 89-90)*

Para fins desta pesquisa, foram convidados a participar jovens com idade entre dezesseis e dezoito anos. Ao ler este critério de inclusão, pode-se já diretamente inferir que os participantes se tratavam de adolescentes, afinal está socialmente instituído que a adolescência é uma fase que costuma ocorrer entre os dez e dezenove anos, conforme afirma a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde (2013). Cabe observar, porém, que segundo alguns autores (Calligaris, 2000; Kehl, 2004; Matheus, 2007; Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005; Traverso-Yépez & Pinheiro, 2002), o conceito de adolescência, tal como o conhecemos hoje, é fruto de uma formação histórica e cultural. Em sua descrição atual, se faz recente: “é a partir dos condicionantes de finais do século XIX e início do XX, que se passa a identificar essa fase como um período de transição entre a infância e a idade adulta, sendo constituída como um período específico, com uma psicologia e uma sociologia próprias” (Traverso-Yépez & Pinheiro, 2002, p. 137). Os discursos que instituem o conceito adolescência já são amplamente aceitos e fazem parte do imaginário das pessoas, isso está ilustrado na citação de Calligaris (2000):

Nossos adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham. Batalham com seus corpos, que se esticam e se transformam. Lidam com as dificuldades de crescer no quadro complicado da família moderna. Como se diz hoje, eles se procuram e eventualmente se acham. Mas, além disso, eles precisam lutar com a adolescência, que é uma criatura um pouco monstruosa, sustentada pela imaginação de todos, adolescentes e pai. Um mito, inventado no começo do século 20, que vingou sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. (pp. 8-9)

São vários os fenômenos inerentes à adolescência, instituídos por discursos psicológicos e sociais, que foram resgatados pela população e que, por isso, já fazem parte do conhecimento do senso comum: luto pelo corpo e pelos pais infantis, reconhecimento da sexualidade, busca de sua identidade,

transgressão, dentre outros. Por isso, ao pensar em jovens entre dezesseis e dezoito anos, não raro a imagem que vem à mente é de um sujeito irresponsável e transgressor, que questiona regras, está no auge do descobrimento da própria sexualidade e oscila entre a segurança e a insegurança em relação ao futuro. Um exemplo é relacionar a gravidez na adolescência como um ato de insensatez. Contudo, a realidade presenciada nesta pesquisa distinguiu-se, conforme será abordado mais adiante, muito daquela descrita (e imaginada) sobre a adolescência. Dessa forma, o conceito adolescente não parece ser suficiente para caracterizar os sujeitos desta pesquisa e, a partir de tal constatação, compactua-se com a seguinte afirmação: “a noção de adolescência necessita ser questionada precisamente pelos instituídos que carrega” (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005, p. 4).

Segundo as autoras supracitadas, o conceito de adolescência decorre de uma naturalização que serve “aos propósitos dominantes de homogeneização e padronização das práticas sociais e dos modos de existência” (2005, p. 2). A adolescência está referenciada na lógica desenvolvimentista, que caracteriza a fase como parte do desenvolvimento humano e, como tal, etapa obrigatória e similar a todos. O ser adolescente faz parte de uma identidade já amplamente difundida e naturalizada e, por isso, embasa as práticas (psíquicas e sociais) voltadas a esse público, o que pode fazer com que a diferença, quando emerge, seja desconsiderada. Citando Coimbra, Bocco e Nascimento (2005):

Quando se aceita a construção de uma identidade do sujeito na adolescência, além da produção de uma "identidade adolescente" – (...), afirma-se um determinado jeito correto de ser e de estar no mundo, uma natureza intrínseca a essa fase do desenvolvimento humano. Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença. (p. 6)

O conceito de adolescência vai ao encontro da lógica capitalista a partir de duas vertentes (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005). Primeiro por sua rentabilidade, pois, sendo como é, esse momento da vida necessita de especialistas que saibam lidar com o público e, também, de um comércio



específico, capaz de produzir diversões, roupas, músicas e alimentos destinados exclusivamente aos indivíduos em questão. Em segundo, “por sua força ao mesmo tempo massificante (etapa universal, a-histórica e homogênea para todos) e individualizante (a forma como cada um passa por tal etapa e como dela emerge depende dos méritos de cada sujeito)” (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005, p. 7).

Por esse motivo, optou-se por utilizar a palavra *juventude* quando da referência aos sujeitos desta pesquisa, pois a vertente de pensamento aqui adotada vai ao encontro daquela das autoras acima citadas:

A partir das ideias de Foucault e da Filosofia da Diferença, defendemos que os sujeitos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente. Dentro disso, a noção de desenvolvimento é uma construção, pois não há um conjunto de características a serem obtidas. Preferimos pensar em termos de processo, apostando que a vida se constrói a cada momento e não pode ser reduzida a qualquer modelo ou norma. (...) Sem a pretensão de encontrar uma resposta definitiva nem oferecer uma verdade, temos preferido usar os termos jovem e juventude em vez de adolescente e adolescência, uma vez que podem não se referir estritamente a uma faixa etária específica, nem a uma série de comportamentos reconhecidos como pertencendo a tal categoria. (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005, pp. 7-8)

Ao analisar a questão da adolescência e da juventude em Roma e na Grécia Antiga, Matheus (2007, p. 23) afirma que “o (vocabulário) da adolescência e da juventude é particularmente rico e flutuante, tanto nas línguas vernáculas como em latim. Entre *puere juvenis* inscreve-se uma quantidade de termos e expressões (...). Cada autor os emprega e os articula a seu modo”.

Dessa forma, ao eleger a palavra *juventude*, não se exclui o conhecimento já produzido acerca da palavra *adolescência*. Mesmo porque a questão que aqui se levanta não é sobre as descrições conceituais próprias da adolescência, mas à sua generalização e homogeneização de comportamentos, sentimentos e sofrimentos. Observa-se que o conceito biologicista de “adolescência”, resgatado pela psicologia desenvolvimentista, é empregado mais facilmente aos jovens urbanos e pertencentes às classes médias e altas, do que àqueles provenientes do interior e da pobreza. Como destaca Birman (2011, p. 28), “é preciso que tal registro (biológico) seja

devidamente relativizado e contextualizado, ao ser inscrito e relacionado nas séries institucionais e sociológicas”. Isso justifica a utilização de autores que optaram pelo vocábulo *adolescência*.

A partir do que foi escutado e visto na pesquisa de campo deste trabalho, entende-se, como Dayrell (2003), que “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (p. 41). Segundo o autor:

a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (p. 42)

Diante disso, percebe-se a complexidade envolvida na noção de juventude, apesar deste ser um termo comum na vida cotidiana. Assim, diferentemente do que ocorre cotidianamente, entende-se que “não é possível falar-se de juventude no singular. As múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classe é que determinarão de que jovens se fala” (Cassab, 2001, p. 65). No atual contexto social brasileiro, altamente desigual, “jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes” (Novaes, 2003, p. 122). Assim, para os jovens pobres, a juventude não está associada ao desenvolvimento da inteligência, pela impossibilidade do imperativo da escolarização, nem ao florescimento do corpo, pela ideia de animalização de seu sexo (Cassab, 2001).

Para Frigotto (2004), os jovens provenientes de classes subalternas tendem a sofrer um processo de adultização precoce. Para o autor, a inserção no “mercado formal ou ‘informal’ de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de ‘classe média’ ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e juventude” (2004, p. 182). Isso faz parte de um padrão histórico, desde os primórdios do capitalismo “a escola para a classe

trabalhadora sempre foi outra – uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário” (Frigotto, 2004, p. 195).

Na mesma linha de pensamento de Frigotto (2004), Birman afirma que a adolescência nas classes médias e nas elites tem começado mais cedo e se prolongado mais do que outrora. Já nas classes pobres a experiência é bem diferente: “Lançadas muito cedo na brutal experiência social, estas crianças são obrigadas a ser jovens e mesmo adultos muito cedo, convivendo precocemente com coisas terríveis e mesmo quase impossíveis, para as suas idades biológicas” (Birman, 2011, p. 26).

Segundo Pochmann (2004), vivemos atualmente na chamada sociedade do conhecimento que, diferentemente da antiga sociedade industrial, exige maior preparação em relação à educação e à formação. A consequência disso é que o tempo de preparação para a inserção no mundo do trabalho deve ser maior, além da formação se dar continuamente ao longo da vida. O que acaba por ser um problema para as classes baixas, como destaca Pochmann (2004):

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. O contrário parece ocorrer para os jovens filhos de pais de classes médias e alta, que possuem, em geral, condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho. Assim, terminam por obter acesso às principais vagas disponíveis, com maior remuneração e em postos de direção no interior da hierarquia de trabalho. (pp. 231-232)

Além da diferença entre o início e o término da juventude dentre as classes sociais, pautada principalmente na necessidade de inserção ou não no mercado de trabalho, outra distinção relevante e bastante citada é a vinculação de adolescentes pobres com a violência e a marginalização, esta também relacionada, de acordo com Pochmann (2004), ao emprego:

Para parcela significativa dos jovens, filhos de pais pertencentes às classes de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de renda, enquanto aos jovens, filhos de pais pobres a violência tem emergido em meio à falta de um horizonte de ocupação e renda decente. (p. 234)

Mas esse não é um fenômeno atual, Cassab (2001) destaca que a figura do delinquente juvenil, atribuída sempre ao jovem proveniente da pobreza, provém do final do século XIX e início do século XX. Segundo a autora:

A supervisão constante, atitude típica da família burguesa, vai estar presente também nas famílias operárias. A repressão ao sexo do jovem operário agrava-se ainda mais pelo imaginário de selvageria que o envolve. Aos jovens operários, excluídos da escola, precocemente introduzidos nas duras condições de trabalho, só restam a obediência e a renúncia. Desse modo, a juventude, para eles, esvazia-se do sentido da esperança, permanecendo apenas o caráter de ameaça potencial, expresso por três qualificativos: a vagabundagem, a libertinagem e a rebeldia. (p. 70)

A mesma autora ainda relata que, em sua pesquisa, ao procurar jovens provenientes da pobreza, foi encontrá-los nos programas de dependência química ou de colocação em trabalho, tutelados, de alguma forma, pelas instituições de justiça da infância e adolescência. Conforme a autora explica, “as formas de atenção aos jovens pobres seguem o padrão de associação da juventude à delinquência” (2001, p. 77).

Para Soares (2004), a questão da violência e juventude é um efeito cascata das relações que se estabelecem especialmente na pobreza, pois “mais expostas à angústia e à insegurança do desemprego, as famílias de baixa renda enfrentam com mais frequência as tensões que desestabilizam emoções e corroem a autoestima” (p. 139). Segundo o mesmo autor:

Se há alguma correlação entre experiência de rejeição infantil e violência doméstica, entre esta e o alcoolismo, e entre baixa autoestima e alcoolismo, deduz-se a conexão entre desemprego e alcoolismo e, portanto, a ligação entre pobreza, violência doméstica e vivência infantil da rejeição. Ou seja, mesmo não havendo relações causais, diretas e mecânicas, há correlações entre fatores que pertencem a um mesmo campo de fenômenos, campo construído pela força de gravidade que as tendências probabilísticas representam. (p. 139)

Relacionando juventude pobre à violência, Maria Rita Kehl (2004) expõe que, atualmente, o jovem “passou a ser considerado cidadão porque virou consumidor em potencial” (p. 91). Ao descrever isso, a autora destaca que não está analisando apenas os adolescentes da elite, pois:

a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas 'sensações', do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos adolescentes (...). O que favorece, evidentemente, um aumento exponencial da violência entre os que se sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo. (p. 93)

Observamos, contudo, que a maioria das pesquisas que envolvem juventude e pobreza foram aplicadas em grandes centros urbanos ou em suas redondezas, pouco (ou nada) se encontrou sobre estudos que envolviam (além de juventude e pobreza) uma localidade interiorana. Sendo, portanto, a juventude uma construção histórica e cultural, sabe-se que a região em que se vive é fundante à subjetividade, e o local em que reside o público-alvo desta pesquisa diferencia-se daquelas já citadas.

Obviamente, encontramos jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho. Considerando que muitos, nessas condições, não prosseguiram seus estudos, quando se inserem em atividades laborais, tendem a encontrar apenas empregos com baixa renda. Deparamo-nos também com jovens que já vivenciaram a violência. Entretanto, nos parece que uma peculiaridade envolve os jovens em questão: lá, onde a indústria cultural não se inseriu como um *tsunami*, mas apenas como uma marolinha, ainda existem jovens que não se identificam com a delinquência, nem tampouco, com a pobreza, pois estão incluídos em uma pequena sociedade onde são semelhantes aos seus pares, não havendo tanta margem para a desigualdade e, portanto, para a comparação e o sentimento de crítica em relação à sua situação de pobreza.

### 3.1 POBREZA E PROJETO DE VIDA

Antes de iniciar as próximas análises deste capítulo, uma explicação se faz relevante: como já descrito anteriormente, esta pesquisa tem como principais eixos as questões inerentes ao projeto de vida de jovens provenientes de uma pequena cidade e de uma situação de pobreza e exclusão. Como bibliografias que referenciem sobre esses jovens são escassas, principalmente no campo *psi*, na busca por referenciais psicológicos,

optou-se por eleger o campo da Orientação Profissional que está diretamente associado aos conceitos de projetos de vida e perspectiva de futuro.

Assim, encontramos várias publicações que tratam sobre o projeto de vida e orientação profissional em escolas públicas, tendo como principal referência um público socialmente desqualificado (Paugam, 2003). Há uma similaridade importante entre esta pesquisa e as bibliografias pesquisadas, pois o público em questão é semelhante<sup>5</sup> àquele observado em escolas públicas, o que justifica a utilização de referenciais que tratam sobre o jovem estudante de instituições públicas, que amparam esta pesquisa principalmente no que tange à questão social e cultural da população analisada.

Historicamente, a Orientação Profissional é uma prática aplicada com mais intensidade às classes médias e altas, por serem, tradicionalmente, as classes que chegam ao ensino universitário e que, portanto, poderiam realizar uma *escolha* profissional, já que “às pessoas empobrecidas da nação brasileira restava o destino do trabalho precoce, e quando uma qualificação profissional era cogitada, sempre aparecia como alternativa de segunda linha o aprendizado de habilidades para o desempenho de um ofício” (Bock, 2010, p. 19). Contudo, essa é uma realidade que vem mudando, haja vista os vários estudos relacionados à Orientação Profissional junto a estudantes de escolas públicas.

Analisando todas as questões sociais, históricas e culturais que abrangem a juventude, especialmente aquela inserida nesta pesquisa, e que foram expostas até o momento, é possível questionar se jovens provenientes da pobreza, já constituídos como refugio humano, estigmatizados, destituídos de valor, por serem consumidores falhos em uma sociedade de consumidores (Bauman, 2005), conseguem sobrepujar sua condição social e construir um projeto de vida, vinculado a um emprego ou profissão formal. Segundo os autores pesquisados (Ribeiro, 2003; Sparta & Gomes, 2005; Dias & Soares, 2007; Nascimento, 2006; Bastos, 2005), a condição socioeconômica será marco fundamental nas suas escolhas (ou não escolhas), pois a necessidade de ingresso imediato no mercado de trabalho, para auxiliar na subsistência

---

<sup>5</sup> Apesar da semelhança, há o conhecimento de que não são iguais, pois estão inseridos em contextos histórico-sociais distintos. Como se sabe que não há escritos que tratam especificamente sobre a população em estudo, optou-se por referências semelhantes.

familiar, sem necessariamente realizar uma escolha consciente, apenas inserindo-se onde há a oportunidade, foi uma particularidade destacada nas pesquisas de Ribeiro (2003) e Sparta & Gomes (2005). Afinal, é alto o número de jovens cuja história de vida é marcada pela necessidade de sobrevivência e não por oportunidades de escolha (Bardagi, Arteché & Neiva-Silva, 2005). Os mesmos autores destacam ainda que:

Habitualmente, quando se fala em decisão profissional na adolescência, o jovem que possui acesso a uma possibilidade de escolha é, em grande proporção, da região urbana, de classe média e média alta, aluno de escola particular ou pública de boa localização e que tem o objetivo de integrar o mundo do trabalho como um profissional de nível superior. Por outro lado, as crianças e adolescentes que vivem em situação de risco, em geral, não são educados sob a preocupação da escolha de um curso em nível superior, nem encontram, em seu cotidiano, muitas oportunidades para organizar projetos profissionais tão estruturados quanto no caso de adolescentes típicos. (2005, p. 2)

Segundo Bastos (2005), a realidade socioeconômica não é fator determinante no futuro do jovem economicamente desfavorecido, mas certamente reduz as possibilidades de ele atingir seus objetivos, “ou mesmo força a modificação de suas escolhas, negando-as ou adaptando-as para obter maiores chances de se inserir no ensino universitário ou no mundo do trabalho” (Bastos, 2005, p. 32). Em seu estudo com alunos que, sete anos antes, haviam concluído o Ensino Médio em escolas públicas, a autora concluiu que a condição de classe de seu público-alvo, se não foi totalmente determinante, foi o principal fator da não concretização de suas escolhas (Bastos, 2005).

Outros elementos fundamentais na construção do projeto de vida de um jovem são o trabalho e a família (Valore & Guirado, 2011), que estarão sempre relacionados, de alguma forma, à sua posição socioeconômica. Nesse sentido, Ribeiro (2003) destaca que o histórico profissional familiar determina sobremaneira o futuro dos jovens. Em sua pesquisa, o autor concluiu que:

O jovem de escola pública espera um auxílio com relação à inserção imediata no mercado de trabalho, pois falta informação do que existe e de como proceder. Nesse sentido, continua a trajetória dos pais, que estão em sua maioria inseridos no setor de comércio e serviços, e almeja um avanço futuro, que se concretizaria ao realizar um curso superior. (p. 148).

Sparta e Gomes (2005) realizaram uma pesquisa sobre a importância atribuída pelos alunos do Ensino Médio ao ingresso na educação superior. Para isso, constituíram uma amostragem de jovens oriundos tanto de escolas públicas, quanto particulares. Os resultados apontaram que existem diferenças significativas entre tipos de escolas (públicas e particulares) e o nível de escolaridade parental (Fundamental, Médio e Superior):

os alunos das escolas particulares indicaram com maior frequência a alternativa vestibular. Em contraste, os alunos das escolas públicas indicaram com maior frequência as alternativas curso pré-vestibular, curso profissionalizante e ingresso no mercado de trabalho. (...) Filhos de mães e pais com ensino superior foram os que mais escolheram a alternativa vestibular. Filhos de mães e pais com ensino médio foram os que mais marcaram a alternativa curso pré-vestibular. E filhos de mães e pais com ensino fundamental foram os que mais indicaram as alternativas curso profissionalizante e ingresso no mercado de trabalho (p. 50)

Observa-se, com isso, que o ambiente social é constitucional à subjetividade, na formação da identidade e na possibilidade (ou não) de construção de um projeto de vida. Nessa via, Bastos (2005, p. 33), destaca que “a escolha profissional é resultado de um processo dialético influenciado por determinantes sociais”. Dias e Soares (2007, p. 329) descrevem que “o ambiente social é o meio no qual a realidade objetiva vai sendo traduzida em realidade subjetiva, e a atividade, para o jovem, vai adquirindo um significado próprio, com um objetivo definido”. E, corroborando com tais concepções, Nascimento (2006) enfatiza que:

O Projeto de Vida emerge nessa trama complexa de relações, de construção de saberes sobre si e sobre o mundo à medida que significados são partilhados no cotidiano. Significa que existe um espaço comum de intercâmbio entre sujeitos, no qual o sentido da vida de cada um adquire contornos comuns. A estrutura social, a comunicação e a cultura são as fontes de intercâmbio responsáveis pelas condições de produção e circulação das representações sociais. (p. 59)



## 4 FUNDAMENTOS DO MÉTODO – ESTRATÉGIA DO PENSAMENTO

*Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (Michel Foucault, 2010, p. 8)*

A Análise Institucional do Discurso (AID), desenvolvida por Marlene Guirado (2010), é o método adotado neste trabalho. Contudo, como destaca a autora, essa é uma estratégia de pensamento e, como tal, não se limita, somente, a uma forma de analisar e interpretar os dados. Sendo assim, seus conceitos principais permeiam toda a forma de se fazer e de se pensar esta dissertação. São eles: instituição, discurso e subjetividade.

O conceito de instituição com que Guirado trabalha provém de Guilhon de Albuquerque: “conjunto de relações sociais que se repetem e, nessa repetição, legitimam-se” (citado por Guirado, 2010, p. 45). A legitimação se faz a partir dos efeitos de reconhecimento e desconhecimento de sua relatividade, naturalizando as relações. Citando Guirado (1997):

Em algum momento da história e para dar conta de certas necessidades e urgências sociais, os homens foram se organizando de determinada forma, e essa forma de organização ou de relação vai-se perpetuando; são as instituições. Tendemos a dizer, em meio à reprodução das relações e exatamente porque desconhecemos sua origem, que as relações são assim por natureza; não as consideramos como instituídas e sim, como se tivessem sido criadas por Deus! Tal legitimação acontece por um efeito de reconhecimento das práticas como as únicas possíveis e um desconhecimento de outras modalidades de relação. (1997)

Tomemos como exemplo a instituição de assistência social, campo de atuação desta pesquisa. No capítulo anterior, observamos que, desde a aprovação da Constituição de 1988, o paradigma assistência social como favor prestado *versus* assistência social como direito do cidadão e dever do Estado vem sendo mudado. Contudo, nesses vinte e quatro anos passados, muitos atores ainda acreditam que a assistência ao pobre é um ato de filantropia e caridade. Podemos afirmar, portanto, que a assistência social passa por um processo instituinte. Isso é possível devido às forças de resistência no jogo de

poder (Guirado, 2010), pois, em um momento anterior, havia sido instituída, ou seja, legitimada e naturalizada a prática assistencial como um ato de vontade, bondade e amor ao próximo, desconhecendo, assim, que a prática poderia ser exercida de outra forma, por exemplo, de acordo com o modo atual.

Para elucidar melhor o exemplo trazido no parágrafo anterior, se faz necessário conceituar e distinguir os termos instituinte e instituído. Instituinte é entendido aqui como uma “dimensão ou momento do processo de institucionalização em que os sentidos, as ações ainda estão em movimento e constituição. Já o instituído é a cristalização disso tudo; é o que, na verdade se confunde com a própria instituição” (Guirado, 2010, p. 42).

Para Guirado (2010), o mais importante nessa compreensão de instituição é:

que ela nos coloca, na qualidade de agentes ou de clientela, como atores em cena. É a nossa ação que faz a instituição. Que a reproduz e a legitima. Inclusive, no que diz respeito aos efeitos de reconhecimento e desconhecimento. Assim, não há porque se referir à instituição como um corpo estranho, acima de nossas cabeças, com vida própria e independente de nós. Nós a fazemos. E, mesmo que à revelia de nossa consciência, reconhecemos como natural e legítimo esse fazer. (p. 45)

A instituição se faz, portanto, a partir dos sujeitos que a constituem – atores – os quais estão em relação a partir de suas funções como agentes ou clientela no jogo do poder, possível no e pelo discurso. Antes de adentrarmos no conceito de discurso, cabe destacar a perspectiva de poder aqui trabalhada, por isso recorreremos a Foucault (2011):

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (pp. 102-103)

Com Michel Foucault, Guirado toma o discurso como ato, dispositivo, instituição, que define, “para um determinado momento histórico e para uma região geográfica, as regras da enunciação. Nele e por ele (...), o jogo de forças poder/resistência se exerce e a produção de um saber ou verdade se faz concreta” (2010, p. 46). Dizer que o discurso é ato dispositivo é acentuar seu caráter de dizer, em vez de acentuar o dito. Ou seja, “é atentar para o que se mostra enquanto se diz” (Guirado, 2000, p. 34).

O discurso também “produz, legitima e naturaliza: práticas sociais e lugares subjetivos” (Valore, 2005, p. 21). Nessa perspectiva, portanto, não se pode atribuir sentido à fala sem apreender o contexto que constituiu o discurso.

Tomando, assim, o instrumento usado nesta pesquisa, ou seja, uma entrevista semiestruturada, podemos afirmar que é importante analisarmos, além do que foi dito, o como foi dito e o contexto inserido no dizer, ou seja, a cena enunciativa. Para pensar isso de forma prática, analisaremos, por exemplo, a posição que foi atribuída ao entrevistador e ao entrevistado ou como se responderam ou se subverteram as expectativas criadas. Para Guirado (1995/2006):

A questão (...) não está em analisar isoladamente as entrevistas e no conjunto delas reconhecer as regularidades. (...) A questão está na perspectiva que se tem de análise, os recortes que ela permite e as “amarrações” ou as reconstruções a que se chega, que acabam falando ao mesmo tempo dos autores das cenas enunciativas e das condições de enunciação. Aí, a metáfora da “dobradiça”; ou melhor, de um “conceito-dobradiça” de sujeito. (p. 89)

Ao acionar o conceito-dobradiça de sujeito ou a metáfora do sujeito-dobradiça, conceituado por Guirado (1995/2006), nos colocamos frente à questão da subjetividade. A subjetividade, nessa abordagem, se constitui a partir das relações institucionais, pois o sujeito só se pode dizer psíquico porque é institucional (Guirado, 2006). Dito de outro modo, afirmar a subjetividade implica tomá-la como efeito instituído e instituinte de uma ordem discursiva institucional. A subjetividade constitui-se, desse modo, sempre no e pelo discurso. “Trata-se, então, de um sujeito da e na relação instituída/instituinte e, portanto, um sujeito institucional” (Ribeiro, 2007, p. 248).

Em nosso discurso falamos, portanto, de um sujeito único e singular (psíquico), mas constituído das/nas relações sociais históricas de repetição e

regularidade (institucional) – “a metáfora do sujeito-dobradiça, que empresta as qualidades da imagem para apresentar o jogo entre contexto e singularidade numa situação de fala” (Guirado, 2010, p. 137). Segundo a mesma autora:

Com o movimento que as metáforas nos permitem podemos dizer que o sujeito das práticas psicológicas é esse singularmente constituído nas relações que faz, nos diferentes contextos que, por sua vez fazem sua história desde o berço das (e nas) relações com as figuras que lhes apresentam como significativas. (Guirado, 2010, p. 52)

#### 4.1 UM POUCO SOBRE O CONTEXTO CONCRETO DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO

Atualmente não existe uma obra científica que nos forneça dados históricos sobre o município onde foi realizada a pesquisa. Portanto, a caracterização que aqui se faz provém de sites como o IBGE Cidades e da Prefeitura Municipal ou de informações oferecidas por pessoas idosas residentes em Foz do Jordão e coletadas de modo informal.

Inicialmente, faremos a caracterização em números, que demonstra o porquê de muitas pessoas fozjordanenses descrevem sua cidade com os adjetivos: nova, pequena e pobre.

Foz do Jordão é um município relativamente novo, foi fundado em 26 de dezembro de 1995. Segundo o IBGE, a população em 2010 era de 5.420 habitantes. De acordo com o mapa da pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros de 2003, em Foz do Jordão/PR existe uma incidência de pobreza de 45,97%.

No mapeamento da pobreza realizado no estado do Paraná, no ano 2000, em Foz do Jordão 29,43% da população encontrava-se abaixo da linha da pobreza<sup>6</sup>. Essa média é maior que a porcentagem de pessoas consideradas pobres no estado do Paraná, onde 10,83% das pessoas estão abaixo da linha da pobreza. A média de Foz do Jordão é maior também se comparada à região

---

<sup>6</sup> Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2013), estar abaixo da linha da pobreza significa ter uma “renda mensal inferior a R\$70,00 por pessoa”.

a qual o município pertence, a Cantuquiriguaçu, onde 24,69% da população encontram-se abaixo da linha da pobreza.

Outra questão importante é sobre a empregabilidade do município. A cidade possui como maior empregador a prefeitura municipal. Ou seja, além de um emprego junto a esse órgão público, a maior possibilidade de trabalho seria no comércio local. Portanto, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho são ínfimas, mas a condição atual não reproduz o que já foi este município.

A cidade de Foz do Jordão fica em uma região conhecida como Segredo. Não se sabe exatamente a origem do nome, mas vários segredos, conforme relatam seus moradores, rondam o local:

As origens históricas do Município de Foz do Jordão nos levam a desvendar o segredo de Segredo, a povoação que deu origem ao atual município. Os padres jesuítas, em fuga dos predadores de índios, passaram pelo atual sítio de Foz do Jordão, em torno de 1628 e 1630, surgindo uma lenda sobre tesouros ocultos. (IBGE, 2010)

Com o tempo, muitas pessoas procuraram o Segredo dos Jesuítas, sendo uma das prováveis origens do nome Segredo. Na década de sessenta, instalou-se na região uma grande empresa internacional de celulose e papel que empregava mais de mil funcionários, mas que veio a falir alguns anos mais tarde. Esse complexo industrial contava com uma usina hidrelétrica para gerar energia consumida na fábrica, um aeroporto e uma grande área residencial para os funcionários, onde havia, além das casas, uma igreja, um clube, um hotel, uma escola e um mercado. Relata-se que, na época em que a fábrica estava ativada, mais de três mil pessoas viveram na vila residencial.

Conta-se que o antigo proprietário da fazenda onde foi instalada a empresa, possuía em suas terras uma grande área pantanosa e, quando o gado passava pelo local, suas patas ficavam moles, perdendo, mais tarde, o casco. O proprietário da fazenda contraiu uma doença no ouvido, cujo tratamento só poderia ser feito nos Estados Unidos da América. Chegando lá, os médicos constataram que o causador da doença era um elemento químico: o urânio, responsável também pela perda do casco do gado. Após esse acontecimento, norte-americanos fundaram a fábrica, que se ergueu em um enorme complexo industrial no meio da mata.

Dentre as lendas contadas sobre a fábrica, relata-se que o proprietário da empresa teria deixado um caixão, com um tesouro, afundado nas águas do Rio Jordão<sup>7</sup>. Outra lenda relata que há um elevador subterrâneo na fábrica de celulose, que leva até uma mina secreta, de onde era extraído urânio ou, como era chamado por alguns, a “água pesada”. Antigos moradores contam, ainda, que helicópteros entravam em um enorme buraco feito na terra para extrair o urânio.

Atualmente, a usina hidrelétrica da fábrica ainda está em uso e, para manter o local, uma empresa nacional privada emprega aproximadamente quinze funcionários que ainda habitam na vila residencial com suas famílias.

Entre as décadas de oitenta e noventa, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga, que absorveu toda a mão de obra local.

Na época da construção da usina, a cidade abrigou muitos homens que vieram de outros municípios para trabalhar nas empreiteiras que prestavam serviços na obra. Comenta-se que, na época, abriram várias boates na região, onde havia mulheres que prestavam favores sexuais aos homens que trabalhavam na construção da barragem. Isso deixou uma herança à cidade, pois, nos dias atuais, é fácil encontrar famílias monoparentais que desconhecem a localização do pai (ou pais) dos seus filhos.

Para aqueles homens que constituíram família em Foz do Jordão, acabaram por ficar desempregados, quando terminou a construção da usina. Assim, outra particularidade da região é que, não raro, encontramos famílias cujo pai/marido vive em outra cidade/estado para trabalhar e manter financeiramente a esposa/mãe e filhos em Foz do Jordão.

Em relação à educação, o município possui apenas uma creche, uma escola municipal e uma escola estadual. Não há ensino privado. Para aqueles jovens que pretendem cursar o Ensino Superior sem, no entanto, mudar-se de cidade, precisam se deslocar a municípios próximos a Foz do Jordão. Atualmente, a prefeitura disponibiliza ônibus para os jovens que estudam nas seguintes cidades: Guarapuava, localizada a 100 quilômetros de distância;

---

<sup>7</sup> Essa lenda é semelhante à dos jesuítas, que também deixaram um tesouro escondido no local.

Chopinzinho, que fica a 70 quilômetros e Mangueirinha, há 35 quilômetros de distância. Dessas três cidades, Mangueirinha é a única que possui apenas uma instituição de Ensino Superior privada. Guarapuava e Chopinzinho possuem instituições tanto privadas, quanto públicas.

#### 4.2 A INSTITUIÇÃO EM ESTUDO: CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO

O CRAS de Foz do Jordão foi inaugurado em 2009 e instalado no Centro de Convivência do Idoso Eutálio Vieira da Silva. Até o ano de 2011, o CRAS, além de dividir seu espaço físico com o Centro de Convivência do Idoso, precisou conviver também com a Banda Municipal. Atualmente a banda foi transferida para outra localidade.

O centro de referência conta, atualmente, com os seguintes profissionais: uma assistente social<sup>8</sup>, uma psicóloga, uma recepcionista<sup>9</sup>, uma operadora do PBF, uma professora de artesanato, uma costureira, uma brinquedista, um professor de violão e duas auxiliares de serviços gerais. Estas últimas acumulam o cargo de mãe social da Casa Abrigo do município mas, na data da realização das entrevistas, não havia nenhuma criança abrigada, portanto as duas auxiliares estavam disponíveis para o CRAS em tempo integral.

Em relação à infraestrutura, o centro de referência conta com um amplo espaço, sendo um salão maior para o atendimento de grupos, duas salas para os técnicos, uma sala de atendimento individual, uma sala para o artesanato feito pelos usuários do CRAS, uma brinquedoteca e dois banheiros, um masculino e outro feminino.

Os serviços oferecidos pelo CRAS, quando da realização das entrevistas, são: aulas de artesanato para crianças, jovens e adultos; aula de violão para os jovens; brinquedoteca para as crianças; grupo de gestantes;

---

<sup>8</sup> Que acumula o cargo de coordenadora do CRAS.

<sup>9</sup> Que acumula o cargo de estagiária de serviço social.

grupo de idosos; atendimento assistencial e psicológico para crianças, jovens, adultos e famílias.

#### 4.3 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

O discurso da perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida dos jovens de Foz do Jordão foi tomado a partir de uma entrevista semiestruturada. Para tanto, foram entrevistados treze jovens com idade entre dezesseis e dezoito anos.

Como a presente pesquisa pretendeu investigar não apenas a questão do projeto de vida de jovens, mas o projeto de vida de jovens filhos de famílias vinculadas a projetos sociais, para pensar como esses projetos<sup>10</sup> constituem (ao lado de outras práticas sociais) a subjetividade desses jovens, utilizou-se como critério de inclusão na pesquisa: ser filho de família cadastrada no programa Bolsa Família e que frequenta regularmente o CRAS de Foz do Jordão-PR.

Como a pesquisadora já havia atuado no CRAS em questão, não houve problemas de inserção no local da pesquisa. As entrevistas foram realizadas entre os dias quatro e cinco de junho de dois mil e doze, no período da manhã e da tarde, na sala de atendimento individual nas dependências do CRAS. Em apenas uma entrevista – Fernanda<sup>11</sup> –, a pesquisadora precisou deslocar-se até a residência da mesma, pois apesar de a jovem demonstrar interesse em participar da entrevista, não pode deslocar-se até o CRAS por estar cuidando da irmã mais nova. Os jovens entrevistados eram triados e encaminhados pela assistente social (e coordenadora) do centro de referência.

Os únicos critérios usados para a triagem dos jovens foram a idade – entre dezesseis e dezoito anos –, o fato de estarem inscritos no PBF e frequentarem (ou suas famílias) os programas e projetos oferecidos pelo CRAS.

---

<sup>10</sup> Projetos entendidos como práticas sociais que legitimam a instituição Assistência Social.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que os nomes atribuídos aos jovens pesquisados são fictícios.



As entrevistas seguiram um roteiro (apêndice A) especialmente elaborado para esta pesquisa, mas as questões não eram formuladas exatamente com as mesmas palavras e, para eventuais esclarecimentos, eram realizadas outras perguntas não previstas inicialmente.

Antes de iniciarmos as entrevistas, explicávamos os objetivos da pesquisa, a sua relevância e os benefícios esperados. Caso o jovem aceitasse participar<sup>12</sup>, procedia-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) para os maiores de dezoito anos e para os pais daqueles menores de dezoito anos e/ou a assinatura do Termo de Assentimento (Apêndice C) para os menores de dezoito anos.

#### 4.4 A ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados tomou como referência o discurso dos jovens entrevistados, a estratégia de pensamento aqui adotada e os objetivos principais desta pesquisa, oriundos de um questionamento já formulado na introdução deste trabalho.

Para tanto, analisamos as entrevistas separadamente a partir de um olhar que interroga as naturalizações constituídas, as singularidades marcadas, as rupturas no dizer, as repetições, as contradições e descontinuidades para, em seguida, compará-las, atentando-se às similaridades e regularidades discursivas. Na medida do possível, procuramos evidenciar principalmente os modos de dizer, a partir dos verbos, pronomes pessoais e adjetivos usados, do que propriamente o dito.

Os eixos discursivos foram formulados a partir do que, no discurso dos jovens, fala sobre os objetivos deste trabalho, suas similaridades e singularidades quanto aos efeitos de reconhecimento e de desconhecimento no dizer e à presença de múltiplas vozes ao enunciar seu discurso. Não se trata, portanto, de uma análise ou avaliação psicológica, trata-se de escutar os jovens a partir do referencial do conceito de sujeito-dobradiça, pensando que,

---

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que todos os jovens convidados aceitaram participar da pesquisa.

ao falar, o sujeito não diz somente sobre si, mas representa, também, o discurso das instituições que o constituíram (e que, ao ser constituído por tal instituição também a constitui e a legitima em seu dizer).

Procuramos, por meio da relação discursiva de entrevista, compor as representações que atravessam o significado de futuro para os jovens, procurando encontrar qual o sentido atribuído por eles às palavras “projeto de vida”.

## 5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

*O discurso não está fora de nós: surge por meio de nós e surgimos por meio dele. (Dominique Maingueneau, 2000, p. 59)*

Descrevemos, inicialmente, um quadro que contém os seguintes dados: nome<sup>13</sup>, idade, escolaridade, residência, atuação e estado civil, para, em seguida, apresentarmos as análises.

<b><u>Nome:</u></b>	<b><u>Idade:</u></b>	<b><u>Escolaridade:</u></b>	<b><u>Reside com:</u></b>	<b><u>Atuação:</u></b>	<b><u>Estado Civil:</u></b>
<b>Breno</b>	16	8º ano do ensino fundamental	A mãe e cinco irmãos	Sem atuação profissional ou escolar	Solteiro
<b>Carlos</b>	16	7º ano do ensino fundamental	A mãe	Sem atuação profissional, mas frequenta o PETI <sup>14</sup> e faz curso de informática	Solteiro
<b>Clara</b>	17	5º ano do ensino fundamental	A mãe, o padrasto e dois irmãos	Estudante	Solteira
<b>Fernanda</b>	16	5º ano do ensino fundamental	O marido e está grávida do primeiro filho	Sem atuação profissional ou escolar	Casada
<b>Gislaine</b>	16	8º ano do ensino fundamental	A mãe, o padrasto e um irmão	Estudante	Solteira
<b>Helena</b>	16	2º ano do ensino médio	Os pais e cinco irmãos	Estudante	Solteira
<b>Juliane</b>	18	Ensino Médio Completo	Um filho de dois anos	Trabalha na rádio	Separada

<sup>13</sup> Cabe ressaltar que os nomes aqui descritos são fictícios para preservar a identidade de cada jovem.

<sup>14</sup> PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

				comunitária do município	
<b>Larissa</b>	17	5º ano do ensino fundamental	O marido, uma filha de três anos, a avó do marido e cinco cunhados.	Sem atuação profissional ou escolar	Casada
<b>Maria</b>	18	3º período de enfermagem, do ensino superior	Com a mãe e dois irmãos	É estudante e atua no laboratório do posto de saúde do município	Solteira
<b>Mariane</b>	17	Ensino Médio Completo	Marido	Trabalha como babá e com artesanato	Casada
<b>Marlon</b>	18	5º ano do ensino fundamental	Os pais e cinco irmãos	Trabalha em uma padaria	Solteiro
<b>Natalia</b>	16	2º ano do ensino médio	Os pais	Estudante	Solteira
<b>Rosimere</b>	18	Ensino Médio Completo	Os pais e dois irmãos	Sem atuação profissional ou escolar	Solteira

Em relação à análise que será feita nas próximas páginas, cabe observar que a mesma é uma dentre as tantas possíveis, pois, como destaca Guirado, “ouvimos com as palavras que temos para ouvi-lo” (2010, p. 47). Ressalta-se, contudo, que a escuta se voltou às palavras que, na análise, puderam ser articuladas aos objetivos iniciais desta pesquisa, o que não invalida a pesquisa já que, na AID, as expectativas que se criam entre entrevistador e entrevistado fazem parte do método, tornando-se objeto de análise.

As análises que se seguem estão organizadas a partir de eixos discursivos em torno dos quais as cenas discursivas se estabeleceram ao longo da entrevista. Seus títulos foram extraídos de algumas falas e estão divididos da seguinte forma:

- (1) “Só o ensino médio?": o sentido que os jovens atribuem à sua escolaridade.

- (2) “De criança eu pensava em ser chapeador só”. Do futuro em discurso: as expectativas, anseios e desejos ou falta destes no discurso sobre o futuro.
- (3) “Ele não gosta que eu trabalhe”. Sobre o discurso de ser mulher: mãe e esposa
- (4) “Ta bem concorrido pra conseguir emprego”: a representação sobre o trabalho/emprego.
- (5) “Aqui não tem muito serviço e ganha pouco assim daí”: das (im)possibilidades do município de Foz do Jordão
- (6) “Deixa lá eu”: sobre a solidão na construção de um projeto de vida
- (7) “Eu acho muito bom porque pode ajudar a pessoa”. O Programa Bolsa Família: o sentido do programa de transferência de renda (Bolsa Família) para os jovens entrevistados.

### 5.1 “SÓ O ENSINO MÉDIO”?

O estudar é representado de diferentes formas pelos entrevistados. Descreveremos abaixo todos os extratos relacionados à escolaridade, divididos pelas suas singularidades e regularidades:

***Qual a sua formação?***

*Juliane: Só ensino médio*

Juliane utiliza-se da palavra *só* ao afirmar que completou o Ensino Médio, o que confere uma insuficiência em sua formação. Isso pode ser notado também no decorrer de sua entrevista, pois, a partir de seu discurso, é possível observar que o almejado, em suas expectativas para o futuro seria conseguir concluir uma graduação, como ela relata quando questionada sobre seus temores em relação ao futuro: *tenho medo de não conseguir fazer a minha faculdade e de nunca conseguir mudar de vida e ficar sempre nesse meio termo, sei lá*. Ela demonstra, com seu dizer, que fazer uma faculdade é a garantia de mudança de vida. Contudo, vale ressaltar, também, que a

pesquisadora, antes de iniciar a entrevista, explicou todos os objetivos da mesma, enunciando que estava vinculada a um programa de mestrado. Portanto, entre a formação da entrevistada e a da entrevistadora há uma distância, que Juliane possivelmente conseguiu preencher com a palavra *só*.

Diferentemente do extrato anterior, nas entrevistas abaixo a conclusão do Ensino Médio é, em si, suficiente para caracterizar o término dos estudos:

**Qual é a tua formação? Você estudou até que série?**

Mariane: eu terminei

**O que, você se formou?**

Mariane: O 2º grau

**Qual é a tua formação? Você estudou até que série?**

Rosimere: Até o 2º grau, terminei

Ao utilizar o verbo *terminar*, essas jovens colocam fim ao seu processo de estudo ao concluir o 2º grau sem considerar, neste momento, a possibilidade de cursar o ensino superior. Afinal, como diz o irmão de Mariane: *faculdade pra pobre não adianta nem sonhar que isso não acontece*. Na impossibilidade de sonhar, o término se faz presente no discurso. Isso as difere de Juliane, que almeja tal possibilidade, insinuando-a a partir da palavra *só*.

Outra característica encontrada entre os entrevistados foi o abandono dos estudos. Nesse caso, a singularidade parece se dar em relação aos motivos da interrupção:

**Você estudou até que série?**

Marlon: 5ª

**5ª série. Você terminou a 5ª série?**

Marlon: Nem lembro, acho que sim

**Quantos anos você tinha quando parou de estudar?**

Marlon: tinha 16 acho

**E você parou de estudar porque Marlon?**

Marlon: Resmungo, inaudível

**Não entendi?**

Marlon: Sei lá porque. Não tava gostando mais de ir

**Você estudou até que série?**

Breno: Até a 8ª, terminei a 8ª

**Faz tempo que você terminou a 8ª série?**

Breno: Faz. Eu tava internado

**E você estudou até que série?**

Larissa: Até 5ª

**Você está estudando agora?**

*Larissa: Eu tava fazendo supletivo, daí só que aí a minha menininha não parava e aí tive que desistir*

**Você está estudando Fernanda?**

*Fernanda: Não*

**Você estudou até que série?**

*Fernanda: Até 5ª*

**E você parou porque?**

*Fernanda: Por causa que eu casei e aí parei*

**Você está estudando?**

*Carlos: Não*

**Não? Você estudou até que série?**

*Carlos: 7º ano*

**Faz tempo que você parou de estudar Carlos?**

*Carlos: Esse ano*

**Esse ano? E você parou de estudar porque?**

*Carlos: Porque eu fui embora com a minha mãe pra Mangueirinha e daí eu já tinha perdido um bimestre inteiro, e daí eu vortei e não tinha como eu recuperar, daí eu parei.*

Marlon diz não se recordar de quando interrompeu os estudos e o motivo alegado está relacionado a um gostar ou não de comparecer às aulas. Ele foi o único entrevistado que assumiu a responsabilidade pelo abandono escolar.

Breno, ao ser questionado sobre a conclusão da oitava série, relacionou-a ao seu internamento<sup>15</sup>. Não fica claro o porquê dessa relação, entretanto, é possível observar, no decorrer de sua entrevista, que ele volta a discorrer sobre seu internamento outras várias vezes.

Larissa responsabiliza o abandono dos estudos à filha. A ação da menina de não parar impõe a ação da mãe: parar de estudar. Já Fernanda responsabiliza seu casamento que, igualmente, interrompe a ação. Isso também foi observado quando uma das jovens (Rosimere) refere-se à irmã: *Ela (a irmã de Rosimere) também ia fazer curso e ela não fez porque ela casou.*

Já Carlos sugere a assunção de um lugar de impotência por não conseguir recuperar o bimestre perdido.

Breno, Larissa, Fernanda e Carlos, ao atribuírem seus abandonos escolares às questões externas, das quais não têm domínio, demonstram que podem observar suas atitudes de forma censurável e, por isso, passível de justificativa.

---

<sup>15</sup> Segundo relato do entrevistado, ele foi internado em hospital psiquiátrico por ser dependente de drogas.

Existem, ainda, aqueles que estão estudando, mas que, pela sua idade, estão atrasados nas séries escolares:

**Você está com 16 anos né?**

*Gislaine: To*

**Você estudou até que série?**

*Gislaine: Agora eu to no 8º ano*

**Você está estudando?**

*Gislaine: To*

**Você está estudando Clara?**

*Clara: To*

**Você está em qual série?**

*Clara: Na 5ª*

Houve uma entrevistada, apenas, que fugiu às similaridades acima citadas e que, por coincidência, foi a última que participou da entrevista. A pesquisadora, que não havia escutado de nenhum entrevistado que estaria cursando faculdade, custou a acreditar que esta estaria, tanto que questionou se o curso que ela estava fazendo tratava-se de curso técnico:

**Você está estudando?**

*Maria: Sim*

**E o que você faz?**

*Maria: Faço enfermagem*

**Enfermagem, técnico?**

*Maria: Faculdade*

Por fim, existem jovens que estão estudando nas séries esperadas para sua idade. Entretanto, para a amostra desta pesquisa, podemos afirmar que são poucos:

**Você estudou até que série?**

*Helena: Até agora? No 2º*

**Do 2º grau?**

*Helena: É*

**Você está estudando no momento?**

*Helena: To*

**Você estudou até que série?**

*Natália: Eu estudo ainda, to no ensino médio, no 2º do ensino médio*

**No 2º ano né?**

*Natália: É*



## 5.2 “DE CRIANÇA EU PENSAVA EM CHAPEADOR SÓ”: DO FUTURO EM DISCURSO

Partindo do pressuposto de que as preocupações, os medos, os temores, os desejos e os sonhos em relação ao futuro e, principalmente, a própria noção de futuro são produzidos no/pelo discurso, as questões que tratam sobre o tempo por vir foram cruciais para pensar sobre como o projeto de vida fez ou faz parte do discurso familiar do entrevistado e, quando fez (ou faz), de qual forma é incorporado pelo jovem. Vale ressaltar que o discurso é construído nas relações institucionais vivenciadas ao longo da vida e, dentre essas relações, pressupomos que as familiares têm primazia (assim como têm na PNAS), por isso a ênfase que se dá ao discurso familiar.

### 5.2.1 “Eu queria ser modelo e cantora”: o projeto de vida imaginado na infância

Uma das perguntas que fazia parte das entrevistas e que foi direcionada a todos os jovens é se, quando criança, as pessoas perguntavam o que ele queria ser quando crescesse e o que o entrevistado pensava sobre isso nos dias atuais. As respostas obtidas foram diversas.

Na família de Juliane, essa era uma questão presente:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?**

*Juliane: Perguntavam.*

**Perguntavam?**

*Juliane: Hanhan. E eu falava que ia ser professora ou enfermeira porque a minha mãe é enfermeira e trabalha aqui no posto e eu tenho 6 tias e 3 são professoras e 3 são enfermeiras também e eu falava que eu ou ia ser professora ou ia ser enfermeira. Mas enfermagem não me faz a cabeça mais, depois que acompanhei algumas vezes a minha mãe aqui no posto não quero mais isso*

**Quem eram as pessoas que te perguntavam isso?**

*Juliane: Os parente, professor*

**Hoje enfermagem não?**

*Juliane: Não, enfermagem não*

**E professora você ainda pensa?**

*Juliane: Ainda penso. É a minha 1ª opção na verdade*

**Você pensa em fazer história pra ser professora e não pra ser pesquisadora?**

*Juliane: Quem sabe né? Mas a princípio é pra dar aula sim*

Em um primeiro momento, Juliane responde que eram os parentes quem perguntavam o que ela queria ser quando crescesse. Sua resposta associou-se ao vínculo familiar, pois em sua família havia professoras e enfermeiras<sup>16</sup>, profissões essas que ela, na infância, pensava em seguir quando adulta, optando, na juventude, pela profissão de professora. Essas são profissões que exigem mais do que o Ensino Médio, o que justificaria o lugar que Juliane atribui à sua escolaridade: insuficiente.

Assim como Juliane, Natalia relaciona sua vontade de ser arquiteta ao vínculo familiar:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

*Natalia: Perguntavam*

**Quem que te perguntava?**

*Natalia: Meus pais, meus irmãos, meus amigos*

**E o que você respondia?**

*Natalia: Arquiteta*

**E hoje, o que você pensa sobre isso hoje?**

*Natalia: Eu continuo, eu sempre quis ser arquiteta porque na minha família a maioria é engenheiro e daí quero ser arquiteta*

**Quem é engenheiro?**

*Natalia: O meu cunhado*

Entretanto, o vínculo de Natália não é com um parente próximo, com quem ela cresceu (tias, como Juliane), mas com o cunhado, marido de sua irmã. Em sua resposta, Natália diz querer ser arquiteta, pois em sua família a maioria é engenheiro, ao afirmar isso ela compara a profissão de engenharia com arquitetura, de onde podemos pressupor que, para ela, as profissões são próximas. Além disso, parece que, nesse caso, a profissão do cunhado é qualitativamente importante, pois Natália refere-se a ele quantitativamente como sendo *a maioria da sua família*.

No caso de Rosimere e Clara, a questão não era instigada na infância, nem pelos familiares, nem tampouco pela escola:

---

<sup>16</sup> Cabe ressaltar aqui que a identificação de Juliane é apenas com mulheres. Durante toda sua entrevista, ela não menciona parentes homens.

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?**

Rosimere: Não

**Nunca ninguém te perguntou isso?**

Rosimere: Nunca

**Nem seus pais?**

Rosimere: *a mãe é tipo analfabeta e o pai também não tem muito estudo e eles nem pergunta as coisa assim*

**E você pensou sobre isso quando era mais nova? O que você queria ser quando crescesse?**

Rosimere: Não, nem me lembrava, *ih*, nem tocava nesse assunto

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

Clara: Não

**Nunca ninguém te perguntou isso?**

Clara: Não

**E você pensava sobre isso quando era criança?**

Clara: Hanhan

**O que você pensava sobre isso, você queria ser o que?**

Clara: Uma professora

**Professora. Porque professora?**

Clara: Não responde

**O que te passava na cabeça de ser professora?**

Clara: Não responde

**E hoje, você gostaria de ser professora também? Ainda tem vontade de ser professora?**

Clara: Hanhan

**O que você pensa sobre isso hoje?**

Clara: Não sei

Rosimere destaca que a mãe é *tipo analfabeta* e o pai *não tem muito estudo*, como se esse fato justificasse a falta de questionamentos sobre o futuro. Observamos aí uma naturalização, ou seja, apenas quem estudou pode pensar sobre *coisas assim*. Além disso, ela utiliza-se da expressão *ih* para enfatizar que *nem tocava* no assunto sobre o que gostaria de ser quando crescesse. Já Clara diz que pensava em ser professora, sem, no entanto, conseguir discorrer mais sobre sua vontade<sup>17</sup>. Nesse caso, parece que a ação da família e/ou sociedade em calar-se diante da questão do futuro, segue-se a ação das jovens: não *lembrar desse assunto*.

A ideia de Breno, na infância, era ser bombeiro. Ideia essa abandonada na juventude, pois atualmente quer ser policial:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?**

Breno: Bombeiro

---

<sup>17</sup> Sempre quando Clara precisava elaborar melhor sobre suas respostas iniciais, ela respondia com o silêncio. Tentaremos uma justificativa a isso no capítulo 6.4.

**Você respondia isso. Quem perguntava pra você?**

Breno: Minha mãe, meu pai, é meus tio

**Todo mundo perguntava e a tua resposta era que você queria ser bombeiro. E hoje, o que você pensa sobre isso?**

Breno: Ah, eu penso em ter uma profissão melhor né

**Você pensa em que? Não entendi**

Breno: Eu penso em ter uma profissão melhor

**Uma profissão melhor do que bombeiro?**

Breno: bem melhor

**Que profissão seria essa?**

Breno: É ser policial

**Porque ser policial é melhor do que ser bombeiro?**

Breno: Ah, que o policial é a lei né

**E o que tem a lei, o que a lei te chama aí, porque você imagina que a lei seria melhor do que ser bombeiro?**

Breno: Não, porque, vamos dizer assim, a lei mata os bandido, ah, tira a pessoa do vício, tira assalto, ah, várias coisa

**Isso aí tem alguma coisa vinculada ao fato de você ter ficado internado?**

Breno: Não

**Você pensou em ser policial depois que você foi internado ou antes?**

Breno: Depois

**Tem alguma relação com o teu internamento?**

Breno: Tem

**Que relação que tem?**

Breno: Aí, aí, aí, agora me pegou, eu não sei explicar direito

**Algum policial te abordou pra você ser internado ou não?**

Breno: Não, eu mesmo quis ir

Parece haver uma relação de Breno com o poder ao dizer que o policial, mais do que simbolizar a lei, ele é a lei. A lei transforma-se em pessoa, um alguém com o poder de *tira a pessoa do vício*. Observa-se que há uma ênfase na opção de ser policial (e de ser a lei), pois essa escolha não é apenas melhor, é *bem* melhor. Além disso, ao utilizar a expressão *né* ele pressupõe que há uma concordância do entrevistador em sua afirmação. Breno expõe que o desejo de tornar-se policial ocorreu apenas após seu internamento, o que nos levou a interpretar que há um vínculo entre querer ser policial e estar internado, o que justifica a pergunta: *Tem alguma relação com o teu internamento?* Ao que Breno resiste inicialmente, respondendo afirmativamente em seguida, sem, no entanto, conseguir explicar o porquê da relação.

Mesmo abandonando a escola, Breno não se privou de pensar no futuro, demonstrando que, para ele, a relação com o futuro se dá a partir de uma vivência no presente (internamento motivando a vontade de tornar-se policial) e não pelo grau de formação escolar.

Diferentemente de Breno, Larissa priva-se de pensar em seu futuro, preocupando-se, contudo, com o futuro da filha:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

*Larissa: Assim, eu não lembro*

**As pessoas não te perguntavam isso quando você era criança?**

*Larissa: Perguntava, só que eu dizia mas agora eu não lembro*

**Você não lembra o que você falava que queria ser?**

*Larissa: Eu dizia que não queria es... para de estuda, queria continuar a estuda, que eu não queria casa, queria estuda muito e daí ia ser alguém na vida*

**E hoje, o que você pensa sobre isso?**

*Larissa: Hoje eu não penso nada. Eu quero dar o exemplo pra minha filha, que ela não case, que ela estude e que ela seja alguma coisa na vida*

É intrigante Larissa não recordar, em um primeiro momento, sobre o que dizia queria ser, quando criança. Ao recordar, comete um ato falho, pois parece que ia falar: *Eu dizia que não queria estudar*. Ao que ela interrompe e completa: *para de estudar*. Pode-se interpretar que a recordação seria uma resposta de Larissa à expectativa do entrevistador, que a questiona três vezes sobre suas ideias infantis em relação à vida adulta. Isso justificaria a falta de lembrança num primeiro momento, para, em seguida, por uma resposta conflituosa para Larissa (estudar *versus* parar de estudar), na qual o parar de estudar faz parte de sua experiência e o estudar representaria a resposta à expectativa da pesquisadora. Outra interpretação possível para seu ato falho é a concatenação de posições/lugares ocupados por ela em tempos diferentes de sua história de vida. Em sua infância, sua posição era de parar de estudar e, agora, em outro momento de sua vida, se coloca numa posição de arrependimento, ou de querer estudar, contraditória à posição anterior. Em seguida, ela se coloca como um exemplo (negativo) para filha, para que esta aja diferentemente da mãe, ou seja, estude e não case, sendo assim, na perspectiva de Larissa (o que a mãe não foi), *alguma coisa na vida*.

A preocupação com o futuro não parece ser algo estimulado na família de Mariane, já que eram os viajantes que vendiam roupas para sua mãe que questionavam sobre seu desejo de trabalho na vida adulta:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?**

*Mariane: Perguntavam.*

**E quem perguntava?**

*Mariane: a minha mãe vende bastante roupa pra viajante e de cada passo quando ela ia pegar roupa pra viajante eu ia junto e eles ficavam fazendo pergunta que série que eu estudava, o que eu ia ser quando crescer e eu falei, de artes fácil ou pediatra pra cuidar de criança*

**A tua resposta então era sempre a mesma que você está me dando agora?**

*Mariane: hanhan*

**Você sempre falava que queria fazer ou artesanato**

*Mariane: ou pediatra de criança*

**E hoje o que você pensa sobre isso? Continua com a mesma ideia**

*Mariane: sim, mas agora ta mais difícil né*

**Porque ta mais difícil?**

*Mariane: é, porque casa e daí se a gente não se cuidar já começa a vir criança e isso é o que eu penso mais pra dispois, por isso que eu quero 1º pensar em trabalhar e ver se eu consigo fazer a faculdade pra dispois pensar em criança. Ainda quero se divertir e tentar fazer o meu projeto de vida*

Ficou obscura a resposta de Mariane sobre *estar mais difícil agora* (em se tornar pediatra ou artesã), pois, se avaliarmos toda sua resposta, a dificuldade reside na possibilidade da chegada de um filho. Entretanto, ela não está grávida e relata estar se cuidando para não engravidar. Analisando, contudo, apenas o início de sua resposta, ela diz: *é, porque casa*. Podemos pensar, dessa forma, na hipótese de que apenas o casamento, por si só, dificultou seus planos em ser artesã ou pediatra. Ao final de sua resposta, Mariane diz: *tentar fazer o meu projeto de vida*, desconhecendo que o seu projeto de vida já foi dito por ela anteriormente, portanto ela não precisa tentar fazer, ela já conseguiu, precisa apenas realizá-lo. Analisando a forma como a entrevistada citou a expressão *projeto de vida*, supomos que ela o fez com referência à pesquisadora, que usou a mesma expressão para explicar a pesquisa. Portanto, sua última resposta pode ter sido construída a partir da imagem de Mariane sobre o que a pesquisadora gostaria que ela respondesse.

Assim como Mariane, Helena relata que não era sua família quem a questionava sobre seu futuro, mas a escola:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

*Helena: Sim*

**Quem que te perguntava isso?**

*Helena: Lá na escola perguntavam o que eu queria ser*

**Na escola, e teus pais te perguntavam isso ou não?**

*Helena: Perguntavam*

**E você respondia o que?***Helena: Falava que ia ser professora de artes***E hoje, o que você pensa sobre isso? Você tem essa vontade de ser professora de artes ou não? O que você pensa sobre isso que você falou quando era criança?***Helena: Tenho vontade*

No caso de Helena, a vontade infantil de ser professora de artes não partiu com o tempo, pois continua em sua juventude. O mesmo acontece com Marlon:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?***Marlon: Perguntavam***Quem perguntava?***Marlon: Tia, prima***E qual era a tua resposta?***Marlon: De criança eu pensava em chapeador só***O que faz o chapeador?***Marlon: Chapeador é quem reforma carros assim***E hoje, o que você pensa sobre isso?***Marlon: tenho vontade de ser ainda***Tem vontade. E o que te impede de ser mecânico?***Marlon: não sei né*

Ao descrever que gostaria de ser chapeador, Marlon complementa com a expressão *só*. Essa expressão pode estar relacionada a uma questão quantitativa, pois gostaria de ter apenas uma profissão (e não duas ou mais) ou a uma questão qualitativa, pois chapeador não parece ser uma profissão que, para a sociedade atual, promova *status* ou assegure um alto retorno financeiro. Marlon sugere, com isso, que sua vontade de ser chapeador está vinculada a uma realização pessoal.

Ao questionar o que impediria o entrevistado de estar na ocupação que gostaria, a entrevistadora utiliza-se da palavra *mecânico*, contudo Marlon não disse querer ser *mecânico*, mas *chapeador*. Mostra-se aí um ato falho do pesquisador, ao qual o entrevistado não retruca ou procura corrigir.

Gislaine, Maria, Carlos e Fernanda eram questionados pela família sobre seus desejos para a vida adulta. A distinção entre eles reside em suas respostas e o que pensam sobre seus desejos infantis na juventude:

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?***Gislaine: As vezes*

**Quem costumava perguntar isso pra você?**

Gislaine: A minha vó, minha mãe

**E você respondia o que pra elas?**

Gislaine: Que eu queira ser modelo e cantora

**E hoje, o que você pensa sobre isso hoje?**

Gislaine: Ai. Nenhum

**Você gostaria de ser modelo e cantora? Sim... ou não?**

Gislaine: Sim

**E você acha que você conseguiria ser modelo e cantora?**

Gislaine: As vezes

**Quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

Maria: Bastante!

**Quem que te perguntava isso?**

Maria: Meus pais, a família, sempre todo mundo pergunta

**E o que você respondia o que?**

Maria: Várias coisas, eu mudava de ideia a cada passo, professora, cantora, toda criança quer ser né, de sempre

**E hoje, o que você pensa sobre isso hoje?**

Maria: Hoje eu sei o que eu quero é isso mesmo, tipo enfermagem mesmo, na área de saúde que eu gosto mesmo de fazer sabe

Gislaine e Maria relatam uma vontade de serem cantoras, contudo Maria completa sua frase com *toda criança quer ser né*, estendendo seu desejo a uma comunidade ampla: todas as crianças (naturalmente querem ser cantoras). Mas ela demonstra que seus desejos (naturalmente) infantis permaneceram na sua infância e hoje sabe o que quer: formar-se enfermeira. Diferentemente de Gislaine que, ainda, pensa em ser cantora (e modelo). A diferença, para Maria, portanto, entre infância e juventude, é mostrada como saber ou não o que se quer.

**Quando você era criança, Carlos as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescesse?**

Carlos: Hanhan

**Quem que te perguntava isso?**

Carlos: Minha mãe, meu pai

**É. E o que você respondia?**

Carlos: Eu quero ser engenheiro

**Engenheiro? Hum. E hoje, o que você pensa sobre isso?**

Carlos: Não sei, porque não terminei até o 3º, não sei se vou termina e ai não vou poder fazer faculdade

**E porque você acha que não terminaria até o 3º?**

Carlos: Porque eu faço 17 esse ano e daí o ano que vem eu faço 18 e daí esse ano eu vou embora daqui

Apesar da pergunta feita a Carlos estar no tempo passado, sua resposta opera no tempo presente, pois ele não diz (dando continuidade a ordem da entrevista): eu queria ser engenheiro, mas diz: eu quero ser engenheiro.



Entretanto, há para ele uma impossibilidade de concretizar seu anseio atual, pois não cursou as séries necessárias para ingressar no Ensino Superior. E Carlos naturaliza a impossibilidade de fazê-lo pelo resto da vida, a partir do assujeitamento ao discurso: ou ele se submete à sequência atribuída socialmente (Ensino Médio para o Ensino Superior) ou interrompe inteiramente os estudos.

***Fernanda, quando você era criança as pessoas te perguntavam o que você queria ser quando crescer?***

*Fernanda: Hanhan, eu falava que queria ser professora*

***Quem te perguntava isso?***

*Fernanda: Sempre meus pais, meus amigos*

***E você falava que queria ser professora***

*Fernanda: Hanhan*

***E hoje, o que você pensa sobre isso hoje?***

*Fernanda: Penso assim que porque que eu não fui estudar e terminar pra ser professora*

***Você ainda tem vontade de ser professora?***

*Fernanda: Há uns tempo eu tinha, agora não tenho mais*

Percebe-se uma descontinuidade na resposta de Fernanda, pois inicialmente ela se questiona sobre o porquê de não ter estudado para ser professora e, depois, afirma que não tem vontade, atualmente, de seguir essa carreira. A vontade de ser algo (professora, no caso) parece ter sido anulada pela falta de vontade de dar continuidade aos estudos. Ela demonstra culpar-se por ter interrompido o estudo e, assim como Carlos, não imagina que pode voltar a fazê-lo um dia.

### 5.2.2 “Ser uma pessoa digna”: o futuro como forma de produção da subjetividade

Com o objetivo de escutar sobre o(s) sonho(s) que os jovens tinham para seu futuro, formulou-se a questão abaixo transcrita. Três jovens responderam que não possuem sonhos, o que surpreendeu a entrevistadora que, não conformada, questiona mais de uma vez se os jovens realmente não possuem sonhos. Há, na expectativa de resposta da pesquisadora, uma naturalização: de que o sonhar deve ser algo inerente a todos os jovens:

***Você tem sonhos?***

Helena: Sonhos?

**É, você sonha com alguma coisa pra sua vida?**

Helena: Não

**Nada? Você não sonha em ser alguma coisa ou ter alguma coisa?**

Helena: Não

**Nenhum?**

Helena: Não

**Como é que você se imagina no futuro?**

Helena: Que esteje formada em alguma coisa

**Você imagina formada em que?**

Helena: Como professora

**Como é que você imagina que você vai conseguir alcançar isso que você pensa pro seu futuro?**

Helena: Estudando

**Estudando como, o que? Como é que você vê isso?**

Helena: Fazer faculdade

**Fazer faculdade aonde?**

Helena: Resposta baixa, não audível, resmungo

**Você tem sonhos?**

Marlon: Não

**Não? Nenhum? Você não sonha nada pro seu futuro?**

Marlon: Pro futuro não muito

**Não muito, mas deve ter alguma coisa**

Marlon: Ah, não lembro bem

**Não lembra agora. Como é que você se imagina no futuro**

**Marlon?**

Marlon: Eu não sei também

**Você tem sonhos?**

Rosimere: pior que não

**Não tem sonho nenhum?**

Rosimere: num num

**Não pensa em alguma coisa que você gostaria?**

Rosimere: Eu só penso em crescer na vida, ser alguma coisa, mas...

**O que é crescer na vida?**

Rosimere: Ah, agora me apurou, é tipo, crescer na vida é tipo ter mais experiência nas coisa, tipo ser uma pessoa inteligente porque ser burro assim também não adianta, estudar bastante, tipo fazer curso também né, pegar um serviço fixo. É isso

Helena diz não ter qualquer sonho, mas ao ser questionada sobre o futuro diz que gostaria de estar formada (*em alguma coisa*) o que não é visto, portanto, como um sonho. Além disso, *alguma coisa* relaciona-se a qualquer coisa, sendo o objetivo formar-se e não a escolha de uma formação em si.

Marlon, ao ser questionado sobre seus sonhos, responde: *pro futuro, não muito*. Cabe a interpretação de que seria possível, então, sonhar para o presente.

Ao ser questionada novamente sobre seus sonhos, Rosimere responde: *crescer na vida, ser alguma coisa*. Sua resposta vem antecedida pelo só, o que pode atribuir uma insuficiência ao pensar e/ou ao *crescer na vida*. Sua

afirmação nos parece ser uma resposta pronta, composta por uma frase naturalizada como sendo a ideal para esse tipo de pergunta. Tanto que, quando questionada sobre o que é *crescer na vida*, Rosimere *se apura* inicialmente, ou seja, demonstra não saber definir a expressão exatamente, mas prossegue, nos mostrando que, para ela, estudar é um complemento ao ter mais experiência, requisito para ser uma pessoa inteligente, o que, em sua interpretação, ela não é, pois refere-se a si ao dizer: *ser burro assim não dá. Ser alguma coisa* é, dessa forma, ter: mais experiência, inteligência, curso e serviço fixo.

Esse tipo de resposta foi dada por vários outros jovens:

***Você tem sonhos?***

*Larissa: Eu tenho*

***Quais sonhos você tem?***

*Larissa: Ah, que mais tarde que os irmão dele case e que sejam feliz e daí nós tem o nosso canto*

***Na verdade o teu sonho é que os irmãos dele casem e que sejam felizes ou que vocês tenham o canto de vocês?***

*Larissa: Não, eu quero que eles sejam alguém na vida deles, que termina os estudo, que tenha um serviço, alguma coisa que nem pra nós, a casa pra nós*

***Você acha que os seus sonhos vão se tornar realidade?***

*Larissa: Eu espero que sim*

Tanto Larissa como Rosimere vinculam o *ser alguém na vida* com estudo e trabalho. O que, no presente momento, nenhuma das duas fazem, pois nem trabalham (fora de casa) e nem estudam. Podemos, então, propor que, na perspectiva delas e da sociedade que elas representam, ao verbalizar uma naturalização já existente, elas seriam *ninguém na vida*.

***Você tem sonhos?***

*Breno: Tenho*

***Quais sonhos?***

*Breno: Ah, eu vejo um anjo na minha frente*

***Não, não é esse tipo de sonho***

*Breno: Como assim?*

***Assim, se você sonha com alguma coisa pra tua vida no futuro***

*Breno: Ah é?*

***E sonhos pro teu futuro, você tem algum sonho?***

*Breno: Só sonhava com meu pai, com meu irmão morto*

***Mas eu digo sonhos de projeto de vida, projeto de futuro, entende o sonho que eu to falando? Por exemplo, sonho em ter um carro, sonho em ter uma casa, esse sonho que eu to falando, você tem algum sonho desses pro futuro?***

*Breno: Tenho*

***Que sonhos desse você tem?***

Breno: *Eu sonho em ser uma pessoa digna*

**O que é ser uma pessoa digna?**

Breno: *Respeitar, ter carinho, esperança*

**Você não acha que você é uma pessoa digna hoje?**

Breno: *Eu sou, eu acho*

**Então se você já é hoje porque você sonha isso pro teu futuro?**

Breno: *Ah, ta que nem o doutor Ricardo né, puxa a conversa*

**É? O doutor Ricardo puxa a conversa também?**

Breno: *Hanhan. Eu fui em duas clínica, eu fui em San Julian lá em Piraquara e lá em Palmas, ta que nem lá, qualquer coisinha ele puxa conversa, ta igual a ele*

**Que interessante. Ta, vamos voltar pro teu sonho, você sonha mais alguma coisa além de ser digno? Tem algum outro sonho?**

Breno: *Não responde*

**Não? Não sonha em fazer alguma coisa ou ter alguma coisa?**

Breno: *Ah, quero ter uma casa, um carro, uma namorada*

**Como é que você se imagina no futuro?**

Breno: *Não sei explicar, ta fraca a memória*

**Clara, você tem sonhos?**

Clara: *Tenho*

**Com o que você sonha?**

Clara: *Não responde*

**Pode ficar bem tranquila pra responder, não se preocupe ta. Você sonha em ser alguma coisa ou em ter alguma coisa?**

Clara: *Não responde*

**Hã? Não? Sim? Você falou pra mim que tem sonhos, você sonha com o que?**

Clara: *Muitas coisa*

**Hã? Não entendi. Pode falar, não precisa ter vergonha. Com muitas coisas? Que tipo de coisas? Me da algum exemplo**

Clara: *Não responde*

**Hum?**

Clara: *Não sei*

**Não sabe? Não tem problema. Você acha que o que você sonha e o que você imagina pra você acha que vai se tornar realidade?**

Clara: *Eu acho que não*

**Porque não?**

Clara: *Não responde*

**Você não quer me contar com o que você sonha e que você acha que não vai se tornar realidade?**

Clara: *Não responde*

**Clara, como é que você se imagina no futuro, daqui a algum tempo, como você se imagina?**

Clara: *Ah, ser uma pessoa boa*

**Mais alguma coisa que você imagina pro teu futuro?**

Clara: *Não responde*

**Não?**

Clara: *Não responde*

Assim como Rosimere fugiu da resposta sobre o que é crescer na vida, Breno foge da resposta sobre porque procurar ser uma pessoa digna no futuro já que o é no presente, afirmando que o entrevistador está *que nem o doutor Ricardo*, avigorando a interpretação de que são respostas prontas e naturalizadas socialmente, compostas por outras vozes vindas, possivelmente,

de seu internamento. Se Breno quer ser *uma pessoa digna*, Clara que ser *uma pessoa boa*. Respostas semelhantes, instituídas socialmente.

Apesar de não conseguir discorrer mais sobre quais seriam seus sonhos, Clara declara que não acredita que seus sonhos se tornarão realidade, demonstrando que há sonhos, apenas não pode ou não consegue verbalizá-los<sup>18</sup>.

Ao responder a questão sobre como se imagina no futuro, Breno diz que *ta fraca a memória*. Afirmações semelhantes aparecem em outras entrevistas, demonstrando que a questão do lembrar e esquecer é uma recorrência nos discursos dos jovens entrevistados.

Breno interpreta inicialmente a palavra *sonho* não no seu sentido figurado, que propõe algo a ser conquistado no futuro, mas no seu sentido literal. Assim como inicialmente ele insistiu em falar sobre seu internamento, aqui ele insiste em discorrer sobre seus sonhos (um anjo e os familiares mortos). Isso pode ter ocorrido pela própria representação que faz do que é ser um psicólogo (já que no início da entrevista, a pesquisadora apresentou-se como psicóloga, vinculada a um programa de mestrado em psicologia): é ao psicólogo que se deve falar sobre os problemas (passados); cabe ao psicólogo interpretar sonhos – é a própria representação social da psicologia, estritamente clínica, nesse caso.

Mariane e Carlos responderam de forma semelhante: ambos possuem sonhos que são da ordem do ter – ter um carro, uma casa, dinheiro, roupas melhores, o que, para Carlos, é sinônimo de *ter uma vida melhor*. Isso os difere de Clara, que possui sonhos da ordem do ser. Breno, por sua vez, oscila entre o ser *uma pessoa digna* e ter *uma casa, um carro e uma namorada*.

***Você possui sonhos?***

*Mariane: é, um pouco, assim, sempre melhorar a situação, comprar carro, melhorar a casa, terminar, fazer a faculdade que a gente quer, projeto da vida*

***Você acha que seus sonhos vão se tornar realidade?***

*Mariane: é, se eu me esforçar, trabalhar e arrumar um emprego pra pagar a faculdade ou o ENEM que eu faço direto também eu acho que pode realizar*

***Entendi. Carlos, você tem sonhos?***

---

<sup>18</sup> Como sempre acontece quando ela precisa elaborar melhor suas respostas iniciais.

*Carlos: Tenho*

***Você sonha com o que?***

*Carlos: De ter uma vida melhor*

***E o que é uma vida melhor pra você?***

*Carlos: Ter casa melhor, ter dinheiro, roupa melhor. As coisa*

***E você acha que seu sonho vai se tornar realidade?***

*Carlos: Não sei*

Marlon, apesar de não ter sonhos (como já descrito acima), utiliza-se da mesma expressão de Carlos sobre ter *uma vida melhor*:

***O que seria pra você uma vida melhor?***

*Marlon: fazer habilitação, comprar um carro*

Assim como Carlos, para Marlon, *ter uma vida melhor* é sinônimo de ter coisas: habilitação e carro, neste caso.

Gislaine, ao falar sobre seu sonho, utiliza-se da palavra *terminar* os estudos (cabe lembrar que Gislaine está cursando o 8º ano do ensino fundamental). Essa expressão já foi comentada no capítulo 5.1. O estudo é visto como algo que possui um fim, passível de término e, na necessidade de ser sonhado, tal término não é visto como certo, podendo, portanto, não se concretizar.

***Você tem sonhos?***

*Gislaine: Tenho*

***Quais sonhos?***

*Gislaine: É... Terminar meus estudo*

Juliane, Natália e Maria esperam, no futuro, serem profissionais e, para atingirem esse sonho, acreditam que deverão se formar no Ensino Superior, naturalizando a ideia de que a carreira profissional só se faz mediante o desenvolvimento de uma graduação. As três, na tentativa de resposta, utilizam-se da expressão *sei lá*, que demonstra a oscilação entre conseguir ou não o que se quer. Essa oscilação só é possível a quem possui objetivos:

***Você possui sonhos?***

*Juliane: Muito*

***É? Quais sonhos?***

*Juliane: Ah, depende, carreira profissional queria fazer minha faculdade e terminar.*

***Você acredita que os seus sonhos vão se tornar realidade?***

*Juliane: Às vezes eu acredito mas muitas vezes, a maioria das vezes eu penso e tenho comigo que nada vai dar certo, sei lá.*

**Entendi. E você tem sonhos?**

Natália: Tenho

**E você sonha com o que?**

Natália: Ah, eu sonho em me formar em arquitetura, ter meu próprio negócio, sei lá

**E você acha que os seus sonhos vão se tornar realidade?**

Natália: Acho que sim

**Você tem sonhos?**

Maria: Sim, com certeza

**E quais sonhos você tem?**

Maria: Sei lá, me realizar profissionalmente, me formar com certeza 1º né, agora

**O que significa a realização profissional pra você?**

Maria: Conseguir me formar, porque as vezes é difícil porque a gente não tem tempo. Por exemplo, eu não tenho tempo de estudar, é complicado ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo, daí é longe

**Você está no 1º ano?**

Maria: 2º ano agora, 3º período

**Você acha que seus sonhos vão se tornar realidade?**

Maria: Acho que sim

Juliane parece ter um futuro incerto, apesar de sua vontade em formar-se e de procurar meios de conquistar seu sonho, ela oscila entre a possibilidade ou não de alcançar o que deseja. Apesar disso, sua resposta *muito* à questão sobre se teria sonhos marca uma diferença entre a maioria das respostas dadas à mesma pergunta.

Natália, ao contrário, não demonstrou que poderia não conseguir realizar seu sonho. Ela sabe como chegar ao seu objetivo e realmente acredita que irá alcançá-lo. Mas, mesmo assim, não se exime de ter um plano 'B', pois diz: *eu penso assim que se no futuro eu não ser arquiteta eu tenho a minha música porque eu toco clarinete há quatro anos já*. Demonstra, com sua afirmação, que o futuro é algo que se constrói ao longo do tempo: suas experiências passadas podem ser a base para obter um segundo plano para o futuro.

A expressão *realização profissional* faz parte do discurso vigente da contemporaneidade e Maria empregou a expressão para descrever seu sonho. Já Fernanda, diferentemente dos casos acima, tem seu sonho vinculado à família. Ter filhos é o que a realiza:

**E você tem sonhos?**

Fernanda: Tenho

**E você sonha com o que?**

Fernanda: De, assim, o sonho que eu mais tinha era de ter a filha

**E agora teu filho vai se tornar realidade**

Fernanda: Hanhan  
**Você ta grávida de menino ou menina?**  
 Fernanda: Menina  
**E você já sabe o nome?**  
 Fernanda: Ingrid  
**E você sonha em ter mais filhos ou só um?**  
 Fernanda: Sonho em ter mais  
**Você gostaria de ter quantos filhos?**  
 Fernanda: dois ou três  
**E teu marido também?**  
 Fernanda: Hanhan

### 5.2.3 “Pois não diz que o mundo vai acabar?”: um futuro sustentado na fé

A relação com a Igreja e/ou com Deus foi citado por duas jovens: Gislaíne e Larissa. Mais fortemente por esta última:

**Como é que você se imagina no futuro?**  
 Larissa: Sei lá, pois não diz que o mundo vai acabar? Daí fica assim  
**Você acha que o mundo vai acabar?**  
 Larissa: Eu não sei, nas igreja, que nem na igreja que eu vou o pastor disse que vai cair uma bola de fogo que aqueles que são fiel a Deus vai pro céu e aqueles que não são vão ficar  
**E você acredita nisso?**  
 Larissa: Eu não acredito muito  
**Não?**  
 Larissa: Espero que não aconteça né  
 (...)  
**E o que você imagina para o seu futuro?**  
 Larissa: Que não aconteça isso, que a minha filha teje se formando, que teja casada  
**Como você almeja alcançar o seu projeto pro futuro?**  
 Larissa: Como é que é?  
**Como você acha que vai conseguir alcançar o teu projeto pro futuro?**  
 Larissa: Tendo fé

Ao ser questionada sobre como se imagina no futuro, Larissa demonstra não se imaginar, afinal *o mundo vai acabar*, então não há porque se preocupar com o futuro, *fica assim*. Diz não acreditar *muito* na história contada pelo pastor, ‘um pouco’ ela acredita, mesmo porque ela o enuncia, além de esperar não acontecer e, por esperar, demonstra que, de alguma forma, o ‘fim do mundo’ lhe desperta algum sentimento. Em seguida, Larissa relata que o importante é *ser fiel a Deus* e que, para conseguir alcançar seus projetos para



o futuro, deve ter fé, o que denota uma ideia de passividade, pois não há uma ação juntamente à fé, apenas a espera (do fim do mundo)<sup>19</sup>.

Outro dado importante de Larissa é ela afirmar a esperança de que a filha esteja casada no futuro. Anteriormente, em sua entrevista, ela diz que gostaria que a filha não casasse (como já descrito aqui). Tal contradição é um efeito do desconhecimento do próprio discurso, sua ambivalência diante de reflexões necessárias na tentativa de respostas esperadas pela pesquisadora

Gislaine, ao ser questionada sobre quem poderia ajudá-la a tornar seus sonhos realidade, diz: *Só Deus né?* Ela atribui a ajuda ao divino, o que gera uma sensação, assim como no caso de Larissa, de passividade e impotência: será um terceiro, impalpável que irá ajudá-la. Tal passividade em relação ao futuro aparece em respostas seguintes, quando ela não consegue imaginar como poderá alcançar seus sonhos (que seria terminar os estudos):

***Como você se imagina no futuro?***

*Gislaine: Ah, é... Tipo ter realizado tudo os meus sonho sabe (...)*

***Eu perguntei pra você como você se imagina no futuro e você falou pra mim que gostaria de realizar os seus sonhos. Como você imagina que vai conseguir alcançar isso?***

*Gislaine: (espera) Ai....,ta difícil. .. Não sei*

Além disso, Gislaine diz não ter temores relacionados ao futuro. Da posição passiva diante da impossibilidade de pensar sobre seu futuro, gera-se a justificativa de que só pode ter medo do futuro quem almeja algo:

***Você tem algum medo ou temor relacionado ao teu futuro?***

*Gislaine: Não*

***Não tem medo de nada?***

*Gislaine: Não*

### 5.3 “ELE NÃO GOSTA QUE EU TRABALHE”: SOBRE O DISCURSO DE SER MULHER: MÃE E ESPOSA

---

<sup>19</sup> Vale destacar que esta dissertação não tem o intuito de fazer uma discussão sobre religião, nem tampouco julgar a importância ou não da fé. Aqui, nos é importante avaliar apenas o impacto do discurso religioso na construção da subjetividade do jovem.

A questão do gênero, apesar de não ser o foco desta pesquisa, nos saltou aos olhos e, por isso, não podemos deixar de comentar. Isso permeia todo o processo das entrevistas, desde a quantidade de meninos e meninas que aceitaram participar (três no primeiro caso, contra dez no segundo) <sup>20</sup>, até a questão do casamento, da escolaridade, do trabalho e, por fim, o lugar atribuído às mães/mulheres presentes nesta pesquisa, seja fisicamente ou nomeadas pelos jovens.

### 5.3.1 “Com a minha mãe”: Mãe como base familiar

Uma similaridade que ocorreu em algumas entrevistas (não prevista inicialmente nesta pesquisa) foi o esquecimento por parte de alguns entrevistados em relacionar todos com quem moravam, diante da questão: *Você mora com quem?*, como veremos a seguir:

***Você mora com quem?***

*Clara: Com a minha mãe*

***Só você e a sua mãe ou tem mais alguém?***

*Clara: Meus irmão*

***O seu pai mora junto?***

*Clara: Não*

*(...)*

***Quem da família trabalha Clara? Alguém trabalha na família?***

*Clara: Meu padrasto só*

***Teu padrasto mora com vocês?***

*Clara: Mora*

***Achei que morava só você, tua mãe e teus irmãos, então mora mais teu padrasto.***

***E você mora com quem?***

*Gislaine: Com a minha mãe*

***Mora só você e a sua mãe ou mora mais alguém junto?***

*Gislaine: Com o meu padrasto e o meu irmão*

***E você mora com quem?***

*Maria: Com a minha mãe*

***Só você e tua mãe?***

*Maria: E dois irmãos*

---

<sup>20</sup>Vale destacar que o sexo dos entrevistados não foi objeto de inclusão ou exclusão nesta pesquisa. A Assistente Social do município convidou, aleatoriamente, os jovens (filhos de famílias que recebem Bolsa Família ou que estão cadastrados para o recebimento de tal benefício) para participarem da entrevista que foi feita com aqueles que aceitaram espontaneamente. Portanto, o maior número de jovens do sexo feminino se deve à aceitação e/ou disponibilidade a responder a pesquisa.

**Você mora com quem Breno?**

*Breno: Só com a mãe, meu pai é falecido*

**Faz tempo que seu pai faleceu?**

*Breno: 3, 4 ano*

**Mora só você e a tua mãe ou mora mais algum irmão?**

*Breno: E seis irmão*

Clara, Gislaine e Maria relatam residir apenas com a mãe, inicialmente. Clara, inclusive, esquece-se de relacionar o padrasto, mesmo quando é perguntada novamente. A entrevistadora apenas saberá que o padrasto reside com ela ao final da entrevista, quando questiona sobre o trabalho. Breno, ao dizer morar com a mãe, utiliza-se da expressão *só*, que além de estar relacionada ao pai que faleceu, enfatiza que morariam apenas os dois (Breno e a mãe).

Vale destacar que todos os entrevistados recebem o Bolsa Família ou estão cadastrados para o recebimento. Para requerer o recebimento do referido benefício, é necessário que o responsável legal pela família preencha um documento chamado Cadastro Único (ou CAD Único). Na maior parte (esmagadora) dos casos, o responsável legal é a mãe/esposa<sup>21</sup>. Sendo ela (a mulher, a mãe) a representante familiar junto ao CRAS cabe, portanto, a questão: se é ela a representante, o jovem, ao nomear a mãe, já não estaria nomeando toda a família?<sup>22</sup>.

É importante ressaltar também que os jovens entrevistados ou residem apenas com a mãe (e irmãos), ou com os pais (ou padrasto e irmãos) ou com o cônjuge. Em nenhum caso, ocorreu de o jovem residir apenas com o pai (e irmãos).

A mulher, como referência familiar, aparece também em um comentário feito por Carlos:

*Carlos: O meu pai mesmo verdadeiro também, ele é policial daqui em 95*

**Me explica melhor, você falou que teu pai verdadeiro, é isso?**

*Carlos: Hanhan, porque eu fui adotado, mas eu chamo meu pai e minha mãe que me criou de pai*

**E o teu pai verdadeiro?**

*Carlos: Ele mora em Mato Grosso*

<sup>21</sup> Não temos os dados quantitativos quanto a isso, mas é uma realidade facilmente observada.

<sup>22</sup> É relevante esclarecer que o pai foi lembrado em apenas dois casos, onde, novamente, os irmãos foram esquecidos.

**E a tua mãe?***Carlos: A minha mãe nem quero conhecer ela***Não?***Carlos: Não, porque foi ela que me abandonou*

Carlos, ao explicar o fato de ser filho adotivo, nomeia seu pai biológico como o *verdadeiro*, levando-nos a concluir que seu pai adotivo seria, portanto, “falso”. Sendo os pais adotivos “falsos”, ele não é realmente um filho “verdadeiro”, pois só o seria se tivesse sido criado pelos pais “verdadeiros”. Observa-se que ele direciona o rancor de ser o filho “falso” apenas à mãe “verdadeira”, pois foi ela (e, na perspectiva dele, apenas ela) que o abandonou. Ora, se ele sabe quem é seu pai biológico, que está vivo e mora em Mato Grosso, não seria também uma responsabilidade do pai a criação (ou o abandono) do filho? Por que a mágoa é depositada apenas sobre a mãe? Se adotarmos a perspectiva de que a família é referenciada a partir da função materna (pois novamente o pai foi esquecido, mas agora na amargura), isso explicaria o rancor de Carlos.

O feminino também aparecerá em uma resposta de Mariane que compartilha apenas com as mulheres da família suas perspectivas de futuro:

***Você conversa com outras pessoas sobre o teu futuro?****Mariane: não, só mais com a minha família mesmo****Família quem?****Mariane: Minhas irmã, minha mãe, minha sogra, minhas cunhada***5.3.2 “Mulher casou é só pra cuidar de bunda de neném”**

Um fato foi observado durante as entrevistas. Dentre os treze entrevistados, três jovens (Mariane, Larissa e Fernanda) estão casadas e uma (Juliane) já passou pelo casamento e, no momento da entrevista, estava separada de seu marido:

***Você saiu da casa da sua mãe com quinze anos porque você engravidou? Foi por isso?****Juliane: Não, eu engravidei depois.****Ah, você engravidou depois****Juliane: É por causa de brigas com a mãe mesmo, não dava certo sabe, ela é uma pessoa bem complicada e eu também não tiro, não*

*me defendo porque também sou, mas não dava certo. Ai eu tinha o namorado acabei que larguei*

***E você mora com quem?***

*Mariane: Com meu marido só*

***Você e teu marido, você tem filhos?***

*Mariane: Não*

***Você é casada faz quanto tempo?***

*Mariane: Faz um ano e cinco meses*

***Você tinha quantos anos quando você casou?***

*Mariane: Eu compretei 16 em dezembro e casei em janeiro*

***Faz tempo que você casou?***

*Larissa: Fez quatro ano esse ano*

***E a tua filha tem quantos anos?***

*Larissa: três*

***A tua filha tem três anos, você casou porque engravidou?***

*Larissa: Não, eu casei porque nós começemo a namora e dai foi indo, ai nós casou, se juntemo bem dize, é amasiado*

***Entendi. Então você é casada?***

*Fernanda: Hanhan*

***Há três anos?***

*Fernanda: três*

***E você ta grávida do teu 1º filho?***

*Fernanda: Hanhan*

Fica claro, a partir das questões formuladas, que, para a pesquisadora, o que desencadearia um casamento numa idade tão tenra, seria uma gravidez. Verdade esta desnaturalizada por todas as entrevistadas, pois, em todos os casos, as jovens casaram por vontade e não por uma gravidez, que, quando ocorreu, veio após o casamento. Entretanto, os motivos que desencadearam o casamento não são os mesmos.

Juliane demonstra que sua relação tumultuada com a mãe se explica pela decisão que tomou – casar com o namorado. Já Mariane parece que esperou apenas completar dezesseis anos para casar, pois enfatizou que, no mês seguinte, ao seu aniversário, realizou a cerimônia. Larissa demonstra, por meio de seu discurso, que o casamento foi o próximo passo (natural) após o namoro. Fernanda não descreve o que a levou a se casar, mas, à semelhança de Mariane e Larissa, trata a sua escolha com naturalidade.

No decorrer das entrevistas de Mariane, Larissa e Fernanda pode-se observar que as mesmas possuem boa relação com a mãe, do que podemos supor que a família das mesmas foi a favor do casamento, diferentemente de

Juliane, que também se distingue na gravidez acidental. No caso de Larissa e Fernanda, a gravidez foi programada:

***E você se programou pra ter o filho?***

*Juliane: Não, foi por acidente*

***E depois que vocês se juntaram?***

*Larissa: aí eu engravidei*

***Entendi, e a sua filha tem três anos. Foi planejada a gravidez?***

*Larissa: Foi*

***Vocês quiseram engravidar?***

*Larissa: Hanhan*

***Ou foi sem querer?***

*Larissa: Eu que quis*

***E teu marido queria?***

*Larissa: Queria. Que ele compro remédio daí pergunto se eu queria toma, daí eu falei que não, que queria uma filha e aí engravidei*

***Você engravidou você tinha quantos anos, 14?***

*Larissa: Uns 12, 13 ano*

***E você ta grávida do teu 1º filho?***

*Fernanda: Hanhan*

***A gestação tua foi planejada ou foi sem querer que você engravidou?***

*Fernanda: Foi planejada*

***Você queria engravidar então?***

*Fernanda: Hanhan*

Aqui a visão de mundo da pesquisadora coloca-se novamente, pois questiona mais de uma vez se a gravidez foi programada, demonstrando que há uma perturbação quanto a isso.

Mariane foge às similaridades acima citadas, pois apesar do desejo de ter *uma criança*, ela se diz nova para ser mãe:

***Você imagina que alguma coisa ou alguém pode te atrapalhar na conquista dos teus sonhos?***

*Mariane: É, se chegar vir uma criança aí já comprica mais porque eu não faço assim questão de vir agora, mas sempre a gente tem o risco e vindo criança diminui um pouco*

***Você não está se cuidando então pra não engravidar?***

*Mariane: Eu to se cuidando*

***O que você está fazendo?***

*Mariane: Eu tomo anticoncepcional*

***Como você se imagina no futuro?***

*Mariane: eu queria fazer uma faculdade e se eu não conseguir um emprego como assim no CRAS como professor de artesanato eu queria um colégio e ter criança porque o meu sonho também é ter uma criança. Eu gosto bastante de criança e quero ter criança, mas mais pro futuro e não agora, agora acho que to muito nova ainda pra ter criança*

Apesar de se prevenir quanto a uma possível gravidez, Mariane não descarta a possibilidade de engravidar, pois *sempre a gente tem o risco*. Nessa sua fala, pode estar embutido um desejo de gravidez dela e também de seus parentes, pois *se considera* muito nova para ter filhos. Segundo Mariane, sua mãe costuma dizer: *mulher casou e é só pra cuidar de bunda de neném*. Essa frase demonstra uma verdade naturalizada especificamente na comunidade em que vive a mãe de Mariane, mesmo porque a mãe Juliane tem uma frase bem distinta: *filho não atrapalha em nada*. Ao que parece, ambas (Mariane e Juliane) assujeitam-se ao discurso de suas mães.

### 5.3.2.1 As singularidades de Juliane

Dentre as quatro entrevistadas, Juliane foi a única que não decidiu casar como um passo natural após o namoro, foi essa a escolha possível diante das brigas que tinha com a mãe:

***Você possui sonhos?***

*Juliane: Muito*

***É? Quais sonhos?***

*Juliane: Ah, depende, carreira profissional queria fazer minha faculdade e terminar. O que mais me dói é a faculdade porque vejo meus amigos de escola e minha prima todos fazendo faculdade e eu por outro caminho diferente deles, eu sai da casa da minha mãe com 15 anos e foi tudo quase por minha escolha. Foi bem complicado assim.*

Ao falar sobre sua decisão de sair de casa, ela diz: *foi tudo quase por minha escolha*. Ou seja, provavelmente se a relação com a mãe fosse menos conturbada, ela, talvez, teria ficado. Juliane assume também a complicação e a dor da sua escolha, dor esta resultante de um caminho seguido distinto do caminho dos pares, dos amigos de escola e da prima.

Ela foi a única também que relatou ter casado sem o apoio da mãe:

***E ela não quer que você volte com ele?***

*Juliane: Não, ela nunca foi a favor, desde que eu fui morar com ele*

***Uhum, entendi. Você imagina que a tua mãe tenha algum sonho pra você?***

*Juliane: Ah, eu acho que tem, ela quer que faça a faculdade que a gente falou porque ela falou assim que o filho não atrapalha em nada e que é pra mim ir que eu vou conseguir. A minha mãe também quando ela se separou ela tinha só a 5ª série e ela foi estudar, ela*

*não fez faculdade mas fez cursos e hoje ela vive bem, ela tem duas casas, tem casa aqui, tem casa no Candói, tem um carro, trabalha ainda e é sozinha*

Nesse ponto, podemos ver uma reedição da realidade vivida pela mãe de Juliane em sua própria vida. Assim como a mãe, Juliane busca pelos seus objetivos sozinha:

*Juliane: eu sou de maior também e faço o que eu quero, eu que pago o meu aluguel. (...), ele sabe que tudo que consigo tem muita luta e não incomodo ninguém, deixa lá eu*

Não é exclusividade de Juliane o anseio de cursar o Ensino Superior, pois Mariane também relata o mesmo desejo. Entretanto é a única que diz *doer* o fato de não fazer a faculdade. Uma possível reação a sua dor é a construção de planos concretos para conquistar seu sonho:

*Juliane: To tentando guardar dinheiro pra pagar as primeiras mensalidades da faculdade pra depois fazer o financiamento da Caixa e tal, mas eu não sei.*

Entretanto, ao mesmo tempo em que procura ser agente de sua história, programando-se para o futuro, oscila em ser alguém que se deixa levar pelos ventos, pois conclui a afirmação acima dizendo:

*Juliane: Por enquanto to parada e vou indo aonde o vento levar, ontem mesmo me perguntaram o que você vai fazer, pra onde você vai seguir e o que você vai fazer e eu falei vou deixar assim agora e o que vier que seja*

### 5.3.3 “É muito difícil o marido que deixa a mulher continuar estudando”: a questão do trabalho e do estudo (para a mulher) após o casamento

Juliane, Mariane e Larissa citam a questão do trabalho e do estudo como uma possibilidade apenas a partir da permissão do marido. Somente Juliane, porém, observa de forma questionadora o fato do (ex) marido não lhe deixar estudar:



*Juliane: Ah, é porque, sei lá, tipo esses dias atrás eu conversei com o meu ex-marido, aí ele estava até propondo pra gente voltar a morar junto e tal, só que a 1ª coisa que ele falou pra mim assim foi mas não pense que se você voltar comigo você vai fazer faculdade porque é uma coisa que eu não deixo. Ele falou você só vai fazer se eu for junto, ele tem 6ª série só, ele não se interessa de estudar, então ele falou que eu não ia.*

Mariane e Larissa parecem tratar com naturalidade o fato de o marido interferir, autorizando ou não, que as mesmas trabalhem ou estudem.

***E o teu marido te dá força?***

*Mariane: sim, ele me ajuda bastante nos estudos, estudar. Ele faz aquele que é uma matéria por semana, o CEBEJA, ele faz esse negócio do CEBEJA e eu continuei estudando e é muito difícil o marido que deixa a mulher continuar estudando e eu continuei estudando. Ele também fez o ENEM e nós faz o ENEM, nós vamos junto e temo que crescer e melhorar sempre a situação*

*(...)*

*O marido se a gente é casada ele tem que dar bastante força senão a gente não consegue.*

***E você gostaria de trabalhar com alguma coisa?***

*Larissa: É que ele não gosta que eu trabalhe*

***Teu marido não gosta que você trabalhe?***

*Larissa: É*

Mariane, além de autorizar seu marido a permitir-lhe estudar ou não, ainda atribui a ele a força necessária que ela precisa para continuar estudando. Já Larissa atribui à permissão do marido seu desejo (ou a falta dele) de trabalhar.

No caso de Rosimere, apesar de ela não ser casada e não depender da autorização do marido para trabalhar e/ou estudar, ela coloca o casamento e as condições financeiras do (futuro) marido como os agentes responsáveis pela possibilidade (ou não) de ela trabalhar, retirando dela (e depositando em outro) o dever da escolha.

***Como você se imagina no futuro?***

*Rosimere: ah, nem sei. Eu imagino que quando casar vou ter um monte de filhos de certo, porque se casar ainda com um homem tipo bem de vida, não, se casar com um homem bem de vida posso ainda trabalhar, agora se casar com um pobretão aí é dona de casa*

***Como assim, não entendi? Me explica melhor isso, porque casar com um homem bem de vida você pode trabalhar e se casar com um homem mais pobre você teria que ser dona de casa?***

*Rosimere: Aí teria que ser dona de casa porque daí tipo trabalhar sobra só tipo pra comida*

***Ainda não consegui entender****Rosimere: Ai, precisa responder essa ou não precisa?****Não, não precisa.***

Ao afirmar que ao se casar com *um homem bem de vida*, Rosimere poderá trabalhar, contudo se casar *com um pobretão* só poderá ser dona de casa, a entrevistada deixa uma questão não respondida. Afinal, poderíamos interpretar justamente o contrário: o casamento com um homem que tem melhores condições financeiras possibilitaria à mulher ficar em casa, pois não teria que ajudar a quitar as despesas, enquanto no casamento com um homem pobre, a esposa provavelmente precisaria ajudar com os gastos mensais. Rosimere, contudo, nega-se a explicar sua posição. Vale acrescentar que no início da entrevista, Rosimere adotou uma atitude defensiva, sem ter certeza se gostaria de participar da entrevista, pois não sabia se conseguiria responder às questões. Só aceitou participar quando a entrevistadora lhe disse que, se houvesse alguma pergunta que não quisesse responder, ela não precisaria.

#### 5.3.4 “Ele trabalha fora”: A ausência física dos pais/maridos

Relacionado ao capítulo anterior, vale destacar que o distanciamento dos pais/maridos (homens da família) não é apenas uma sensação, mas é real. É comum que os pais/maridos trabalhem e residam fora de Foz do Jordão:

***Você imagina que vai mudar pra onde?****Fernanda: É que meu marido não trabalha aqui, ele trabalha lá em Santa Catarina**(...)****E o nome (onde o marido trabalha) da cidade você não sabe?****Fernanda: Não****Teu pai mora aqui também?****Gislaine: Não. Ele trabalha fora****Ele trabalha aonde?****Gislaine: Ah, eu não sei****E teu pai trabalha sempre ou é só as vezes?****Helena: Ele tava trabalhando em Dois Vizinhos e não tava trabalhando aqui****Teu pai faz o que?****Marlon: Ele trabalha com reflorestamento****Reflorestamento, me explica o que ele faz****Marlon: Podando eucalipto, essas coisa, daí trabalha fora também****Fora aonde?***

*Marlon: perto de Guarapuava, mais ou menos por ali*

***E seus pais?***

*Juliane: Meus pais são separados fazem 12 anos, meu pai mora no Mato Grosso e faz tempo que não vejo e minha mãe mora aqui mesmo, do meu lado*

***E o pai do seu filho?***

*Juliane: A mãe dele mora aqui, ele trabalha com barragem e quase não vejo ele*

Fernanda reside apenas com o cônjuge e estava grávida da primeira filha, quando ocorreu a entrevista. No caso dela, existe a possibilidade de morar com o marido, apesar de ela desconhecer a informação sobre em qual cidade ele trabalha, assim como Gislaine desconhece onde o pai mora.

Marlon e Helena têm o pai residindo fora. O que os difere de Fernanda e Gislaine é o conhecimento de onde está o pai.

Juliane tem a mãe morando ao lado, diferente de seu pai que, além de morar longe, faz tempo que não o vê. O mesmo se repete com o pai de seu filho, que também trabalha fora. O interessante foi ela nomear a mãe de seu ex-marido, quando questionada sobre ele. Apesar de o pai de seu filho quase não ser visto, a avó paterna está ali, o que nos remete mais uma vez ao papel da mulher como a referência familiar.

#### 5.4 “TA BEM CONCORRIDO PRA CONSEGUIR EMPREGO”: A REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO E DO EMPREGO

##### 5.4.1 “A minha mãe só cuida de casa”: O que é trabalhar?

A representação do trabalho entre os jovens entrevistados foi um dos eixos possíveis de análise. Nas respostas obtidas, uma marca foi a ideia do emprego vinculado a algo que se faz fora da residência e de onde é possível receber um valor financeiro em troca:

***A tua mãe trabalha?***

*Gislaine: Não, a minha mãe só cuida de casa*

Gislaine inicialmente responde a pergunta negativamente e, em seguida, usa a expressão *só* para dizer que a mãe *cuida da casa*, demonstrando que a ação *cuidar da casa* é insuficiente para ser reconhecida como trabalho.

***Você gostaria de trabalhar com alguma coisa?***

*Fernanda: Fora assim?*

***Isso***

*Fernanda: Não*

Fernanda, ao ser questionada sobre se gostaria de trabalhar, responde a questão com a expressão *fora assim*, demonstrando que, para ela, o “dentro”, no sentido de trabalhar em casa, também é uma atuação. A entrevistadora responde *isso*, seguindo o ritmo do discurso dominante e reforçando a ideia de que trabalho é algo a ser executado fora de casa. Essa posição da pesquisadora também será vista nas entrevistas de Larissa e da Mariane, que se seguem:

***É, mais ou menos, 13 anos realmente você tinha quando engravidou. Atualmente o que você está fazendo?***

*Larissa: Eu fico na casa ajudando cuidar dos irmão dele, daí tem vez que vou na (palavra inaudível), daí limpo a casa*

***Entendi. Então agora nesse momento você só, você cuida dos teus sobrinhos...***

*Larissa: Cunhados*

***Cunhados, desculpa, e cuida da tua filha, você não ta trabalhando né?***

*Larissa: Não*

***Ta. Atualmente o que você está fazendo?***

*Mariane: Eu? Eu cuido das sobrinhas só, é a única coisa que eu faço. E faço bastante artesanato que é a coisa que mais gosto de fazer, só isso*

***Então trabalhar pra ter uma fonte de renda familiar você não trabalha?***

*Mariane: Não*

***O artesanato você faz é só pra você, fica com você?***

*Mariane: Sim, mas quando surge encomenda eu vendo*

***E os teus sobrinhos você cuida por vontade própria ou você recebe alguma coisa pra isso?***

*Mariane: Eu recebo pra cuidar deles*

***Você recebe pra cuidar?***

*Mariane: de uns, dos outros quando as mãe precisa eu cuido também*

***Então você acaba trabalhando, você cuida dos sobrinhos e faz artesanato***

*Mariane: é*

Larissa é a responsável pelo cuidado de cinco cunhados, uma filha pequena e da limpeza da casa, mas, ainda assim, a entrevistadora utiliza-se da

expressão só para afirmar que ela “apenas” cuida dos cunhados e, ao perguntar se ela trabalha, utiliza-se de uma questão negativada por um *não*, já concluindo, mesmo antes da resposta, que Larissa não trabalha. A jovem segue o rumo da entrevista e concorda com a entrevistadora, afirmando que não trabalha.

Na entrevista de Mariane, é possível notar que a percepção (tanto da pesquisadora, quanto da jovem) de trabalho está vinculada também com uma atividade de troca por um valor monetário. Cuidar das sobrinhas e fazer artesanato é visto por Mariane como insuficientes para caracterizar uma atividade laboral, pois, em sua resposta, adjetiva suas atividades como sendo *só isso*. A questão formulada pela entrevistadora na sequência da entrevista mostra como a ideia de trabalho está relacionada com o retorno financeiro e a própria pesquisadora só conclui que Mariane “realmente” trabalha ao ter as informações de que ela recebe dinheiro em troca de suas atividades, conclusão esta compactuada também pela jovem entrevistada.

Nesses casos, a ideia de trabalho e emprego se juntam para denominar uma única ocupação: algo que se faz fora do lar, onde o sujeito presta um serviço em troca de um capital. Ou seja, ser trabalhoso fazer algo (cuidar da casa, por exemplo) não configura a ideia de trabalho, por não estar vinculado a um emprego.

#### 5.4.2 “Ser alguém é uma pessoa que trabalha”: o valor do trabalho

O valor do trabalho é entendido de formas diferentes pelos entrevistados:

*é, se eu me esforçar, trabalhar e arrumar um emprego pra pagar a faculdade ou o ENEM que eu faço direto também eu acho que pode realizar (Mariane)*

Para Mariane, o trabalho (e o esforço) é o caminho natural e necessário para a realização dos seus sonhos: *sempre melhorar a situação, comprar carro, melhorar a casa, terminar, fazer a faculdade que a gente quer, projeto da vida*. Mas ela vai além, trabalhar também possibilitaria a ela uma independência do marido, abrindo oportunidade para o consumo:

*é, ter uma renda a mais e poder a gente comprar mais o que a gente quer, ser mais independente e não precisar ir direto no marido e estar pedindo, é por isso que eu queria arrumar emprego. (Mariane)*

O mesmo ocorre com Maria, a única diferença entre as duas é que Maria já se imagina formada no futuro e Mariane pretende, ainda, fazer a faculdade. Vale lembrar que Maria foi a única jovem entrevistada que está cursando o Ensino Superior:

*Maria: No futuro, sei lá. Ai. Imagino formada, ganhando bem, tendo a minha casa, as minhas coisas, assim eu acho*  
***E como você imagina que você vai conseguir conquistar isso que você quer?***  
*Maria: Estudando, trabalhando muito*

Maria tanto já se imagina formada, que seus temores em relação ao futuro estão diretamente vinculados com sua atuação profissional em enfermagem:

***Você tem algum medo relacionado ao teu futuro?***  
*Maria: Acho que não. Quer dizer, medo de você fazer alguma coisa errada, alguma negligência, alguma coisa assim*  
***Como assim?***  
*Maria: Por exemplo enfermagem é uma área complicada, tipo tem várias escolhas e a gente vê cada coisa por exemplo na unidade de trabalho, sabe? Cada coisa que você vê que é antiético entendeu? Nesse sentido*

A *negligência* e o *antiético* descrevem seu medo, palavras possíveis de serem ditas a quem se observa profissional de *uma área complicada*.

Clara também vê no trabalho um meio para alcançar seu projeto futuro:

***Como você espera alcançar o teu projeto pro futuro?***  
*Clara: Não sei, trabalhando eu acho*

Vale lembrar, que Clara não conseguiu discorrer sobre qual seria seu projeto para o futuro e, talvez, isso justifique o fato de ela ter relutado no início da resposta com o *não sei* e ter concluído com o *eu acho*.

Para alguns jovens, o trabalho foi visto como necessário, para quitar as despesas domésticas:

**Você acha que o trabalho serve pra que?**

Gislaine: Ah, pra ajudar na casa né

**Pra você trabalhar, porque as pessoas trabalham, porque você imagina que as pessoas trabalham?**

Breno: Ah, pra ter uma comida, casa, uma televisão pra assistir, cama pra dormi

**E você gostaria de trabalhar porque?**

Rosimere: Ah, pra ajudar meus pais. Que nem diz, a minha mãe recebe né, mas meu pai não trabalha por enquanto

(...)

**Você gostaria de trabalhar com que?**

Rosimere: Ah, qualquer serviço, não sendo serviço pesado.

(...)

Eu queira um serviço meio levezinho, que não fosse muito complicado

(...)

Rosimere: Tipo medo de não poder conseguir tipo trabalha e essa coisarada, porque hoje em dia é difícil, se não tem curso não trabalha e a maioria tipo de serviço eles pedem curso, tipo curso e eu não posso manter um curso. Até uma faculdade, tipo terminei os estudo e não consegui fazer uma faculdade por falta de emprego aqui

Gislaine, Breno e Rosimere tiveram resposta similares, mas Rosimere completa que, para trabalhar, o serviço não pode ser pesado nem complicado. Ela ainda descreve o trabalho como *essa coisarada*, e, em seu discurso, naturaliza que, necessariamente, para conseguir emprego é necessário fazer um curso, afinal, *se não tem curso não trabalha*. Tal curso possibilitaria iniciar um primeiro emprego, que permitiria arcar com as despesas de uma faculdade, que garantiria um segundo emprego (melhor). Não ter o primeiro emprego inviabiliza a possibilidade de ter o segundo. O (*mais*) estudo como necessário para obter trabalho é também uma visão compartilhada por Natália:

**Você tem algum medo relacionado ao teu futuro?**

Natalia: Não sei, acho que eu tenho medo de sei lá, de não conseguir emprego, sei lá. Porque tá bem difícil

**Porque você acha que tá difícil?**

Natalia: Porque tá bem concorrido pra conseguir emprego, com mais estudo melhor né

Além disso, Natália descreve a dificuldade em *conseguir emprego* alegando que *tá bem difícil*.

Juliane, assim como os jovens acima, vê em seu atual trabalho a forma de administrar os custeios familiares: *Eu moro sozinha e tenho que manter eu, a casa, tem o meu filho também*. Contudo, ao ser questionada sobre como

seria trabalhar na área em que ela pretende fazer uma formação, sua resposta é outra:

***Você falou que gostaria de fazer história, quando você pensa em trabalhar com isso você pensa nisso como uma realização pessoal ou numa fonte de renda? O que você pensa?***

*Juliane: Uma realização pessoal*

Marlon, ao ser questionado sobre o que faz atualmente, responde *trabalhando só*, demonstrando uma insuficiência em apenas trabalhar, pois utiliza-se da expressão *só* para concluir sua resposta. Assim como outros jovens, Marlon vê no trabalho a possibilidade de ganho financeiro, pois além de trabalhar pode *pegar um dinheiro pra mim mesmo*, ele diz:

***E você gostaria de trabalhar com outra coisa?***

*Marlon: Também*

***Você gostaria de trabalhar com o que?***

*Marlon: não sei ainda*

***Porque você gostaria de trabalhar com outra coisa?***

*Marlon: Ganhasse bem mais*

O trabalho, para Larissa, é sinônimo de *ser alguém na vida*, é a naturalização de um clichê, tão presente na sociedade contemporânea:

***O que é ser alguém na vida pra você?***

*Larissa: Ser alguém é uma pessoa que trabalha, que nem a mãe e o pai da gente teja orgulho da gente*

#### 5.4.3 “Você não precisa trabalhar suando pra trabalhar”: os motivadores da escolha de uma profissão

Para Juliane e Natália, a facilidade nas matérias escolares são fundantes à escolha da profissão<sup>23</sup>:

***E você gostaria de ser arquiteta por causa de desejo ou tem algum outro motivo?***

*Natalia: Ah, é que eu me dou melhor nas matérias de cálculo*

---

<sup>23</sup>Vale lembrar que, no capítulo 5.2, foi citada também a influência familiar na escolha da profissão por ambas as jovens.



Natália cita ainda outra explicação para sua escolha:

***Me fala um pouquinho sobre esse seu desejo de ser arquiteta. Quando que surgiu, porque?***

*Natalia: Ah, desde criança eu olhava aquelas casa e sempre quis ser arquiteta pra mim poder sei lá, fazer um projeto melhor. Tem muitas casa que você olha e você sabe que pode fazer um projeto melhor, casa sem estrutura*

Ela demonstra, com essa afirmação que sua escolha não vai apenas pela via da admiração (vide capítulo 5.2), mas é influenciada também pela crítica da jovem ao observar a *casa sem estrutura*.

***Porque você pensa em história ou serviço social?***

*Juliane: História é porque era a matéria que eu mais me identificava na escola, era a matéria que mais me destaquei e serviço social é porque gosto de estar sempre lidando com gente, eu gosto e to sempre de bom astral, sei lá. Alguma coisa que não sei explicar porque mas é uma coisa que eu gosto e gosto bastante*

Juliane ainda cita o serviço social, com ênfase no *gosto bastante*, relacionando a profissão com algo que tem a ver com o gostar que traga, para o sujeito, uma realização. Juliane ainda continua:

***Porque você se identificava com história?***

*Juliane: Não sei, matemática não sou muito bom porque não vai, português também e outras matérias não sei. Outras matérias se você falar você lembra ainda, eu terminei em 2010 e se você falar se eu lembro ainda eu falo matemática e português não lembro nada, mas história eu já lembro de quase tudo e é uma coisa que fica na minha cabeça, não sei*

Vale lembrar que Juliane também tem, em sua história de vida, identificação com a profissão de professora (como descrito no capítulo 5.2.1):

*eu tenho seis tias e três são professoras e três são enfermeiras também e eu falava que eu ou ia ser professora ou ia ser enfermeira. (Juliane)*

Assim como Juliane, Maria também atribui sua escolha pela profissão com a história de vida familiar:

***Você acha que está vinculado com o que você gostar da área de saúde?***

*Maria: Sei lá, com o ato de cuidar. O meu pai também era bastante doente e acho que um pouco também por causa disso, ele vivia doente e talvez pode ser por isso também que influenciou bastante sabe*

Diferentemente de Juliane e Natalia, Carlos demonstra que seu desejo de ser engenheiro vai por uma outra imagem da profissão:

***E você tem vontade de ser engenheiro porque?***

*Carlos: Porque sim, ganha mais, melhor*

***Melhor porque?***

*Carlos: Melhor, você não precisa trabalhar suando pra trabalhar, que nem as construção fazendo casa, só trabalha na sombra*

A representação da profissão de engenheiro está relacionada ao *ganhar mais* e ao *trabalhar na sombra*, motivadores da escolha de Carlos. Vale lembrar que, no capítulo 5.2, Natalia descreve que, em sua família, a *maioria* é engenheiro, relacionando a *maioria* apenas ao seu cunhado e desconhecendo qual é a profissão do pai.

Já Mariane relaciona a escolha de uma profissão ao divertimento:

***E com que você gostaria de trabalhar, especificamente?***

*Mariane: eu queria assim, o que eu gosto mais é de mexer com criança, colégio assim, também ser doutora de criança, gosto bastante de estar no meio de criança, gosto de divertir bastante*

***Porque você gosta disso?***

*Mariane: ah, porque desde criança eu cuido dos meus sobrinho, me divirto, aprendo. Na minha família antes era três e agora são dois e em casa tem criança que nasceu e a gente se diverte e o que eu mais gosto é brincar com criança*

#### 5.4.4 “Não sei te explicar assim o que é”: o desconhecimento do trabalho

Facilmente encontrado no discurso dos jovens foi o desconhecimento da atuação profissional de parentes próximos (pai, padrasto e marido). Esse desconhecimento se faz principalmente em relação ao gênero masculino, talvez por um maior conhecimento do que fazem as mulheres (como no caso de Juliane, que conhece a profissão da mãe: auxiliar de enfermagem), mas, principalmente, porque estas, em sua maioria, só cuidam da casa (como descrito no capítulo 5.3):

Diante disso, cabem algumas questões: qual o valor do trabalho para essas famílias, em que é possível o desconhecimento do que faz seu pai

(padrasto, marido, etc)? Ou: será que há possibilidade de colocar em palavras o trabalho onde ele parece ser tão pouco falado?

**Teu pai trabalha com o que?**

Helena: Trabalha acho que é em calçamento

**Sua mãe é auxiliar de enfermagem, seu pai faz o que?**

Juliane: Ele é pedreiro eu acho

**Teu pai faz o que?**

Natalia: Ele é... Ai, não sei, esqueci o nome da profissão, ele trabalha em barragem

**E teu padrasto faz o que?**

Clara: Resmunga

**Hã?**

Clara: Não sei, esqueci

**O que o seu marido faz?**

Fernanda: Ele ta trabalhando de, de... Ai, esqueci qual é a profissão que ele ta trabalhando lá. É que cuida sobre casa, coisa assim, trabalha na barragem, só que, tipo assim pedreiro

Larissa: Ai ele fichou numa firminha, só que não é todo dia que tem serviço, é de lá de vez em quando e de quando tem e eles chamam ele

**Que tipo de serviço eles chamam ele pra fazer?**

Larissa: Ah, não sei o nome, é de eletricista. Não, não é de eletricista, eu não sei te explicar assim o que é

(...)

**Alguém da família hoje está trabalhando?**

Larissa: A irmã dele essa que mora com nós

**Ela faz o que?**

Larissa: Ela trabalha no, ali no, ela trabalho em restaurante

Helena e Juliane não confirmam sua resposta, pois não há uma certeza, apenas uma suposição do que faz o pai. Diante do desconhecimento: o esquecimento, assim foi com o pai de Natalia, o padrasto de Clara e o marido de Fernanda.

Larissa, antes de tentar descrever o que faz o marido, adjetivou o local de trabalho dele com um diminutivo: firminha, o que pode representar uma firma pequena, mas pode também estar relacionado com o valor dado ao (local de) trabalho. Em seguida, a jovem não conseguiu dar nome à profissão do marido, o que acontece, também, quando ela tenta dizer o que faz a cunhada: somente consegue nomear o local, sem conseguir falar o que ela faz para dar uma resposta ao que foi perguntado pela entrevistadora.

O desconhecimento de Marlon é sobre o que faz o primo:

*Marlon: Tenho vontade de sair e trabalhar fora, com meu primo, parente*

**Teu primo? Como assim teu primo?**

*Marlon: ir trabalha onde meu primo trabalha*

**E onde teu primo trabalha?**

*Marlon: Em Curitiba, Santa Catarina*

**E o que ele faz lá?**

*Marlon: Ele faz, ele é carpinteiro acho pedreiro, não sei bem*

O desconhecimento de Marlon não seria tão marcante, se não fosse pelo fato de Marlon pretender ir trabalhar com o primo. Desconhecer, portanto, o que faz o primo é desconhecer o que ele próprio pretende fazer no futuro.

## 5.5 “AQUI NÃO TEM MUITO SERVIÇO E GANHA POUCO ASSIM DAÍ”: DAS (IM)POSSIBILIDADES DE FOZ DO JORDÃO

Facilmente encontrado no discurso dos jovens foi a impossibilidade de pensar o futuro estando em Foz do Jordão. Poucos foram aqueles que gostariam de permanecer na cidade (como veremos depois). As impossibilidades estão relacionadas, principalmente, à falta de instituições de Ensino Superior e/ou de emprego (e/ou emprego com boa remuneração). Este último foi o mais citado entre os jovens:

***Você imagina que você vai conquistar o que você quer pro teu futuro aqui em Foz Jordão?***

*Helena: Acho que não*

***Porque não?***

*Helena: Porque aqui acho que não tem assim, coisa assim que eu queira. Só se for outro lugar pra conseguir*

***Porque você imagina que não tem aqui? O que falta aqui na cidade?***

*Helena: Falta a faculdade né aqui, pra fazer aqui*

***E onde você espera estar no teu futuro então, se não aqui em Foz Jordão aonde?***

*Helena: Num lugar assim mais, espero estar, deixa eu ver...*

***Oi?***

*Helena: Eu espero ta num lugar assim mais renda assim,*

***Mais o que, não entendi?***

*Helena: Mais renda assim, por causa que aqui é mais simples e eu queria estar num lugar mais, que tem mais coisa*

***E que lugar seria esse?***

*Helena: Não sei*

**Você não imagina uma cidade, algum outro lugar, uma outra cidade?**

Helena: Quería Guarapuava

**porque Guarapuava?**

Helena: Porque acho que lá tem mais coisa que aqui

**Você tem familiares lá em Guarapuava ou não?**

Helena: não

**A tua família é toda daqui de Foz Jordão?**

Helena: Não

**Da onde eles são?**

Helena: São... tem em Coronel Vida

Helena, além de demonstrar a necessidade de mudar de local, pretende ir para um município onde não há raiz familiar (o que vai contra a PNAS, que prima pela territorialidade). Apesar de Guarapuava ser uma cidade próxima de Foz do Jordão (a 100 km de distância), questiona-se: qual a fronteira da territorialidade? Além disso, Helena descreve esse outro lugar como sendo melhor (em comparação a Foz do Jordão), utilizando expressões para designá-lo como *mais renda, mais coisa*:

**Você imagina que vai conseguir conquistar o teu projeto de futuro em Foz Jordão?**

Natalia: Não

**Porque não?**

Natalia: Porque aqui não tem emprego, não tem muita coisa pra fazer

**O que mais não tem e você acha que precisaria?**

Natalia: Ah, eu acho que precisaria de emprego que não tem aqui, não tem muita oportunidade, não tem quase nada

Natalia, ao ser questionada sobre o que mais (além de emprego) não teria em Foz do Jordão, diz (novamente) que não tem emprego e oportunidade, completando sua afirmação com *não tem quase nada*. Podemos supor, portanto, que emprego e oportunidade seriam sinônimos, para ela, de “quase tudo”. Sugere que só faculdade (relatado por Helena) não basta, é necessário haver, também, trabalho.

**Você imagina que vai conseguir conquistar o teu projeto pro futuro aqui em Foz Jordão? Ou você imagina que teria que ir embora pra outro lugar?**

Clara: Acho que teria que ir embora

**É? Você acha que teria que ir embora, porque?**

Clara: Não responde

**Porque você imagina que aqui em Foz Jordão não é possível?**

Clara: Porque não da pra trabalha

**Você imagina que vai conseguir conquistar um projeto teu pro futuro aqui em Foz Jordão?**

Rosimere: Não, aqui não, só se for pra fora porque aqui não tem

**Porque você imagina que aqui não dá?**

Rosimere: Aqui não tem nem tipo servi. Ó, terminei faz um ano já que to de varde, até agora não arrumei nenhum serviço aqui e tipo se eu fosse pra fora em outros lugar com certeza eu ia estar trabalhando e fazendo curso, seguindo minha vida tipo sozinha, sem meus pais sem nada

(...)

Ela (a irmã de Rosimere) falou pra mim ir lá (Jaraguá, cidade onde mora a irmã), se eu quisesse ser alguma coisa na vida era pra mim ir lá (...).

**Você imagina você trabalhando com alguma coisa? Você imagina você trabalhando com o que?**

Marlon: trabalhando fora né

**Fora aonde?**

Marlon: Fora de Foz do Jordão, em outro lugar assim

(...)

**Então você imagina que você não vai conseguir conquistar o teu projeto de futuro aqui em Foz Jordão?**

Marlon: É

**Porque aqui não?**

Marlon: aqui não tem muito serviço e ganha pouco assim daí

Clara, Rosimere e Marlon, assim como os discursos anteriores, afirmam a falta de trabalho e serviço em Foz do Jordão. Rosimere ainda enfatiza essa falta, tendo a certeza de que se estivesse em outro lugar, já estaria empregada, e mais, se quiser ser *alguma coisa na vida*, deveria mudar-se de Foz do Jordão. Ou seja, a permanência na cidade seria o mesmo de ser “nada na vida”. Marlon diz que, além de não ter serviço, ganha-se pouco nos escassos empregos existentes. Supomos, então, a partir de sua afirmação, que há trabalho, mas que isso ocorre raramente e, quando há, a remuneração é baixa.

**Você imagina que vai conseguir conquistar o teu projeto de futuro aqui em Foz Jordão?**

Carlos: Não. Se eu não for embora eu vou ter que estudar aqui. Aqui não, em Guarapuava, porque aqui não tem faculdade

**Então você não gostaria de estar aqui?**

Carlos: Não

**Porque não?**

Carlos: Porque não, aqui não tem emprego, não, não tem daí como a gente trabalha e daí estuda, não tem

Carlos afirma, além da falta de emprego, a inexistência de uma instituição de Ensino Superior que, só encontraria, em Guarapuava, cidade localizada a 100 km de Foz do Jordão.

***Você imagina que vai conseguir conquistar o seu projeto pro futuro aqui em Foz Jordão?***

*Mariane: Assim, se for pela pública ainda a gente consegue, mas se for assim por uma particular a gente tem que ser fora porque tem mais emprego, aqui tem muito pouco emprego e fora tem mais, tem mais oportunidade e precisa ser fora se for particular*

***Então você imagina que se precisar trabalhar vai ser mais difícil arrumar emprego aqui?***

*Mariane: É, aqui é*

Mariane associa a possibilidade de cursar uma graduação em uma instituição particular à necessidade de mudar de cidade, pois, para conseguir pagar o ensino, teria que estar empregada, o que não conseguiria se estivesse em Foz do Jordão, pois ali *tem muito pouco emprego e fora tem mais*.

***Você imagina que vai conseguir conquistar o teu projeto de futuro aqui em Foz Jordão?***

*Maria: Eu acho que sim, eu creio que sim, mas a gente sempre pensa pra longe né, diferente. Mas eu acho que sim*

***Me explica esse a gente sempre pensa pra longe***

*Maria: Porque a cidade aqui é sempre a mesma coisa sabe, é sempre as mesmas pessoas. Sei lá, a gente imagina que vai trabalhar em outro lugar e tipo na verdade o que eu queria mesmo era trabalhar no SAMU por exemplo, num hospital entendeu? E daí aqui já não tem entende? Nesse sentido*

Maria pretende continuar em Foz do Jordão, mas faz uma observação em terceira pessoa de que sempre se deve pensar *pra longe*. Isso, além de parecer uma verdade naturalizada a partir do discurso de um sempre dever *crescer* e ir além do que já se foi, nos faz interpretar que para ir *pra longe* só é possível fora de Foz do Jordão, em um lugar onde não encontrará as mesmas coisas e mesmas pessoas, e mais, onde haverá a possibilidade de trabalhar com o que se deseja: no SAMU.

Juliane responde que sim quando questionada sobre se pretende continuar em Foz do Jordão no futuro, contudo, no decorrer de sua entrevista, diz que emprego é um problema na cidade (como os entrevistados acima):

***Você gostaria de trabalhar com alguma outra coisa além disso?***

*Juliane: Sim. É, porque eu trabalho a noite e o que ganho é pouco, porque a rádio é comunitária e queria achar um outro serviço pra trabalhar de dia, mas só que aqui é complicado*

***Porque é complicado aqui? Me explica um pouco melhor?***

*Juliane: Ah, porque não tem, não aparece né. O pouco que tem já tem gente trabalhando, você chega e pergunta quanto tempo você*

*trabalha e é dois ou três anos. É pouco serviço e quando alguém entra fica*

Ao explicar a complicação de Foz do Jordão, Juliane destaca que dois ou três anos de trabalho em um único lugar é, para ela, um longo tempo, pois conclui sua afirmação dizendo *quando alguém entra fica*.

Além de Juliane, apenas outros dois jovens afirmaram que se imaginam em Foz do Jordão, no futuro:

***Você imagina que vai conseguir conquistar o teu projeto pro futuro aqui em Foz Jordão?***

*Gislaine: Acho que sim*

***Você vê aqui em Foz Jordão o teu futuro?***

*Larissa: Hanhan*

***Você se vê morando aqui?***

*Larissa: Sim, aqui que eu nasci*

Gislaine não explica o que a faz continuar na cidade, mas Larissa responde *sim, aqui eu nasci*. Essa relação de estar onde se nasceu é também encontrada na resposta de Breno, quando explica o porquê sobre ter a intenção de se mudar para Santa Catarina:

***Você imagina que você estará aqui em Foz Jordão no seu futuro?***

*Breno: Não, tá bem longe*

***Você quer estar bem longe daqui. Você gostaria de estar onde no seu futuro? Aonde você gostaria de estar?***

*Breno: Em Santa Catarina*

***Porque Santa Catarina?***

*Breno: Porque eu nasci lá*

## 5.6 “DEIXA LÁ EU”: SOBRE A SOLIDÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE VIDA

A todos os jovens foi perguntado como foi, para eles, participar da entrevista. A maioria respondeu que foi bom, legal ou que gostou. Mas alguns fugiram a essa similaridade, acrescentando um pouco mais sobre o sentimento em relação à entrevista, segue:



**Como foi pra você participar dessa entrevista?**

*Juliane: Foi boa, gostei, nunca conversei com ninguém assim sobre o assunto*

Juliane diz nunca conversar sobre o tema da entrevista com outras pessoas, isso vai ao encontro com outros trechos das entrevistas, onde poucos jovens (dos entrevistados) afirmam conversar com outras pessoas sobre seu futuro.

**Nenhuma outra. Como foi pra você participar dessa entrevista?**

*Clara: Não responde*

**Foi difícil, foi fácil?**

*Clara: Não sei, acho que foi difícil. Fácil!*

Clara passou maior parte da entrevista calada, sem conseguir elaborar melhor suas respostas. Podemos afirmar, portanto, que sua última resposta foi a resposta ao seu silêncio. Seu ato falho nos mostra que diante da dificuldade sua resposta era: silêncio.

**Como foi pra você participar dessa entrevista?**

*Mariane: Foi ótimo. A gente esclarece mais, fica mais aliviada em falar*

**Que bom então que você gostou. Tem alguma coisa que eu não perguntei e você gostaria de dizer?**

*Mariane: não, tudo você perguntou e o que importa mais é o futuro da gente o que a gente tem pra construir né, tem que fazer*

**isso é importante pra você?**

*Mariane: É*

**Que bom então. Acho que era isso, não tenho então mais nenhuma pergunta pra fazer. Obrigada por você ter participado**

*Mariane: De nada, valeu a pena*

**Como foi pra você participar dessa entrevista?**

*Rosimere: Foi legal*

**Foi legal?**

*Rosimere: É. Pelo menos a gente debate um pouco um papo*

*Larissa: ta bom. Além dessa entrevista vai ter outra ou é só essa?*

Esclarecimento e alívio: foi o que a entrevista proporcionou a Mariane. Segundo Rosimere, é importante *debater um pouco um papo*, o que deve faltar no dia-a-dia das jovens. É por isso que *vale a pena* discutir sobre projeto de vida, afinal, como diz Larissa, *só essa entrevista remete a uma sensação de*

insuficiência por ser apenas uma. As respostas, como um todo, demonstram a solidão vivenciada quando da possibilidade de pensar no futuro.

Essa solidão foi referenciada, principalmente, por Juliane que, em vários momentos da entrevista, coloca-se como sozinha no mundo:

***Você reside com quem?***

*Juliane: Sozinha, eu e meu filho*

*Eu moro sozinha e tenho que manter eu, a casa, tem o meu filho também*

*(...) eu saí da casa da minha mãe com 15 anos (...)*

*(...) eu falei eu sou sozinha, eu vivo sozinha praticamente, então se eu conseguir alguma coisa vai ser por mim mesma e não adianta eu esperar a ajuda de ninguém porque não vou ter*

*(...)eu sou de maior também e faço o que eu quero, eu que pago o meu aluguel. (...)tudo que consigo tem muita luta e não incomodo ninguém, deixa lá eu*

*A minha mãe também quando ela se separou ela tinha só a 5ª série e ela foi estudar, ela não fez faculdade mas fez cursos e hoje ela vive bem, ela tem duas casas, tem casa aqui, tem casa no Candói, tem um carro, trabalha ainda e é sozinha*

*(...) Eu falei pra ele eu me vejo sozinha, me vejo sozinha, sei lá.*

## 5.7 “EU ACHO MUITO BOM PORQUE PODE AJUDAR A PESSOA”: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Estar recebendo o Bolsa Família (o jovem ou sua família) ou estar cadastrado para tal, era um dos requisitos necessários para participar da pesquisa. Portanto, o referido programa está presente na vida de todos esses jovens, em maior ou menor grau. Com o objetivo de analisar qual o sentido atribuído ao programa pelos jovens e se eles se veem, no futuro, recebendo Bolsa Família, foram formuladas algumas questões.

Poucos foram aqueles que responderem que não gostariam de receber o benefício na vida adulta:

**A tua mãe recebe o Bolsa Família você falou né? Você imagina que quando você for mais velha você vai receber também?**

*Gislaine: eu acho que não*

**Porque não?**

*Gislaine: Não sei*

**Eu digo assim, quando você for mais velha e tiver a sua família, nesse sentido você imagina que vai receber?**

*Gislaine: Não, tipo assim depois de grande?*

**Isso**

*Gislaine: Daí eu acho que não*

**E você não gostaria de receber?**

*Gislaine: Não*

**Porque não?**

*Gislaine: Ah, sei lá porque, é tipo porque tem gente que precisa mais né*

**Entendi. E o que você pensa sobre o Bolsa Família?**

*Gislaine: Tipo é uma renda que ajuda né*

**Você me disse que a tua mãe recebe o Bolsa Família. Você imagina que você quando for mais velha e estiver adulta você também vai receber esse benefício?**

*Natália: Ah, eu gostaria de não precisar depender disso*

**E o que você pensa sobre isso, sobre o Bolsa Família?**

*Natália: Eu acho legal porque incentiva a tirar muitas crianças que poderiam estar na rua ou em outros lugares*

Gislaine avalia o Bolsa Família como uma renda que ajuda (regularidade presente em várias outras entrevistas), mas não pretende continuar recebendo a renda *depois de grande*, o que supõe que, nesse momento, ela ainda é pequena, já que tal benefício é para os pequenos, que não podem viver autonomamente. Gislaine justifica sua resposta, adotando uma posição generosa, pois há pessoas (ou pequenos) que precisarão mais. Já o motivo de Natália distingue-se do de Gislaine não pela relação de dependência, pois ela não gostaria de necessitar do programa, mas pelo seu objetivo: para Natália tal programa é para suprir a pobreza, para Gislaine para suprir as necessidades de quem é pequeno. Vale lembrar que Natália quer formar-se arquiteta e é uma das poucas entrevistadas que tem um plano concreto de como conseguir conquistar o que deseja<sup>24</sup>.

Para Clara, a imagem de receber o Bolsa Família na vida adulta não é tão natural quanto para os demais entrevistados, pois responde à pergunta com um não saber. Ao refazer a pergunta e trocar o verbo “imaginar” por

---

<sup>24</sup>Segundo ela, faz parte de dois projetos, o ENEM e o PAC – Programa de Avaliação Continuada – e acredita que passará em um dos dois.

“gostar” (de receber), Clara continua a hesitar, pois antes do *sim*, ela utiliza-se da palavra *acho*.

**A tua mãe recebe o Bolsa Família, né? Você imagina que quando você estiver mais velha, quando for adulta você também vai receber bolsa família?**

Clara: Não sei

**E você gostaria de receber?**

Clara: Acho que sim

**E o que você pensa sobre o Bolsa Família?**

Clara: Não responde

Para todos os outros entrevistados, a possibilidade de receber (ou continuar recebendo) o Bolsa Família na vida adulta foi visto com naturalidade:

**A tua mãe recebe o Bolsa Família né?**

Breno: Recebe

**Você imagina que no futuro você vai receber também?**

Breno: Vou

**É? Porque?**

Breno: Ah, não sei explicar

**O que você pensa sobre o Bolsa Família?**

Breno: Não sei explicar

**O que você acha sobre isso, esse benefício que o governo paga?**

Breno: Ah, é bom né

**A sua família recebe o Bolsa Família então?**

Rosimere: Recebe

**Quem recebe, a tua mãe?**

Rosimere: A mãe

**Você imagina que quando você estiver mais velha você vai receber o Bolsa Família também?**

Rosimere: É, porque tem muitos que recebe né. Capaz de receber

**O que você acha sobre isso, o que você pensa sobre o Bolsa Família?**

Rosimere: Eu acho que é importante tipo, pelo menos pra gente que é pobre, pelo menos isso ai é pouco mas ajuda, pelo menos tipo assim pra compra roupa e calçado né que precisa, tipo alguma coisa que falta, mistura, pelo menos pra isso ai tem

Para Rosimere, como *muitos* recebem o Bolsa Família, é *capaz* (e natural) que ela receba também. Em sua resposta sobre o que pensa do benefício, Rosimere utilizou-se quatro vezes da expressão *pelo menos*, apesar da pobreza há *pelo menos* (enfaticamente) o Bolsa Família. O *pelo menos* se mostra valendo mais, ainda que os mantenha, subjetivamente, no menos.

A ideia de *ajuda* oferecida pelo benefício é uma regularidade compartilhada por Marlon, Larissa, Helena, Fernanda, Mariane, Maria e Juliane:

**Teus pais recebem o Bolsa Família?**

Marlon: Sim

**Você imagina que quando você ficar mais velho poderá vir a receber o Bolsa Família?**

Marlon: Acho que sim, preciso né

**Acha que sim? Porque?**

Marlon: murmura, não responde

**O que você acha do Bolsa Família?**

Marlon: Ajuda né.

**A tua mãe recebe o Bolsa Família né?**

Helena: Hanhan

**Você imagina que quando você estiver mais velha você vai receber também?**

Helena: Não

**Porque não?**

Helena: Acho que não

**Você não gostaria de receber?**

Helena: Gostaria

**Mas você acha que não vai receber**

Helena: Não

**Porque?**

Helena: Acho que não, acho que é só até uns 17 ou 18 ano que recebe

**Mas eu digo assim quando você estiver mais velha, quando você estiver mais pra frente e tiver a tua família, você imagina que você vai receber o Bolsa Família?**

Helena: Quando tiver a minha família sim

**E o que você pensa sobre o Bolsa Família?**

Helena: Penso que pode ajudar né, assim quando não tem alguma coisa assim

**Você recebe o Bolsa Família?**

Larissa: Recebo

**E o que você acha do Bolsa Família?**

Larissa: Do projeto? Eu acho bão porque as vezes ajuda a gente em alguma coisa

A ajuda recebida do Bolsa Família não é exclusivamente para Larissa, pois existem outras pessoas a quem ela se refere quando diz *a gente*.

**Você recebe o Bolsa Família hoje?**

Fernanda: Não

**A tua mãe recebe?**

Fernanda: A mãe recebe

**Você imagina que quando você for mais velha você também vai receber?**

Fernanda: Hanhan

**E você gostaria de receber então?**

Fernanda: Gostaria

**Porque?**

Fernanda: Porque isso ai ajuda mais né, ajuda mais as pessoa

**O que você acha sobre o Bolsa Família?**

Fernanda: Que é muito bom né, o bolsa família, ajuda mais as pessoas que precisa mais

**A tua mãe recebe Bolsa Família né?**

Mariane: Recebe

**E você falou que também já fez o pedido**

Mariane: Eu já fiz o cadastro, mas não veio o cartão ainda

**Você gostaria de receber o Bolsa Família também?**

Mariane: hanhan

**Mas Bolsa Família não é só pra quem tem filhos?**

Mariane: Não, pra quem tem baixa renda também.

**Ah, entendi.**

Mariane: Meu marido não é fichado nem eu e tem baixa renda e pode pedir também. Só que é mais fácil quando tem uma criança, é mais fácil de vir também

**O que você pensa sobre isso, sobre esse benefício?**

Mariane: O Bolsa Família?

É.

Mariane: Eu acho muito bom porque pode ajudar a pessoa. Que nem eu, eu só cuido de uma sobrinha, antes cuidava de dois e só ganho 50 por mês e daí é muito pouco, daí meu marido também é pedreiro e tem vez que ele trabalha e tem vez que não tem e se viesse esse dinheiro era um dinheiro a mais pra poder ajudar na casa, comprar algumas coisa que eu preciso

**A tua mãe recebe o Bolsa Família né?**

Maria: Então, ela recebia mas foi cortado e não sei o que deu na verdade. Só que ela não tem renda fixa minha mãe e meu pai tipo ele era auxílio doença e minha mãe não ficou recebendo, já faz um ano que meu pai faleceu. Não deu certo, ta na mão de advogado tudo mas não deu certo

**Você imagina que quando você estiver mais velha você também receberia o Bolsa Família?**

Maria: Eu acho que sim, depende da renda familiar eu acho, sei lá

**Mas você gostaria de receber?**

Maria: Acho que sim

**O que você pensa sobre esse benefício oferecido pelo governo?**

Maria: Eu acho que é uma coisa boa porque né, ajuda muito as pessoas que não tem condições, que não tem trabalho, é uma ajuda financeira

**Você está recebendo o Bolsa Família hoje?**

Juliane: Não

**Você imagina que você poderá vir a precisar do Bolsa Família?**

Juliane: Na verdade, na verdade assim eu já tentei e já fiz cadastro e não sei porque não deu certo, faz tempo isso e nem fui mais atrás, não corri muito atrás. Mas sei lá, ta indo, ta indo meio que empurrando com a barriga, mas ta indo, mas seria uma ajuda a mais, claro

**O que você pensa sobre isso, o que você pensa sobre o Bolsa Família?**

Juliane: Eu acho que é uma mão na roda né, mas aqui todo mundo sabe que tem casos de gente que não precisa e recebe e gente que precisa e não recebe

Apesar de Fernanda, Mariane e Maria quererem receber o benefício quando forem mais velhas, elas utilizam-se da terceira pessoa para nomear o beneficiário do Bolsa Família, pois a ajuda será para a(s) pessoa(s). Fernanda

ainda acrescenta que o programa ajuda aqueles que *precisam mais*. Ao gostar de receber o benefício, ela ainda se vê como parte daqueles que *mais* precisam.

Marlon, Helena, Fernanda e Maria utilizam-se da expressão *né* ao referir-se à *ajuda* proporcionada pelo benefício, demonstrando que essa referência é algo óbvio, e, portanto, compartilhada (na perspectiva deles) pela pesquisadora. Maria refere-se, ainda, à falta de trabalho de forma natural, sem questionamentos ao fato.

Assim como Larissa, Carlos utiliza-se da expressão *a gente* para referir-se ao fato de precisar receber Bolsa Família, ou seja, quem precisa não é apenas ele, mas outros sujeitos que estão embutidos em seu *a gente*:

***A tua mãe recebe o Bolsa Família né?***

*Carlos: Não*

***Mas você frequenta o CRAS aqui?***

*Carlos: Eu venho só fazer aula de violão*

***Entendi. Você imagina que quando estiver mais velho ou adulto você vai precisar do Bolsa Família?***

*Carlos: Não sei também*

***E você gostaria de receber o Bolsa Família?***

*Carlos: Gostaria*

***Porque?***

*Carlos: Porque que nem quando a gente precisa tem*

## 6 DISCUSSÃO

*Digamos que a palavra é concebida, na medida em que ela vem, precisamente, a ocupar esse lugar onde o objeto deixou seu vazio, como ferramenta de cura já que ela tem a capacidade, a eficácia, de sarar esse buraco permitindo a simbolização do que ali falta. (Alfredo Jerusalinsky, 2000, p. 39)*

Ao iniciar esta pesquisa, tínhamos como pergunta norteadora: *que sentidos são atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso dos jovens do município em estudo?* Pensamos que os dados trazidos a partir das entrevistas realizadas contribuíram para que tal pergunta fosse respondida. Contudo, a palavra, quando dita não diz apenas aquilo que esperávamos ouvir, mas vai além: fala do sujeito que as enuncia e das instituições que o constituem.

A leitura dos discursos a partir dessa perspectiva é possível por meio do método escolhido, que se propõe ser uma analítica da subjetividade e, por isso, não há fronteiras para barrar o que deve ou não fazer parte do estudo, uma vez que já foi enunciado. Assim, podemos afirmar que a análise dos dados superou as expectativas contidas nos objetivos iniciais deste estudo e que isso já estava previsto, por utilizarmos como método a Análise Institucional do Discurso.

A caracterização da realidade vivida pelos jovens pesquisados está presente em toda esta dissertação, seja quando descrevemos diretamente sobre eles, seja quando eles falam por si, ou quando estudamos as práticas institucionais que os constituem.

Foi possível identificar, nos sentidos atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida, possíveis relações com o contexto concreto que circunda esses jovens e também com o cenário social atual, especialmente no que se refere às transformações no mundo do trabalho. Esse objetivo está descrito no decorrer deste capítulo, principalmente, no subitem intitulado: “Educação, Trabalho e Projeto de Vida”.

As práticas assistenciais, motor que impulsionou todo o desenvolvimento da pesquisa, e o lugar ocupado por elas no discurso dos jovens, trouxe para a



discussão questões referentes à identidade e à subjetividade, que estarão expostas ao final deste capítulo.

Outras questões foram trazidas pelos jovens e, por sua forte presença no discurso dos mesmos, não pudemos deixar de expô-las, são elas: as relações de gênero e o desamparo vivido por tais jovens, quando tratam sobre seu futuro.

## 6.1 EDUCAÇÃO, TRABALHO E PROJETO DE VIDA

Vive-se no Brasil, atualmente, as mudanças no sistema de educação a partir das quais inseriram-se as políticas de acesso ao Ensino Superior, com o objetivo de incluir estudantes provenientes da pobreza. Contudo, nesta pesquisa, apenas uma jovem cursa o nível superior, enquanto sete ainda não concluíram o Ensino Fundamental. Na sociedade do conhecimento (Pochmann, 2004), o próprio conhecimento integra-se ao discurso dominante e torna-se, cada vez mais, o elemento determinante na trajetória ocupacional. Nas respostas de Juliane, que atribui ao curso superior a possibilidade de realização profissional, e Rosimere, que destaca a necessidade de fazer um curso, qualquer que seja, pode-se observar a confirmação de tal discurso.

À educação formal são também atribuídas outras adjetivações: Rosimere destaca, ao falar sobre seus pais, que apenas a quem estudou é permitido pensar sobre o futuro. Larissa relata que para ser *alguma coisa na vida* o estudo é premissa fundamental. Natália diz que está concorrido pra conseguir emprego, mas tendo *mais estudo é melhor*. Carlos demonstra que ou se submete ao discurso da educação formal<sup>25</sup> (Ensino Médio para Ensino Superior) ou interrompe totalmente sua vida estudantil, esse tipo de submissão é apresentada também na entrevista de Fernanda. Tais naturalizações, efeitos do desconhecimento da possibilidade de existência de outros caminhos,

---

<sup>25</sup> Tal discurso não se restringe apenas à educação, mas está presente em toda sociedade: escola, família, mídia, etc.

derivam do grande investimento social ao ensino formal, decorrente do processo de institucionalização da educação no Brasil.

Valore e Guirado (2011) encontraram em sua pesquisa resultado semelhante a este. Ao intitular seu artigo com a expressão “ser alguém na vida”, justificam sua escolha pelo uso corrente de tal expressão “no discurso do senso comum, como decorrência natural do estudo (‘para ser alguém na vida, é preciso estudar’)” (p. 80). Assim como Valore e Guirado (2011), observamos que, para os jovens participantes desta pesquisa, *ser alguma coisa* significa ir além da vida estudantil, abrangendo a vida laboral que será, na verdade, consequência da primeira.

Tal sujeição ao discurso do ensino formal também pode ser visualizada, quando Juliane relata que carreira profissional só é possível mediante a conclusão do Ensino Superior. Num segundo momento, ao Maria destacar que a realização profissional ocorrerá apenas após sua formação universitária e, por fim, quando Natália expõe como prioridade sua formação em arquitetura para, em seguida, abrir seu negócio.

Enquanto os jovens de classe média e alta postergam, cada vez mais, a inserção no mercado de trabalho para que possam estar aptos a ocuparem os melhores cargos disponíveis, aqueles provenientes da pobreza, por terem baixa escolaridade, ocupam as vagas de menor remuneração, o que dificulta, ainda mais, sua inserção no nível superior. Afinal, sabe-se que a política de cotas ainda não é abrangente a todos, principalmente, àqueles residentes no interior de seus estados, uma vez que apenas as cotas não garantem a inserção na universidade. É preciso obter bom desempenho no vestibular, o que só é possível se a escola pública garantir bom nível de qualidade de ensino. Isso justifica o discurso, já naturalizado socialmente, do irmão de Mariane, quando diz que *faculdade pra pobre não adianta nem sonhar que isso não acontece*. Tal discurso pode ser partilhado também pela pesquisadora que, como tal, representa também o discurso acadêmico, ao admirar-se em encontrar, dentre os jovens entrevistados, uma que cursava o nível superior: Maria.

O próprio abandono escolar não pode ser analisado como uma resistência ao discurso da sociedade do conhecimento, uma vez que dentre os cinco que abandonaram, quatro procuraram explicar seu abandono, atribuindo

a explicação de seu ato a ações de terceiros, como se, na necessidade de justificativa, estivesse embutido o embaraço de não conseguir andar da forma esperada socialmente. Dentre os cinco, apenas Marlon responsabiliza-se por seu ato, mas, nesse caso, a lógica individualizante da modernidade líquida (Bauman, 2001) se faz presente, pois nenhum dos entrevistados analisou suas atitudes a partir da ótica social, cultural e/ou histórica.

A cultura e a historicidade estão presentes nas formulações dos projetos de vida dos jovens participantes desta pesquisa. Pois pensar sobre o futuro não é algo inato, é, na verdade, estimulado e instigado a partir dos discursos escutados pelo sujeito, nas instituições que o subjetivam. Sendo a família a instituição primeira na vida de um ser humano, as relações que aí se estabelecem serão a base para se pensar em todas as outras relações institucionais posteriores a esta (Guirado, 2010). Assim, perguntas que podem parecer banais num primeiro momento, são importantes, pois fazem pensar. Perguntar, na infância, o que se quer ser na vida adulta já promove no indivíduo uma análise e, mesmo que incipiente, uma ideia de projeto de vida. Assim como não questionar sobre isso naturaliza o *status quo*, como ocorreu com Clara e Rosimere. Outro exemplo é a resposta singular de Maria a tal pergunta: *Bastante!*. A outros jovens também foi questionado, na infância, sobre o futuro, mas a resposta de Maria diferencia-se das demais por ser a mais exclamativa. Não podemos atribuir a isso o fato de ela ser a única jovem que cursa o nível superior, mas tal singularidade também não pode ser descartada.

Observa-se que nos modos de se viver na contemporaneidade, apesar de se estimular altamente a vida laboral, preza-se pela flexibilidade, instabilidade e prazo de validade nas relações de trabalho. Desse modo, a ideia de 'projeto de vida' como algo pensado em longo prazo é um discurso vazio na era atual. E, por assim o ser, é discutido cada vez menos com os jovens (especialmente os pobres – foco desta pesquisa), que, solitários em seus pensamentos, não encontram eco no discurso do outro para elaborar seus anseios de futuro, ou sequer para ter anseios, como pudemos observar com alguns dos jovens entrevistados: Rosimere e Clara. Além de toda a questão social, a particularidade de estarem inseridos na pobreza contribui para não se pensar em projetos de longo prazo, como concluiu Bock (2010) em

sua pesquisa: “Os projetos que esses jovens [pobres] esboçam são de curto prazo. A conquista deles se dá de forma paulatina, com idas e vindas” (p. 140). Corroborando com esta citação, Dias (2011) descreve:

Para ter uma visão dos projetos de vida, é necessário levar em consideração estas influências contextuais. Não podemos cair no engodo liberal ao disseminar idéias de que as pessoas podem apenas pela chamada força de vontade, resolver todas as suas dificuldades e conseguir uma vida melhor para si e para os seus. A força de vontade muitas vezes é obstaculizada por condições materiais impeditivas, demonstrada em projetos de vida menos ambiciosos, ou mesmo na ausência destes, gerada pela impossibilidade de se pensar em um tempo outro, no tempo futuro. (p. 96)

Outro fator que pode influenciar na fragilidade do projeto de vida desses jovens é o fato de que a maioria dos pais/maridos que trabalham fora, estão fora também fisicamente, pois residem em outra cidade. Ou seja, a relação com aquele que poderia falar sobre como é uma vida laboral é quase inexistente, devido à distância.

Daqueles que conseguem formular expectativas em relação ao futuro e meios de alcançá-los, destacam-se Juliane, Maria e Natália. Todas as três atribuem ao vínculo familiar suas vontades e anseios. Juliane identifica-se com as tias professoras, Maria ao pai adoentado e Natália com o cunhado engenheiro. Cabe lembrar aqui que Natália adjectiva seu cunhado, por ser engenheiro, como sendo a “maioria” de sua família. O discurso social do que é ser bem sucedido atribui ao capital tal característica, fazendo parte da grande massa conferir *status* à profissão de engenheiro que, dentre outras características, pode possibilitar ao profissional alto retorno financeiro. Esse retorno financeiro pode ser observado também na expressão de Marlon ao utilizar-se da palavra *só* para descrever que gostaria de ser chapeador. Profissão esta que não rende tanto *status* e capital quanto o rendimento de um engenheiro.

Um dos objetivos centrais deste trabalho foi escutar quais as perspectivas de futuro dos referidos jovens, justificado pelo fato de que seria mais fácil trabalhar o tema com os jovens do que com seus pais, que já se encontram tão enraizados da posição de refugos humanos (Bauman, 2005). Contudo uma surpresa nos fez repensar nossa posição: o fato de haver

mulheres programando sua maternidade já a partir dos treze anos. Os discursos médicos, psicológicos e da grande massa de pessoas julgam esse ato como arcaico, uma realidade vivida há décadas. Tal julgamento fez parte da própria pesquisadora, tanto ao formular os objetivos iniciais desta pesquisa, quanto ao realizar as entrevistas. Porém, a naturalidade com a qual as jovens programam sua gravidez é relevante e nos fez questionar quais jovens queremos, então, atingir. Larissa preocupa-se excessivamente com o futuro da filha, de três anos, como se, o futuro já não estivesse mais disponível a ela própria, que possui apenas dezessete anos. A posição de Larissa é passível de problematização, contudo as crianças que nem sempre frequentam o CRAS, mas são filhas(os) desses jovens não podem, também, ser esquecidas na tentativa de ruptura do ciclo de reprodução da pobreza, através da inserção, a partir do discurso, de pensamentos outros em relação ao futuro.

Os jovens entrevistados atribuíram ao trabalho adjetivos diversos, mas este não deixou de ser o eixo central (juntamente com a educação), com o qual se consegue *ser alguém na vida*. E, para Larissa, é apenas sendo *alguém na vida* que o sujeito será merecedor do orgulho dos pais. Para observar o que se faz como um trabalho, tal atividade deve possibilitar o consumo através de uma contrapartida financeira à força de trabalho que se vende. Como exemplo, podemos citar a resposta de Marlon ao ser questionado sobre o porquê de querer trabalhar com outra coisa, ele diz: *Ganhasse bem mais*, ou Carlos quando diz que quer ser engenheiro porque *ganha mais, melhor* e que tal profissional *só trabalha na sombra*. A visão desses jovens assemelha-se à dinâmica que sustenta o discurso social capitalista: educação formal possibilita ter um bom emprego do mesmo modo que trabalhar possibilita consumir. Assim, será, também, a partir do trabalho/emprego que os sonhos poderão tornar-se realidade. Tais sonhos são, em sua maioria, da ordem do ter: *sempre melhorar a situação, comprar carro, melhorar a casa, terminar, fazer a faculdade que a gente quer*<sup>26</sup>, *projeto de vida*. (Mariane). Portanto, atividades vinculadas ao lar não são vistas como trabalho, como será abordado a seguir.

---

<sup>26</sup> Sabe-se que o conhecimento em si pode estar atrelado muito mais ao *ser* do que ao *ter*. Contudo, nesse caso trata-se de adquirir conhecimento a partir de uma faculdade particular (possibilidade vislumbrada pela jovem) e, portanto, o conhecimento é a moeda de troca do capital, sendo, assim, um produto a ser consumido.

Mesmo atribuindo ao trabalho as adjetivações descritas acima, observou-se que alguns jovens desconheciam o emprego de seus parentes próximos: pais, padrastos, marido, etc. Tal desconhecimento pode estar relacionado ao valor dado a este trabalho: ao emprego que não promove status e nem possibilidade de consumo, não há necessidade de ter palavras para explicá-lo.

## 6.2 SER MULHER: MÃE E ESPOSA – DO GÊNERO EM DISCURSO

É notável para esses jovens, ao referenciarem a si ou as mulheres de sua família, a função destas: ser mãe e ser esposa, apenas. A questão do gênero não era, inicialmente, um tema de pesquisa deste trabalho. Contudo, tal questão nos saltou aos olhos durante as entrevistas e, por esse motivo, não pode deixar de ser discutida.

Silvana Mariano e Cássia Carloto (2009) realizaram uma pesquisa sobre a relação entre a feminilidade, o gênero e as ações estatais – particularmente o PBF –, na cidade de Londrina, no estado do Paraná. As autoras observaram, assim como neste trabalho, que as mulheres são o foco prioritário nos programas de transferência de renda: “A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas” (p. 901).

A maior parte dos jovens que viviam com seus pais e/ou irmãos, ao serem questionados sobre isso, apenas lembravam-se da mãe, esquecendo-se de relacionar os demais parentes. Essa similaridade pode representar o papel central que a mãe/mulher exerce diante da instituição de assistência social: a representante familiar. Tal interpretação também foi observada no estudo de Mariano e Carloto (2009):

Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’, que

vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade (p. 904)

Nessa relação, naturaliza-se o discurso ideológico de que ser mulher é igual a ser mãe e a mãe iguala-se à família (Mariano & Carloto, 2009). Tal operação é belamente exemplificada no relato de Carlos quando, ao demonstrar sua mágoa por ter sido dado para adoção, responsabiliza apenas a mãe biológica, descomprometendo o pai biológico de qualquer culpa.

Igualar a mulher/menina ao papel de mãe, apenas, pode ser uma forma de explicar o fato de haver, nesta pesquisa, meninas/mães tão jovens. Os discursos sociais em torno da questão da gravidez na adolescência tratam este fenômeno como algo a ser rejeitado e banido. O casamento na tenra idade só se faz se (e somente se) houver uma gravidez precoce. As jovens entrevistadas, contudo, não incorporaram esse discurso, pois se casaram cedo (entre doze e dezesseis anos) e, somente após o casamento, decidiram por engravidar. A exceção se faz apenas com Juliane, que teve uma gravidez acidental. Diana Dadoorian (2003) fez uma pesquisa com jovens grávidas de classes populares com o intuito de escutá-las para compreender o porquê de, mesmo com tanta informação disponível, elas optarem por engravidar. Uma de suas conclusões foi:

Ao analisar o contexto social dessas jovens, observa-se que a função social feminina está relacionada à maternidade, ou seja, ser mulher para essas adolescentes equivale a ser mãe. O desejo de ter um filho é um rito de passagem, uma mudança substancial no status: de menina para mulher. (p. 90)

Tal conclusão aplica-se também a esta pesquisa, onde o status social relacionado à maternidade é alentado pelos discursos “sobre feminilidade e maternidade apropriados pelo PBF com o intuito de potencializar o desempenho de suas ações no combate à pobreza reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução” (Mariano & Carloto, 2009, pp. 906-907).

A posição dessas meninas/mulheres/mães (Fernanda, Larissa e Mariane), ao censurarem-se por serem (“apenas”) mães e esposas,

demonstram seu assujeitamento aos discursos sociais contemporâneos do que é ser mulher, segundo o qual se espera “que a mulher exerça, no mínimo, um papel auxiliar quanto à economia da família” (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004, p. 39). Esse discurso é exemplificado pelos próprios jovens, quando, ao descreverem o que fazem suas mães, utilizam-se da expressão *só* para explicar que elas trabalham em casa ou, como dito comumente, são *do lar*. Ser *do lar* significa trabalhar em casa, limpando, passando e cozinhando exclusivamente para a família. Mas essa é uma nomenclatura dada apenas às mulheres de baixa e média renda, pois àquelas provenientes de classes altas, onde não há necessidade da mulher em auxiliar financeiramente a família, dá-se o nome de *socialite*. Observa-se, com isso, que a possibilidade de consumo é o principal norteador na nomenclatura dada ao trabalho desempenhado por essas mulheres e, na impossibilidade de consumir, adjetiva-se a função da mãe/mulher com o *só*.

Tais mulheres carregam consigo toda a responsabilidade familiar: representam sua família perante a sociedade, cumprem as condicionalidades exigidas pelo PBF, respondem pela manutenção do lar e, apesar disso, por não terem o capital suficiente para consumir, são vistas como mulheres que não trabalham. Em toda essa dinâmica relacional, há ainda outro fator que reforça o papel da mulher no desenho familiar: a ausência física dos pais/maridos, isso quando não se trata de uma estrutura monoparental. Na impossibilidade de conseguir emprego em sua cidade, os homens viajam para outros lugares, onde poderão vir a ter uma renda. Sobre isso, Jerusalinski (2000) descreve que:

É por isso que hoje nos encontramos diante de um processo de migrações desenfreadas, que se aceleram cada vez mais e se desenvolvem em espaços cada vez mais vastos e em tempos cada vez mais curtos. Precisamente porque as tecnologias são cada vez mais perecíveis, quer dizer, mais breves na sua vigência e, então, o sujeito migra com maior intensidade e maior aceleração. Assim, o núcleo familiar que até então era lugar de refúgio perde sua eficácia, porque a aceleração migratória provoca sua dispersão. (p. 44)

Se, como destaca Bauman (2001), na contemporaneidade, o capital viaja leve, esses homens viajam junto, na busca por esse capital, tornando suas relações familiares mais tênues, depositando na mulher aquilo que seria



seu papel junto à família. Essa tenacidade na relação pode ser exemplificada pela fala de Gislaine que desconhece o que faz seu pai, ou de Fernanda que diz não saber o nome da cidade onde reside seu marido.

As relações sociais entre homens e mulheres na contemporaneidade sofreram profundas transformações. A família patriarcal, onde o homem é visto com superioridade em relação à mulher, sendo quem toma as decisões de forma unilateral, tem sido vista como antiga e ultrapassada. Contudo, essa é uma realidade presente fortemente nas grandes cidades e não aplicável a todos, como se pode observar nesta pesquisa, em que discursos machistas são, ainda, aceitos e naturalizados. Como exemplo, podemos destacar a fala de Mariane ao observar seu marido como merecedor de crédito por deixá-la estudar, já que, para ela, é algo difícil de acontecer. Ou o caso de Larissa que condiciona seu desejo de trabalhar à permissão concedida pelo marido.

### 6.3 SOLIDÃO E FUTURO

Na contemporaneidade, com as relações mais fluídas e superficiais, a solidão tornou-se um sentimento constante. Tal solidão foi reconhecida pelos jovens entrevistados em vários momentos da pesquisa.

Como diz Juliane, *se pago o meu aluguel e não incomodo ninguém*, não será preciso comprometer-se, o que implica no desamparo que, em suas várias formas de se fazer presente, encontrou grande ressonância nas discussões sobre o futuro, principalmente nesse momento, quando não há “longo prazo” (Sennett, 2012). Assim, o ato falho de Clara, que pronunciou inicialmente sua dificuldade em responder questões inerentes ao futuro, é facilmente compreensível, como são também os “esquecimentos” quando são os participantes instigados a falarem sobre o passado e o futuro, afinal tais jovens também foram esquecidos na atual sociedade, que preza pela aparência (Debord, 1997) e pelo consumo (Bauman, 2001; Baudrillard, 1929/2007).

O desamparo desses jovens, principalmente na tentativa de simbolização do futuro, coloca-os no caminho para vivenciar aquilo que a literatura nos traz sobre ser jovem e pobre no Brasil: do processo da

adulterização precoce (Frigotto, 2004) às possibilidades de marginalização. Na impossibilidade de imaginar, sonhar fazer e refazer projetos vida, tais jovens entram cedo na vida adulta. Como exemplo, colocamos Juliane, Fernanda, Larissa e Mariane, quatro jovens que se casaram entre os doze e dezesseis anos, sendo as três últimas com o consentimento da família. Larissa, de dezessete anos, além de responsável pela criação da filha, precisa ocupar-se também com a educação de seus cinco cunhados mais novos.

A violência também se faz presente na vida de alguns entrevistados, que relataram perdas em suas famílias. Breno demonstra isso quando fala da morte do pai: *Eu tava na igreja, eu, meu pai e minha mãe, daí deu uma desgraça lá e ele morreu porque usou droga*. Da vida do pai à vida do filho: o uso da droga também é presente na vida de Breno, tanto que o fez pensar numa profissão *bem* melhor do que ser bombeiro: ser aquele que consegue livrar as pessoas do vício (policial). Ao escolher ser policial, Breno coloca-se na posição de resistência ao discurso social dominante sobre o que é ser pobre e jovem no Brasil, ou seja, resiste em continuar a ser o marginal/delinquente.

O desamparo também se fez presente no discurso da fé. A fé e a esperança de que o mundo venha acabar pode ser uma tentativa de reprimir a solidão e negar o futuro.

#### 6.4 IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na perspectiva aqui estudada, a constituição da identidade de cada sujeito é atribuída às instituições que o subjetivam e que são, ao mesmo tempo, modificadas por sua ação. Dessa forma, as relações estabelecidas junto ao seio familiar, instituição primeira da vida, poderão ser reeditadas nas demais instituições das quais o jovem fez e fará parte ao longo de seu crescimento. Tal reedição é demonstrada de forma bela nas falas de Juliane. Ela se identifica apenas com as mulheres da família e pretende ser professora, como três de suas tias. Sua solidão diz também sobre a solidão de sua mãe, que conquistou seus bens sozinha, como pretende também Juliane.

A identificação também se faz com a cidade, pois o local em que se mora produz subjetividades e os discursos dos jovens sobre Foz do Jordão, tratam muito mais de suas impossibilidades do que de suas possibilidades, principalmente em se tratando de educação e trabalho. Helena diz que, para conseguir o que quer, teria que ir para outro lugar e Rosimere destaca que se quiser *ser alguma coisa na vida*, terá que se mudar para a cidade onde reside sua irmã. É como descreve Jerusalinsky (2000):

(...) o sujeito vê-se na necessidade de migrar. Já não pode ficar em sua cidade, tem que ir estudar e trabalhar em outro lugar. Para não ficar fora do circuito produtivo e sofrer uma perda de valor de seu trabalho vê-se obrigado a deslocar-se para aquele lugar onde o objeto é produzido tal e como a sociedade industrial o concebe. O lugar passa a ser pólo, tanto em termos de saber como de força, para a determinação dos agrupamentos humanos. (p. 43)

Soma-se a essa condição do capital o fato de ser repetido, entre todos, as impossibilidades da cidade, fazendo com que se enraíze a ideia de que em Foz do Jordão não é possível trabalhar ou estudar. As condições concretas do município demonstram esse fato, mas a repetição do discurso o naturaliza, colocando-o como justificativa para que nenhuma tentativa de relatividade possa ocorrer. É como um círculo vicioso: de um lado as impossibilidades concretas e reais e, do outro, o discurso que as legitima, não deixando margens para possíveis mudanças.

Outra identificação possível é com o discurso da Assistência Social, no qual se preza pela autonomia de seus usuários, prevendo que eles possam manter-se financeira e socialmente sem necessidade de assistência do Estado. Portanto, tal discurso alia-se ao discurso do capital e do consumo. Podemos observar o entrelaçamento de tais instituições e seus discursos nas respostas dos jovens quando questionados sobre o que é ter uma vida melhor: *ter casa melhor, ter dinheiro, roupa melhor* (Carlos).

Apesar da autonomia ser o objetivo dos programas assistenciais, observamos uma contradição em seu discurso: segundo o CREPOP (2007), uma das atribuições do psicólogo que atua nessa área é fortalecer o usuário como um sujeito de direitos, ou seja, ter direito à Assistência Social. Sabemos que o direito não se resume apenas a essa política, mas a participação em qualquer outra (saúde, por exemplo) será possível principalmente a partir da

inserção do sujeito junto à Assistência Social. É esse o papel do CRAS que possui a palavra “referência” em seu nome: ser o local de referência social do sujeito que não possui nenhuma outra.

Assim, os programas de assistência social possuem um “efeito colateral”: podem cristalizar e legitimar o lugar de impotência das classes mais pobres e, da relação entre sujeito e programa, naturaliza-se a ideia vigorante de inferioridade daquele que necessita do auxílio. Como exemplo de sujeição a tal discurso, podemos citar a forma acrítica com que a maioria dos entrevistados trata a questão da assistência financeira, imaginando que receberão o Bolsa Família quando forem adultos. Outro exemplo é quando Carlos e Larissa utilizam-se da expressão “a gente” para falar sobre aqueles que recebem o benefício, ou seja, eles se fixam na categoria daqueles que precisam de ajuda, juntamente com os demais beneficiários. Natália é uma das jovens que não gostaria de depender de programas assistenciais, mas em sua fala é possível observar que ela não tem tanta confiança de que conseguirá superar a história familiar e sobrepujar a pobreza. É como destaca Cassab (2001):

É necessário chamar a atenção para um aspecto que, de imediato, é identificável: a exclusão não é uma categoria intransitiva. Isso significa que os sujeitos são excluídos de alguns circuitos e incluídos em outros. Ela não é uma “capa” que se justapõe sobre o real, mas é preciso que esta categoria seja sempre relacionada a alguma coisa. Como categoria ela inclui uma noção de lugares dos quais se está fora e, de outros, nos quais se está incluído. (p. 22)

A inclusão no circuito da pobreza e da própria exclusão social é sentido por alguns dos jovens entrevistados que, ainda de forma tênue, resistem ao assujeitamento a esse discurso. Um exemplo é quando Fernanda, Mariane e Maria se inserem na possibilidade do recebimento do Bolsa Família na vida adulta, mas paralelamente se afastam, utilizando-se da terceira pessoa para nomear aqueles que são beneficiários do PBF.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ouvi tanto quanto pude. E me dei conta de que o mais importante é dispor-se a ouvir com os ouvidos abertos, dispor-se a ver com os olhos que não julguem, apenas acolham e procurem compreender. (...) Os canais da verdade são afetivos. (Luiz Eduardo Soares, 2004, p. 152)*

Este estudo foi motivado por angústias vivenciadas no atendimento de pessoas que carregam consigo o adjetivo (travestido de substantivo) *pobre*. Essas angústias diziam respeito à atuação do profissional de psicologia junto a esse público, seus limites e possibilidades de mudança real e também aos discursos naturalizados quanto ao ser pobre e receber um benefício social.

Questionávamos quais práticas seriam efetivas para iniciar uma mudança de posição social e para desnaturalizar esses discursos. É comum escutarmos, principalmente daqueles que não utilizam das políticas públicas de assistência social, frases como: “ele(a) não trabalha porque não quer!”; “pago meus impostos para sustentar vagabundos/preguiçosos, portanto as vítimas não são eles, mas eu!”; “quer emprego? Então estude!”; etc. Tais frases, amplamente difundidas e aceitas, não levam em consideração questões históricas, sociais, culturais e, mesmo, individuais. Vimos que as possibilidades desses jovens em frequentar uma escola formal são mínimas, não se pode escolher onde estudar, já que no município existem apenas uma escola municipal e uma estadual. A universidade pública mais próxima é localizada a setenta quilômetros de distância e não oferece uma grande quantidade de cursos, somado a isso existe ainda a história do município, que foi deixado à mercê da sorte após o término das atividades de exploração.

Outras questões históricas colocaram-se em evidência, mas que, por não ser objeto de estudo deste trabalho, não puderam ser aprofundadas. A exemplo, colocamos a naturalidade com que as meninas tornam-se, tão rapidamente, mulheres e mães. Tal posição não é questionada socialmente e parece ser, inclusive, esperada pelos pares sociais. A singularidade desses sujeitos também não é colocada em pauta quando as frases expressas acima

são ditas e escritas. Os pobres são depositados em uma caixa de refugos humanos e colocados à margem do capital, como uma carga a ser carregada por aqueles que podem inserir-se no jogo do *ter e parecer ter*. A singularidade é apenas lembrada quando um desses sujeitos consegue fugir da caixa e inserir-se no jogo. Este será sempre colocado em evidência e lembrado como exemplo a ser seguido, como se todos os outros que estão ainda excluídos, pudessem de lá sair apenas por escolha pessoal. Assim, a situação é muito mais complexa do que parece, quando analisada superficialmente e, devido a essa complexidade, optou-se por restringir a pesquisa, analisando *que sentidos são atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso dos jovens pobres do município em estudo*.

De qualquer forma, algumas questões iniciais puderam ser, em parte, respondidas, mesmo não se tratando do objetivo principal desta dissertação. Uma delas refere-se ao trabalho do psicólogo junto à Assistência Social. Sabemos que a inserção da Psicologia em outros campos de atuação, além da clínica, está bastante difundida entre os próprios profissionais. Em alguns campos, sua atuação é ainda iniciante (mas não, necessariamente, incipiente), como no caso da Assistência Social. Por isso os construtos conceituais desse campo estão, ainda, delineando-se e, daqueles que já existiam, amadurecendo. Mas outra questão colocou-se em evidência aqui: o saber sobre a atuação do psicólogo para além da clínica se restringe aos profissionais da área e com aqueles com que se possuem interfaces, mas, para o grande público, a representação social do profissional de psicologia reduz-se, ainda, apenas ao atendimento daqueles com sofrimento mental. Um exemplo disto é o fato de Breno insistir em conversar com a pesquisadora sobre seu internamento, sobre seus sonhos literais e ainda compará-la ao “Dr. Ricardo”. Tal diálogo se deve, provavelmente, ao fato de a pesquisadora ter se apresentado como psicóloga no início da entrevista. Assim, a difusão do que é Psicologia, das suas áreas de atuação e de sua ação é relevante, até para a compreensão e aceitação dos usuários da Assistência Social quanto ao trabalho do psicólogo.

Outra questão inerente à atuação do psicólogo em tal campo refere-se aos procedimentos adotados. Segundo o CREPOP, o psicólogo não deve abordar uma determinada comunidade com práticas fechadas, mas escutá-la,

antes de analisar as formas de intervenção. Essa consideração abre um enorme leque de trabalhos que podem ser desempenhados pelos profissionais. Diante das discussões aqui levantadas, avaliamos que atividades que promovam reflexão acerca do futuro são fundamentais, principalmente ao objetivar a autonomia desses jovens. De tal modo, a Orientação Profissional aplicar-se-ia para além dos muros da educação e seus construtos conceituais poderiam fundamentar também a prática do psicólogo social. Sabemos das particularidades deste estudo, mas avaliamos que este poderá servir de espelho para outras comunidades com demandas semelhantes, onde a Orientação Profissional poderá ser, também, uma escolha na atuação. Dessa forma, ampliar-se-iam os serviços oferecidos pelo CRAS aqui estudado e também por aqueles que possuem serviços semelhantes, por meio de um percurso que poderia promover uma mudança social no sujeito, auxiliando para sua emancipação.

Acentua-se a possibilidade da inserção da Orientação Profissional junto à assistência social quando avaliamos quais são os sentidos atribuídos à construção de um projeto de vida. Não raro, os jovens entrevistados desconheciam o significado da expressão “projeto de vida” e poucos demonstraram ter um projeto sólido, calcado em possibilidades concretas de conquistas, sendo isso observado apenas com Natália, Juliane e Maria. Todos os demais possuíam, ainda, perspectivas frágeis de futuro ou deixavam-se levar pelo dia-a-dia, preocupando pouco (ou nada) com o futuro. A intenção aqui não é julgar que é certo pensar sobre o futuro e o seu inverso errado, mas ao colocar em evidência uma possibilidade de autonomia social e financeira, a questão do futuro não pode ser descartada, uma vez que se isso não é possível no presente, só poderá ser, então, no tempo por vir. Assim, na falta de um familiar que pense sobre o futuro e insira isso na vida do sujeito, a partir do discurso, cabe ao Estado tal trabalho que, na Assistência Social, encontra-se personificado na figura de seus técnicos, atores institucionais.

Daquelas angústias iniciais nasceu outra, possível apenas a partir da construção deste trabalho: a análise crítica dos discursos imperantes na Assistência Social. Como atuante e defensora de tal prática, sabemos da importância de tal política, mas, apenas praticá-la, sem constantes análises, pode naturalizar o *status quo* daqueles que dela necessitam. Assim, ao analisar

a PNAS e os trabalhos destinados aos técnicos desse serviço, observamos que a inclusão nesse direito e programa promove, na pessoa, um assujeitamento ao discurso de ser pobre. Esse processo pôde ser observado, quando os jovens se fixaram na categoria daqueles que necessitam de ajuda ou quando resistiram a essa posição, mas sem tanta confiança sobre se conseguirá sobrepujar a história da pobreza reinante em sua família.

Assim, ações que fortaleçam o sujeito como usuário da assistência social pode ter o intuito de ajudá-lo a conquistar a autonomia, mas, na prática, poderão auxiliar para sua maior fixação na categoria de excluído. Obviamente, não temos aqui uma fórmula de como auxiliar o usuário no alcance da autonomia econômica e social sem fixá-lo na pobreza, nem este é o objetivo do presente estudo, mas não desprezar esta dinâmica e ter em mente que isso pode estar (e está) ocorrendo, ao analisar qualquer tipo de prática junto à comunidade, já é um passo importante na tentativa de redução das desigualdades sociais.

Outro ponto fundamental que observamos nesta pesquisa é a necessidade de estudos mais específicos sobre gênero e assistência social. A necessidade de abordar esse tema no presente trabalho não foi algo premeditado, mas uma surpresa. Assim, não o fizemos com a devida especificidade que a questão exige, dada a limitação de espaço. Contudo, podemos observar que a subjetividade daqueles que frequentam o CRAS (mulheres, em sua maioria), está fortemente atravessada pela distinção na dinâmica da relação entre homens e mulheres. Aqui cabe, mais uma vez, criticar a naturalização da ideia de que “pobre não trabalha porque não quer”. Essas mulheres trabalham muito: cuidam da casa, dos filhos, das finanças da família, das contrapartidas necessárias para o recebimento do PBF e procuram, ainda, alguma atividade que promova retorno financeiro (como ser babá ou fazer artesanato). Além disso, muitas se encontram sozinhas com todas essas responsabilidades, uma vez que a maioria dos homens/maridos (quando existem) estão em outras cidades, trabalhando. Mesmo assim, tais mulheres são vistas como pessoas que não trabalham, apenas porque suas atividades não promovem qualquer retorno financeiro que permita consumir.

Faz-se necessário, a partir disso, questionar o que é, realmente, trabalhar no tempo atual. A ideia de trabalho está fortemente vinculada com o



emprego e com uma carreira profissional, o que sobrecarrega tais mulheres que, na impossibilidade de obter um emprego por conta de seu trabalho, precisam ainda carregar consigo o estigma de ser alguém que não produz e vive, apenas, pela produção daquele que pagam seus impostos.

Sabemos da limitação da amostra em estudo e suas particularidades, uma vez que a história social daquela comunidade é constituinte à subjetividade dos jovens entrevistados. Desse modo, sugerem-se estudos que se proponham a escutar, tanto os jovens, quanto seus familiares, com o objetivo de aprofundar a investigação acerca do projeto de vida e o lugar atribuído a ele em seus discursos. Além de outros que abranjam os temas já citados: Orientação Profissional inserida na Assistência Social e Gênero e Assistência Social.

Encerrar um trabalho é uma tarefa, ao mesmo tempo, gratificante e triste. Gratificante por tratar-se do término de um longo percurso, trabalhoso e motivador, e triste pelo mesmo motivo. Contraditório, mas verdadeiro. Sabemos, contudo, que o trabalho não termina aqui, pois, ao responder algumas questões, criaram-se (felizmente) outras.

## 8 BIBLIOGRAFIA

Bardagi, M. P., Arteche, A. X., & Neiva-Silva, L. (2005). Projetos sociais com adolescentes em situação de risco: discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In: C. S. Hutz, *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção* (pp. 101-146). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bastos, J. C. (2005). Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2) , pp. 31-43.

Baudrillard, J. (1929-2007). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorde Zahar Ed.

Behring, R. E., & Boschetti, I. (2008). *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

Birman, J. (2011). Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In: M. R. Cardoso, *Adolescentes* (pp. 25-44). São Paulo: Escuta.

Bock, A. M. (2007). Apresentação. In: CREPOP, *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS* (pp. 9-10). Brasília: CFP.

Bock, S. D. (2010). *Orientação profissional para as classes pobres*. São Paulo: Cortes.

Brasil. (31 de janeiro de 2013). *Brasil.gov.br*. Acesso em 22 de fevereiro de 2013, disponível em <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/01/31/pais-fecha-2012-com-menor-taxa-de-desemprego>

Brasil. (2010). *IBGE Cidades*. Acesso em 02 de fevereiro de 2012, disponível em IBGE Cidades: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Brasil. (1993). *Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Brasília: DF.

Brasil. (2012). *Ministério do Desenvolvimento Social*. Acesso em 10 de fevereiro de 2012, disponível em MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.

Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.

Cassab, M. A. (2001). *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto.

Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, pp. 2-11.

CREPOP, C. d. (2007). *Referências técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP.

Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(3), pp. 84-91.

Dayrell, J. (set/out/nov/dez de 2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, pp. 40-52.

Debord, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social*. 2 ed. Campinas (SP): Autores Associados.

Dias, M. S., & Soares, D. H. (2007). Jovem, mostre sua cara: um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. *Psicologia, ciência e profissão*, 27(2), pp. 316-331.

Dupas, G. (1999). *Econômica global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, M. (2010). *A ordem do discurso*. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, M. (2011). *História da Sexualidade: a vontade de saber (Vol. 1)*. São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, D. (2000). Formas de escravidão no Brasil. In: A. Jerusalinsky, Á. C. Merlo, & A. L. Giongo, *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 83-87). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Frigotto, G. (2004). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: R. Novaes, & P. Vannuchi, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 180-216). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Guirado, M. (2010). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo: Annablume.

Guirado, M. (1995/2006). *Psicanálise e Análise do Discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo: Summus.

Guirado, M. (1997). *Vértices da pesquisa em psicologia clínica*. Acesso em 10 de fevereiro de 2012, disponível em Scielo: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641997000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100009)

Jerusalinsky, A. (2000). Papai não trabalha mais. In: A. Jerusalinsky, Á. C. Merlo, & A. L. Giongo, *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 35-49). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: R. Novaes, & P. Vannuchi, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Laner, A. d. (2005). *Psicologia e trabalho na história*. Ijuí: Ed. Unijuí.

Lara Junior, N., & Ribeiro, C. T. (2009). Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. *Psicologia & Sociedade*, 21 (1) , pp. 91-99.

Lipovetsky, G. (2004). *Os tempo hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

Lyotard, J.-F. (2002). *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Maingueneau, D. (2000). Sobre a heterogeneidade no discurso. In: M. Guirado, *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau* (pp. 47-63). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (setembro-dezembro de 2009). Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 17(3): 312 , pp. 901-908.

Martin, H. P., & Schumann, H. (1997). *Armadilhas da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo.

Matheus, T. C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MDS. (2013). *Brasil Carinhoso*. Acesso em 23 de junho de 2013, disponível em <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>

Nascimento, I. P. (2006). Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre as representações. *Imaginário*, 12 (12) , pp. 55-80.

Negreiros, T. C., & Féres-Carneiro, T. (ano 4, nº 1, 1º semestre, 2004 de 2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e pesquisas em Psicologia* , pp. 34-47.

Negreiros, T. C., & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e Feminino na família contemporânea. *Estudos e pesquisa em Psicologia* .

Novaes, R. (2003). Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em estudo. In: M. V. Freitas, & F. d. Papa, *Políticas Públicas: juventude em pauta* (pp. 121-141). São Paulo: Cortez.

Offe, C. (1989). *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ & Cortez.

Paugam, S. (2008). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social I. In: B. S. (org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 67-86). Petrópolis: Vozes.

Pereira, L. D. (2012). *Políticas públicas de assistência social brasileira: avanços, limites e desafios*. Acesso em 02 de fevereiro de 2012, disponível em Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social: <http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>

Pochmann, M. (2004). Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: R. Novaes, & P. Vannuchi, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 217-241). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Ribeiro, C. R. (2007). Sujeito-dobradiça: metáfora de subjetividade, metonímia institucional. In: M. Guirado, & R. Lerner, *Psicologia, pesquisa e clínica: por uma análise institucional do discurso* (pp. 245-262). São Paulo: Annablume; FAPESP.

Ribeiro, M. A. (2003). Demandas em Orientação Profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2) , pp. 141-151.

Saúde, M. d. (s.d.). *Portal da Saúde*. (Ministério da Saúde) Acesso em 10 de abril de 2013, disponível em Adolescência e Juventude - Ministério da Saúde: [portal.saude.gov.br/portal/arquivos/multimedia/adolescente/adolejuventu2.swf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/multimedia/adolescente/adolejuventu2.swf)

Sawaia, B. (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes.

Selig, G. A. (2011). *Cenários instáveis, carreiras estáveis: atravessamento dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais*. Curitiba: Dissertação de mestrado não publicada.

Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Record.

Sennett, R. (2008). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23 (n. spe.) , pp. 12-21.

Soares, L. E. (2004). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: R. Novaes, & P. Vannuchi, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sparta, M., & Gomes, W. (2005). Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6 (2) , pp. 45-53.

Sposati, A. (2011). *A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez.

Sposati, A. (2008). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez.

Sudbrac, M. A. (2000). Introdução. In: A. Jerusalinsky, Á. C. Merlo, & A. L. Giongo, *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo* (pp. 71-72). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Traverso-Yépez, M., & Pinheiro, V. S. (jul./dez. de 2002). Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Psicologia & Sociedade*; 14(2) , pp. 133-147.

Valore, L. A. (2005). *Subjetividade no discurso de recém-graduados da UFPR: uma análise institucional. Tese de doutorado* . São Paulo: USP.

Valore, L. A. (2010). Orientação profissional em grupo na escola pública: direções possíveis, desafios necessários. In: R. S. Levenfus, & D. H. Soares, *Orientação Vocacional Ocupacional* (pp. 65-81). 2ª ed., Porto Alegre: Artmed.

Valore, L. A., & Guirado, M. (maio/dez. de 2011). "Ser alguém na vida": uma análise institucional do discurso de estudantes do litoral paranaense. *Aletheia*, 35-36 , pp. 79-94.

Véras, M. (2008). Exclusão Social - um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: B. Sawaia, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 27-50). Petrópolis: Vozes.



Wanderley, M. B. (2008). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: B. Sawaia, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 16-26). Petrópolis: Vozes.

## 9 APÊNDICES

### 9.1 APÊNDICE A

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Reside com: \_\_\_\_\_

- 1) Atualmente, o que você está fazendo? (trabalhando, estudando)
  - a. Se trabalha, qual o motivo de trabalhar? (auxiliar na renda familiar, para custear despesas pessoais, etc)
  - b. Trabalha com o que?
  - c. Gosta do que faz?
  - d. Gostaria de trabalhar com outra coisa? Por quê?
- 2) Quando você era criança, perguntavam-lhe o que você queria ser quando crescer?
  - a. Quem perguntava?
  - b. Qual era sua resposta?
  - c. E hoje, o que você pensa sobre isso?
- 3) Você possui sonhos?
  - a. Quais?
  - b. Você acha que seus sonhos se tornarão realidade?
  - c. Você imagina que algo ou alguém poderá te ajudar na conquista dos seus sonhos?
  - d. Você imagina que algo ou alguém poderá te atrapalhar na conquista dos seus sonhos?
- 4) Como você se imagina no futuro?
  - a. Como você almeja alcançar o seu projeto para o futuro?
  - b. Com quem (ou o que) você imagina que poderá contar para alcançar o seu projeto para o futuro?
  - c. Você possui medos ou temores relacionados ao seu futuro? Quais?
- 5) Você imagina que conseguirá conquistar o seu projeto para o futuro (ou o seu sonho) aqui em Foz do Jordão?
  - a. Por quê?
  - b. Se não, onde você almeja estar no futuro? Por quê?
- 6) Você conversa com outras pessoas sobre o seu futuro? (pais, professores, amigos)
  - a. O que estas pessoas te falam sobre isso?
- 7) Você imagina que quando estiver mais velho, também receberá bolsa família?
  - a. Por quê?
  - b. O que você pensa sobre este benefício oferecido pelo governo?
- 8) Qual a fonte de renda familiar?

- 9) Quem na família trabalha?
  - a. Com o que?
- 10) Como foi para você participar desta entrevista?
- 11) Há algo que não foi questionado, mas que você gostaria de dizer?

## 9.2 APÊNDICE B

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nós, Vilsiane Almeida Sarruf Pini e Luciana Albanese Valore, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, jovem entre 16 e 18 anos, que reside no município de Foz do Jordão, a participar de um estudo intitulado “Projeto de vida entre jovens de Foz do Jordão/PR: uma análise institucional do discurso”. Esta pesquisa justifica-se pelo número escasso de publicações que orientem o trabalho do psicólogo junto a jovens nos Centros de Referência da Assistência Social e subsidiará ações de orientação profissional com essa população.

- a) O objetivo desta pesquisa é identificar quais são os sentidos atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso de jovens do município de Foz do Jordão.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder a uma entrevista realizada pelo pesquisador.
- c) Para tanto você deverá comparecer no Centro de Referência da Assistência Social do município de Foz do Jordão para responder a uma entrevista feita pelo pesquisador por aproximadamente trinta minutos.
- d) O risco relacionado ao estudo pode ser um eventual desconforto relacionado a alguma pergunta da entrevista. No entanto, caso isto ocorra, o entrevistado poderá se recusar a respondê-la.
- e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: conhecimento científico sobre a questão do projeto de vida junto a jovens, filhos de famílias que frequentam um CRAS. Esta pesquisa poderá subsidiar futuras ações de Orientação Profissional para jovens provenientes de uma realidade social semelhante à pesquisada. Além disso, as entrevistas que serão realizadas durante esta pesquisa poderão proporcionar a possibilidade de reflexão sobre o seu futuro e a perspectiva de construção e realização de um projeto de vida. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
 Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

- f) Os pesquisadores Vilsiane Almeida Sarruf Pini, psicóloga, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da UFPR, telefone: (41) xxxx-xxxx<sup>27</sup> ou (41) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxxxx@xxxx.com.br e Luciana Albanese Valore, psicóloga, professora do curso de Psicologia da UFPR e orientadora de mestrado na mesma instituição, telefone: (41) xxxx-xxxx ou (41) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxxxx@xxxx.com.br, responsáveis por este estudo poderão ser contatados no Programa de Mestrado em Psicologia, na Universidade Federal do Paraná, no endereço Praça Santos Andrade, 2º andar, sala 216, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, ou pelos telefones e e-mails já informados acima para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- g) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.
- h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, que são os pesquisadores deste projeto. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- i) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (materiais de consumo) não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você terá a garantia de que problemas como um eventual desconforto, gerado por alguma pergunta da entrevista, serão tratados no serviço de psicologia oferecido pelo CRAS do município de Foz do Jordão-PR.
- j) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Rubricas:  
 Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_  
 Orientador \_\_\_\_\_ Orientado \_\_\_\_\_

<sup>27</sup> Informamos que os e-mails e telefones estavam corretos quando o Termo foi assinado e foi alterado apenas nesta versão para fins de publicação em meio eletrônico.

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu fui informado que serei atendido sem custos para mim se eu apresentar algum problema dos relacionados no item “d”.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

### 9.3 APÊNDICE C

#### **TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto: Projeto de vida entre jovens de Foz do Jordão/PR: uma análise institucional do discurso**

**Investigador: Vilsiane Almeida Sarruf Pini e Luciana Albanese Valore**

**Local da Pesquisa: Centro de Referência da Assistência Social do município de Foz do Jordão/PR**

**Endereço: Rua São Pedro, 342, Centro. Foz do Jordão/PR.**

#### **O que significa assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

#### **Informação ao sujeito:**

O que é uma pesquisa?

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa, com o objetivo de identificar quais são os sentidos atribuídos à perspectiva de futuro e de construção de um projeto de vida no discurso de jovens do município de Foz do Jordão

Para que fazer a pesquisa?

Ao participar da pesquisa, você estará auxiliando na construção de conhecimento científico sobre o tema pesquisado. A participação é voluntária: a qualquer momento, você poderá se recusar a participar, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Como será feita?

A pesquisa será feita a partir de uma entrevista semi-estruturada que será aplicada apenas uma vez pela pesquisadora responsável. É importante esclarecer que a entrevista será gravada em áudio, que será descartado após sua transcrição. Os resultados obtidos serão divulgados apenas para fins científicos e, em nenhum momento, sua identidade será revelada.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE \_\_\_\_\_

Quais os benefícios esperados com a pesquisa?

Conhecimento científico sobre a questão do projeto de vida junto a jovens, filhos de famílias que frequentam um CRAS. Esta pesquisa poderá subsidiar futuras ações de Orientação Profissional para jovens provenientes de uma realidade social semelhante à pesquisada. Além disso, as entrevistas que serão realizadas durante esta pesquisa poderão proporcionar a possibilidade de reflexão sobre o seu futuro e a perspectiva de construção e realização de um projeto de vida. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Que devo fazer se eu concordar voluntariamente em participar da pesquisa?

Caso você aceite participar, será necessário comparecer ao CRAS do município de Foz do Jordão, para responder a uma entrevista, que deverá durar cerca de trinta (30) minutos. A pesquisa não acarreta nenhuma despesa, risco ou benefício (como bens materiais ou pagamento). A sua participação é voluntária. Caso você opte por não participar não terá nenhum prejuízo no seu atendimento.

### Contato para dúvidas

Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar o(a) Investigador(a) do estudo ou membro de sua equipe: Vilsiane Almeida Sarruf Pini, psicóloga, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da UFPR, telefone: (41) xxxx-xxxx<sup>28</sup> ou (41) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxx@xxxx.com.br ou Luciana Albanese Valore, psicóloga, professora do curso de Psicologia da UFPR e orientadora de mestrado na mesma instituição, telefone: (41) xxxx-xxxx0u (41) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxx@xxxx.com.br. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um paciente de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-1041. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o  
TCLE \_\_\_\_\_

<sup>28</sup> Informamos que os e-mails e telefones estavam corretos quando o Termo foi assinado e foi alterado apenas nesta versão para fins de publicação em meio eletrônico.



**DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO SUJEITO:**

Eu li e discuti com o investigador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO.

---

NOME DO ADOLESCENTE	ASSINATURA	DATA
---------------------	------------	------

---

NOME DO INVESTIGADOR	ASSINATURA	DATA
----------------------	------------	------

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da FUFPR  
Rua Pe. Camargo, 280 – 2º andar – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-  
240  
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br